



**ACADEMIA MILITAR**

**DIRECÇÃO DE ENSINO**

MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES – ESPECIALIDADE SEGURANÇA

**A GNR NO COMBATE AO CONSUMO DE  
ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS**

**Autor: Aspirante de GNR Infantaria Filipe Alexandre Marinho de  
Oliveira Moutas**

**Orientador: Capitão Paulo Alexandre Severino José**

**Trabalho de investigação aplicada como requisito parcial para  
obtenção do grau de mestre**

**Lisboa, Agosto de 2011**



**ACADEMIA MILITAR**

**DIRECÇÃO DE ENSINO**

MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES – ESPECIALIDADE SEGURANÇA

**A GNR NO COMBATE AO CONSUMO DE  
ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS**

**Autor: Aspirante de GNR Infantaria Filipe Alexandre Marinho de  
Oliveira Moutas**

**Orientador: Capitão Paulo Alexandre Severino José**

**Trabalho de investigação aplicada como requisito parcial para  
obtenção do grau de mestre**

**Lisboa, Agosto de 2011**

# DEDICATÓRIA

*Aos que me amam por existirem.*

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho representa uma conjugação de esforços na qual estiveram envolvidas pessoas que merecem os mais sinceros agradecimentos, sem as quais seria impossível a sua realização. Agradecer pela sempre permanente disponibilidade e objectividade na abordagem a todas as questões e problemas apresentados. Neste sentido, aqui ficam expressos os mais que merecidos agradecimentos.

Agradeço ao Capitão Paulo Alexandre Severino José, o orientador deste trabalho, por todo o apoio, disponibilidade e colaboração.

Agradeço ao Tenente – Coronel Nascimento, ao Capitão Amado e ao Sargento – Ajudante Ribeiro pela voluntariosa e útil ajuda na fase exploratória desta investigação.

Agradeço ao Coronel Mota Gonçalves pela entrevista concedida, pela disponibilidade, pela enorme partilha de experiências profissionais e pelo contributo que deu ao trabalho.

Agradeço ao Tenente – Coronel Vaz Lopes pela entrevista concedida, pela disponibilidade, pela enorme partilha de experiências profissionais e pelo contributo que deu ao trabalho.

Agradeço ao Major Copeto pela entrevista concedida, pela disponibilidade, pela enorme partilha de experiências profissionais e pelo contributo que deu ao trabalho.

Agradeço ao Capitão Cosme pela entrevista concedida, pela disponibilidade, pela enorme partilha de experiências profissionais e pelo contributo que deu ao trabalho.

Agradeço ao Capitão Martins pela entrevista concedida, pela disponibilidade, pela enorme partilha de experiências profissionais e pelo contributo que deu ao trabalho.

Agradeço ao Capitão Amado pela entrevista concedida, pela disponibilidade, pela enorme partilha de experiências profissionais e pelo contributo que deu ao trabalho.

Agradeço ao Capitão Delgado pela entrevista concedida, pela disponibilidade, pela enorme partilha de experiências profissionais e pelo contributo que deu ao trabalho.

Agradeço ao Tenente Silva pela entrevista concedida, pela disponibilidade, pela enorme partilha de experiências profissionais e pelo contributo que deu ao trabalho.

Agradeço à Dra. Joana Alves, Vogal da Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência, pela entrevista concedida, pela disponibilidade, pela enorme partilha de experiências profissionais e pelo contributo que deu ao trabalho.

Agradeço ainda aos funcionários da Biblioteca do Instituto da Droga e Toxicodependência pelo apoio prestado a todas as minhas solicitações.

A todos os meus mais profundos agradecimentos por terem emprestado a este trabalho a sua experiência profissional e pessoal.

Agradecido.

## RESUMO

O consumo de estupefacientes é um fenómeno incontornável nas sociedades modernas, em torno do qual orbitam inúmeros problemas que afectam o sentimento de segurança das populações. Por isto se torna importante saber qual o papel da GNR no combate a esse fenómeno.

É neste contexto que surge este Trabalho de Investigação Aplicada no qual encerra o seguinte objectivo central: descrever qual o papel da GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Para ir ao encontro dos objectivos, este trabalho dividiu-se em duas partes fundamentais. Numa primeira parte abordou-se a evolução das políticas da droga em Portugal, as quais levaram à actual política da droga que se operacionaliza por meio do ordenamento jurídico do consumo de estupefacientes. A segunda parte respeita ao trabalho de campo, apresentando-se e discutindo-se os resultados obtidos, finalizando com as conclusões e recomendações consequentes.

A metodologia empregue na primeira parte baseia-se na análise documental existente. Na segunda parte a metodologia passou pelo método inquisitivo. Recolhendo informação por meio de entrevistas individuais com vista a aproveitar a experiência e as perspectivas que os diversos entrevistados têm para oferecer.

Conclui-se que o papel da GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas é decisivo. Tal tem origem nas atribuições legais cometidas e é potenciado por dois factores: a articulação com as demais entidades envolvidas e a formação ministrada. Este papel decisivo é caracterizado por uma actuação equilibrada no diz respeito à procura e à oferta e tendencialmente repressiva.

**Palavras – Chave:** Guarda Nacional Republicana; Política da Droga; Ordenamento Jurídico; Procura; Oferta.

## ABSTRACT

The consumption of drugs is an undeniable phenomena in modern societies, around which turn most problems affecting the feeling of security amongst the population. As so, it is extremely important to understand GNR's role in fighting this issue.

In that context, this Research Work aim: to describe the role of GNR fighting the consumption of drugs as and psychotropic substances.

This assignment is divided into two main parts, in order to cover its main goals. In the first place a look into the evolution of drugs policies in Portugal, which led to the current drug policy which acts through the legal system of drugs consumption. The second part concerns to the fieldwork, presenting and discussing the results found, conclusions drawn and subsequent recommendations.

The method used in the first part lies on the analysis of existent documentation. On the other hand, in the second part it was used the inquisitive method, collecting information through individual interviews, as a way of getting different experienced, point of views and perspectives of those who came across such situations.

In this Research Work, it is conclude that role of GNR in fighting drugs and psychotropic substances is of main importance. All of this originates in the legal responsibilities and is empowered by two decisive factors: the articulation with other existing entities and the formation ministered. This decisive role is characterized by a balanced action as far as the offer and demand which tends to be repressive.

**Key – words:** GNR; Drug Policy; Legal Jurisdiction; Demand; Offer.

## ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS.....	ii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
ÍNDICE.....	VI
ÍNDICE DE FIGURAS.....	X
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	xi
ÍNDICE DE QUADROS.....	xii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xiii
CAPÍTULO 1 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO.....	1
1.1 INTRODUÇÃO.....	1
1.2 ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA.....	1
1.3 DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO.....	2
1.4 PROBLEMA E OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO.....	2
1.5 QUESTÕES DA INVESTIGAÇÃO.....	3
1.6 HIPÓTESES.....	3
1.7 METODOLOGIA E MODELO DE INVESTIGAÇÃO.....	4
1.8 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	4



## **PARTE I – TEÓRICA**

### **CAPÍTULO 2 EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DA DROGA EM PORTUGAL ..... 6**

- 2.1 CRIMINALIZAÇÃO DO CONSUMO: 1970 – 1974 ..... 6
- 2.2 MUDANÇAS DE PERSPECTIVA: 1975 – 1982 ..... 7
- 2.3 HUMANIZANDO O CONSUMIDOR: 1983 – 1999..... 8
- 2.4 DESCRIMINALIZAÇÃO DO CONSUMO: 2000 – 2010 ..... 9

### **CAPÍTULO 3 A ACTUAL POLÍTICA DA DROGA EM PORTUGAL..... 11**

- 3.1 PLANO NACIONAL CONTRA A DROGA E AS TOXICODEPENDÊNCIAS: 2005 – 2012 ..... 11
- 3.2 PLANO DE ACÇÃO CONTRA AS DROGAS E AS TOXICODEPENDÊNCIAS: 2009 – 2012 ..... 14

### **CAPÍTULO 4 ORDENAMENTO JURÍDICO DO CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES.. 17**

- 4.1 DECRETO-LEI N.º 15/93 ALTERADO PELA LEI N.º 18/2009..... 17
  - 4.1.1 INVESTIGAÇÃO CRIMINAL ..... 17
- 4.2 DECRETO-LEI N.º 81/95..... 17
  - 4.2.1 PREVENÇÃO CRIMINAL ..... 17
  - 4.2.2 COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO, INVESTIGAÇÃO CONJUNTA E FORMAÇÃO ..... 18
- 4.3 LEI N.º 30/2000 ..... 18
- 4.4 ACORDÃO DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA N.º 8/2008 ..... 19
- 4.5 EPÍTOME ..... 20

## **PARTE II – PRÁTICA**

### **CAPÍTULO 5 METODOLOGIA DA PARTE PRÁTICA..... 21**

- 5.1 METODOLOGIA ..... 21
- 5.2 HIPÓTESES PRÁTICAS ..... 21

5.3	METODOLOGIA DE ANÁLISE .....	22
5.4	EXECUÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO .....	23
5.5	CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE ANÁLISE .....	23
<b>CAPÍTULO 6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>		<b>24</b>
6.1	CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS .....	24
6.2	ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	24
6.2.1	ANÁLISE DOS RESULTADOS DO GRUPO I .....	24
6.2.2	ANÁLISE DOS RESULTADOS DO GRUPO II .....	29
6.2.3	ANÁLISE DOS RESULTADOS DO GRUPO III .....	32
<b>CAPÍTULO 7 .....</b>		<b>36</b>
<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>		<b>36</b>
7.1	INTRODUÇÃO .....	36
7.2	VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES .....	36
7.3	CONCLUSÕES FINAIS .....	37
7.4	RECOMENDAÇÕES .....	39
7.5	LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO .....	40
7.6	INVESTIGAÇÕES FUTURAS .....	40
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>		<b>41</b>
<b>APÊNDICES .....</b>		<b>42</b>
APÊNDICE A: CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO PORTUGUESA EM MATÉRIA DE CONSUMO DE DROGA .....		43
APÊNDICE B: O PAPEL DA GNR AVALIADO PELO RELATÓRIO ANUAL DO IDT ...		46
APÊNDICE C: GUIÃO DE ENTREVISTA .....		48
APÊNDICE D: CARTA DE APRESENTAÇÃO .....		51

APÊNDICE E: ENTREVISTA AO COMANDANTE DO COMANDO TERRITORIAL DE BRAGA.....	52
APÊNDICE F: ENTREVISTA AO CHEFE DA SECÇÃO DE OPERAÇÕES, INFORMAÇÕES, TREINO E RELAÇÕES PÚBLICAS E CHEFE DA SECÇÃO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DO COMANDO TERRITORIAL DE BRAGA.....	58
APÊNDICE G: ENTREVISTA AO CHEFE DA REPARTIÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS .....	63
APÊNDICE H: ENTREVISTA AO COMANDANTE DO DESTACAMENTO TERRITORIAL DE BRAGA .....	67
APÊNDICE I: ENTREVISTA AO COMANDANTE DO DESTACAMENTO DE TRÂNSITO DE BRAGA .....	71
APÊNDICE J: ENTREVISTA AO COMANDANTE DO DESTACAMENTO TERRITORIAL DE GUIMARÃES .....	75
APÊNDICE K: ENTREVISTA AO COMANDANTE DO DESTACAMENTO TERRITORIAL DE BARCELOS .....	79
APÊNDICE L: ENTREVISTA AO COMANDANTE INTERINO DO DESTACAMENTO TERRITORIAL DE PÓVOA DE LANHOSO .....	83
APÊNDICE M: ENTREVISTA AO VOGAL JURISTA DA COMISSÃO PARA DISSUAÇÃO DA TOXICODEPENDÊNCIA DE BRAGA.....	87
<b>ANEXOS.....</b>	<b>91</b>
ANEXO A: ORGÂNICA DO IDT .....	92
ANEXO B: PROCEDIMENTOS RELATIVOS À DETENÇÃO, POSSE OU CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS ESTUPEFACIENTES OU PSICOTROPICAS, TIPIFICADOS COMO CONTRA-ORDENAÇÃO .....	100

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1: Modelo de Investigação do Trabalho .....	4
Figura 1.2: Estrutura do Trabalho .....	5

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico A1: Percentagem de processos contra-ordenacionais, processos-crime e condenações relacionados apenas com cannabis de 2003 a 2009. ....	43
Gráfico A2: Percentagem de processos contra-ordenacionais, processos-crime e condenações relacionados apenas com heroína/opiáceos de 2003 a 2009. ....	44
Gráfico A3: Percentagem de processos contra-ordenacionais, processos-crime e condenações relacionados apenas com cocaína de 2003 a 2009. ....	44
Gráfico A4: Percentagem de processos contra-ordenacionais, processos-crime e condenações relacionados apenas com outras drogas e policonsumos de 2003 a 2009. ....	45
Gráfico A5: Súmula de processos contra-ordenacionais, processos-crime e condenações. ....	45

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 6.2.1.1: Análise de resultados da questão n.º 1, do Grupo I .....	25
Quadro 6.2.1.2: Análise de resultados da questão n.º 2, do Grupo I .....	25
Quadro 6.2.1.3: Análise de resultados da questão n.º 3, do Grupo I .....	26
Quadro 6.2.1.4: Análise de resultados da questão n.º 4, do Grupo I .....	26
Quadro 6.2.1.5: Análise de resultados da questão n.º 5, do Grupo I .....	27
Quadro 6.2.1.6: Análise de resultados da questão n.º 6, do Grupo I .....	28
Quadro 6.2.1.7: Análise de resultados da questão n.º 7, do Grupo I .....	28
Quadro 6.2.2.1: Análise de resultados da questão n.º 1, do Grupo II .....	29
Quadro 6.2.2.2: Análise de resultados da questão n.º 2, do Grupo II .....	30
Quadro 6.2.2.3: Análise de resultados da questão n.º 3, do Grupo II .....	31
Quadro 6.2.2.4: Análise de resultados da questão n.º 4, do Grupo II .....	32
Quadro 6.2.3.1: Análise de resultados da questão n.º 1, do Grupo III .....	32
Quadro 6.2.3.2: Análise de resultados da questão n.º 2, do Grupo III .....	33
Quadro 6.2.3.3: Análise de resultados da questão n.º 3, do Grupo III .....	34
Quadro 6.2.3.4: Análise de resultados da questão n.º 4, do Grupo III .....	35

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

art.: artigo

CEJ: Centro de Estudos da Juventude

CEPD: Centro de Estudos da Profilaxia da Droga

CICD: Centro de Investigação e Controlo da Droga

CJJD: Centro de Investigação Judiciária da Droga

DCITE: Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes

DGA: Direcção – Geral das Alfândegas

DL: Decreto – Lei

ENT: Entrevistado

GCCD: Gabinete Coordenador do Combate à Droga

GF: Guarda Fiscal

GNR: Guarda Nacional Republicana

IDT: Instituto da Droga e Toxicodependência

IDT – IP: Instituto da Droga e Toxicodependência – Instituto Português

IPDT: Instituto Português da Droga e da Toxicodependência

MP: Ministério Público

NIC: Núcleo de Investigação Aplicada

NPE: Núcleo de Programas Especiais

OEDT: Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência

OPC: Órgão de Polícia Criminal

PACDT: Plano de Acção Contra a Droga e as Toxicodependências

PNCDT: Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências

PJ: Polícia Judiciária

PSP: Polícia de Segurança Pública

RCM: Resolução do Conselho de Ministros

SEF: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SNIDT: Sistema Nacional de Informação sobre Droga e Toxicodependências

SPTT: Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência

TIA: Trabalho de Investigação Aplicada

UCIC: Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta



*“O homem descobre-se quando se mede com um obstáculo”*

Antoine de Saint – Exupéry

# **CAPÍTULO 1**

## **APRESENTAÇÃO DO TRABALHO**

### **1.1 INTRODUÇÃO**

Tendo em conta a estrutura curricular dos cursos da Academia Militar surge a elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada. É neste contexto que emerge este contributo com o tema “A GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas” conducente à obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares na especialidade de Segurança.

Este capítulo introdutório encerra em si a delimitação das fronteiras da pesquisa, a referência à importância do presente tema, o objecto da investigação, o resumo da metodologia da parte teórica e da parte prática usada neste trabalho. Refere-se também a descrição dos capítulos deste Trabalho de Investigação Aplicada.

### **1.2 ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA**

Este tema foi seleccionado devido à crescente importância do consumo de estupefacientes nas sociedades modernas. Trata-se de um flagelo social ao qual vêm apenas um sem número de preocupações sentidas pelas comunidades locais. Essas preocupações consubstanciam um sentimento de insegurança que cabe à GNR combater e daí a relevância de um Trabalho de Investigação Aplicada neste âmbito. Acresce ainda o facto do fenómeno da droga ser tradicionalmente abordado, pelas Forças de Segurança, do lado da oferta em detrimento de uma maior atenção à redução da procura, isto é, dos consumidores. Assim, como a grande parte dos trabalhos anteriormente elaborados incidiam no combate à droga numa perspectiva da redução da oferta, advém a necessidade de abordarmos o mesmo problema (droga) duma outra perspectiva, uma perspectiva mais centralizada no consumo e na procura.

### 1.3 DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO

O fenómeno da droga é imensamente abrangente no concerne às suas causas e consequências. Tendo em conta essa abrangência torna-se imperiosa uma delimitação precisa do objecto a estudar. Assim, o fenómeno da droga deve ser visto conjugando dois pensamento: onde agir e como agir. Isto é, deve-se percepçionar esta problemática agindo sobre a procura e sobre a oferta (onde agir), sendo que essa acção deve ser desenvolvida prevenindo ou reprimindo (como agir). Neste contexto, e como já referido anteriormente, existe um grande caudal de informação e estudos acerca da actuação das Forças de Segurança na redução da oferta. Tal leva à necessidade de uma nova abordagem no sentido de perceber qual o papel das Forças de Segurança na redução da procura (onde agir) e como se desenvolve essa actuação, se prevenindo ou se reprimindo. Com essa informação espera-se percepçionar se estamos perante um papel decisivo ou subsidiário da GNR, para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. De salientar que quando neste trabalho se refere *combate* este termo deve ser encarado como um conjunto de esforços concertados e conjugados no sentido de levar à redução de um fenómeno. Sendo que essa actuação engloba actuações preventivas e repressivas, ao contrário do comumente aceite que vê o termo *combate* de uma perspectiva puramente repressiva.

Em suma, este trabalho limita-se a abordar o fenómeno da droga da perspectiva da procura. Desta forma constitui-se como objecto de estudo deste trabalho a actuação da GNR no consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas e como objectivo geral descrever a importância dessa actuação para a acção do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

### 1.4 PROBLEMA E OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO

O objecto de estudo desta investigação é a actuação da GNR no consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, sendo o objectivo geral descrever a importância dessa actuação para a acção do Estado nesse combate. Assim o problema da investigação é o papel da GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Esta concepção do problema de investigação leva ao estabelecimento de objectivos de forma a dar orientações à resolução do problema formulado tendo em vista o enquadramento teórico e o trabalho de campo:

- Descrever qual o papel da GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas;

- Enunciar quais as entidades com as quais a GNR se articula no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas;
- Descrever de que forma a GNR se articula com as referidas entidades no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas;
- Descrever de que forma a formação ministrada aos militares da GNR influi na consecução da missão neste âmbito.

### 1.5 QUESTÕES DA INVESTIGAÇÃO

Tendo em vista os objectivos definidos, surgem as questões da presente investigação cuja solução é essencial para dar resposta ao problema da investigação, sendo que a questão central é: **Qual o papel da GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?** Desta derivam outras questões:

Quais as entidades com as quais a GNR se articula nesse combate?

De que forma a GNR se articula com essas entidades?

De que modo a formação ministrada aos militares da GNR influi na consecução da missão neste âmbito?

### 1.6 HIPÓTESES

Considerando as questões de investigação levantadas, surgem as hipóteses que se seguem:

H1: A articulação entre a GNR com as demais entidades envolvidas no combate ao consumo de estupefacientes contribui para a eficácia da acção da GNR neste âmbito.

H2: A formação ministrada aos militares da GNR contribui para a eficácia da acção da GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

H3: A malha territorial da GNR contribui para a eficácia da acção da GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

H4: As competências legais da GNR contribuem para um papel decisivo no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

### 1.7 METODOLOGIA E MODELO DE INVESTIGAÇÃO

A realização deste trabalho teve em conta a metodologia científica no contexto da investigação em ciências sociais estando em consonância com o que dispõe Sarmento (2008) e as orientações das normas de redacção de trabalhos escritos (Academia Militar, 2008).

Na Parte I, que respeita à parte teórica, foi usada como metodologia de investigação a análise de livros e diplomas legais conjugado com conversas informais de cariz exploratório.

Na Parte II, respeitante à parte prática, foi opção para esta investigação o método inquisitivo, método este que se baseia no interrogatório escrito ou oral. Para tal foi necessária a recolha de informação primária. Recolha esta que foi feita por intermédio de entrevistas individuais com intuito de aproveitar a experiência e as perspectivas que os diversos entrevistados têm para oferecer.

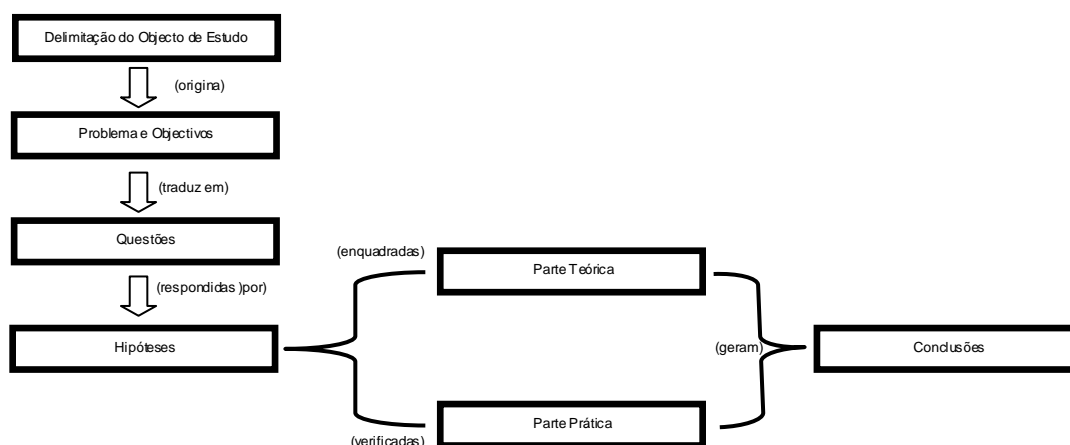


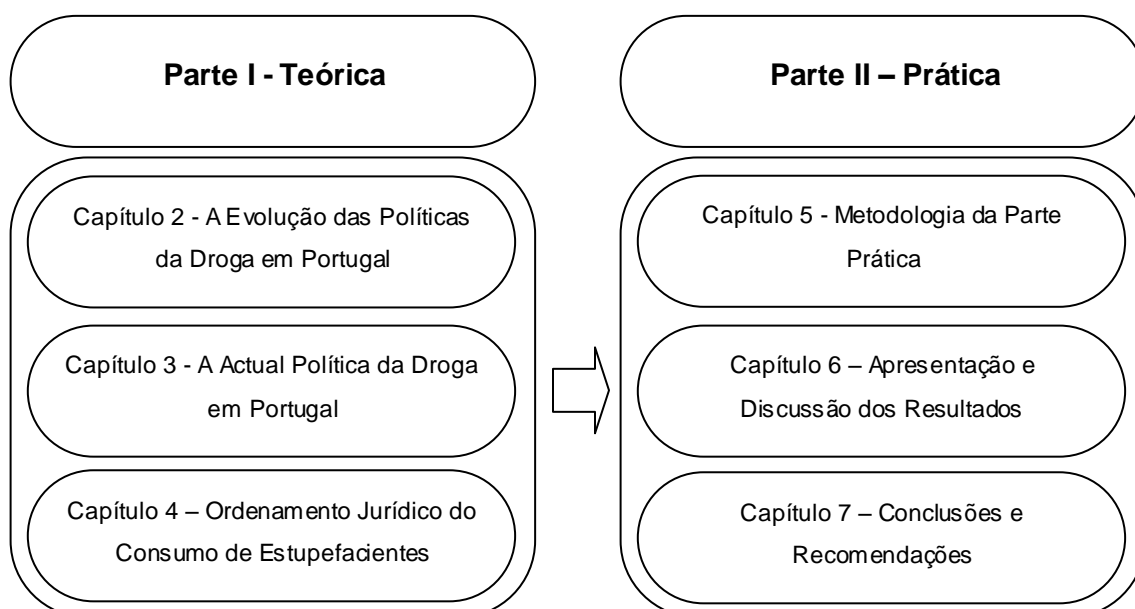
Figura 1.1 : Modelo de Investigação do trabalho

### 1.8 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho é constituído por duas partes fundamentais, uma Parte Teórica e uma Parte Prática. A primeira parte a ser apresentada é a Parte Teórica, constituindo-se como Parte I. Esta Parte é constituída por três Capítulos, sendo o primeiro dedicado à evolução das políticas da droga, o segundo à actual política nacional da droga e um terceiro capítulo com o ordenamento jurídico do consumo de estupefacientes. Pretende-se, assim, transmitir em que sentido tem evoluído a política da droga de forma a ter-se a

plena consciência da vontade do legislador actual. Esta evolução levou a uma política da droga a qual se operacionaliza por meio do ordenamento jurídico ao qual deu origem. Ou seja, a evolução da visão política gera uma política actual a qual, por sua vez, se operacionaliza pelo enquadramento legal, contextualizando-se desta forma o problema da investigação: o papel da GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

A segunda parte a ser apresentada é a Parte Prática, constituindo-se como Parte II. Esta parte é relativa ao trabalho de campo, apresentando-se os resultados obtidos, ao mesmo tempo que se verificam as hipóteses colocadas inicialmente. Logo à partida aborda-se a metodologia aplicada à parte prática, seguindo-se a apresentação e discussão dos resultados obtidos, culminando nas conclusões e recomendações. Para as conclusões e recomendações contribuiu, como não podia deixar de ser, a contextualização da problemática dada pela parte teórica.



**Figura 1.2: Estrutura do Trabalho**

## PARTE I – TEÓRICA

### CAPÍTULO 2 EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DA DROGA EM PORTUGAL

#### 2.1 CRIMINALIZAÇÃO DO CONSUMO: 1970 – 1974

Apenas a partir de 1970 começa a surgir no panorama social português o problema dos estupefacientes e substâncias psicotrópicas. E como tal, por se tornar um problema cada vez mais evidente na vida das pessoas, surge a necessidade de ser tratado politicamente. Esta fase, Dias (2007, p.41), optou por denominar como “Período 1970 – 1974 Resistências de um Modelo Criminal”.

*“É neste quadro histórico-social que o poder político lançou a primeira campanha portuguesa contra a droga, através do slogan “DROGA-LOUCURA-MORTE”. Esta campanha, como refere Poiares, C. (1998, p.239) traduziu-se na afixação de cartazes de parede em Lisboa e noutros lugares, onde se exibia uma caveira desenhada sobre fundo preto e salpicado das iniciais LSD”. (Dias, 2007, p. 41).*

Contudo, como refere Da Agra in Dias (2007, p.41), esta primeira acção concertada do Estado visando a problemática recente dos estupefacientes e substâncias psicotrópicas não suscitou a inquietação junto dos portugueses. Apesar da campanha supra referida não ter provocado a inquietude pretendida junto da sociedade portuguesa, trata-se de um marco de suma importância por consubstanciar a primeira pronúncia da voz política nacional em matéria de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

À medida que o problema dos estupefacientes se agudizava e enraizava no tecido social português “a droga começou a ser entendida como uma ameaça externa à sociedade e intencionalmente tida como um veículo de afastamento entre a opinião pública e o regime ditatorial, tornando-se um bode expiatório” (Da Agra in Dias, 2007, p.42). Ou seja, tudo o que fosse dissidente do Estado era agora associado ao consumo de estupefacientes. Tal levou a que as políticas da droga tivessem um cariz de estratégia defensiva do regime em vez de uma política orientada para o problema: o consumo de estupefacientes. Como nos diz Dias (2007, p. 42) “Na prática essa concepção da droga resultou numa estratégia de defesa do regime ditatorial ameaçado pelas constantes desordens sociais e políticas”.

Deste modo a repressão começa a fazer-se sentir levando à criminalização do consumo e da posse de drogas. “Pela primeira vez, Portugal entendeu assumir a natureza criminal do consumo e da posse de drogas, sendo o consumo punido com pena de prisão até 2

anos" (Dias, 2007, p. 42). A dicotomia juventude/droga surge em 1973 tornando-se “parte integrante dos debates parlamentares a 11 de Dezembro de 1973 [...]” (Dias, 2007, p. 45).

### 2.2 MUDANÇAS DE PERSPECTIVA: 1975 – 1982

Com a revolução de Abril de 1974 o panorama nacional modificou radicalmente. Tratou-se duma mudança política de relevo ao abandonar um regime ditatorial e adoptando o conceito de Estado Social de Direito. É neste contexto que surge a fase em epígrafe. Fase esta a que Dias (2007, p.45) optou por denominar como “Institucionalização do Poder segundo um Modelo Clínico Psicossocial”. De facto trata-se de um período em que o poder político institucionaliza a sua acção no âmbito das drogas marcando-se “o início da criação das estruturas de combate à droga em Portugal” (Dias, 2007, p. 46). Tal materializou-se com a criação do Centro de Estudo da Juventude (CEJ) e o Centro de Investigação Judiciária da Droga (CIJD). Ao Centro de Estudo da Juventude “competia o estudo de problemas ligados ao fenómeno da droga [...] e a problemática da população juvenil relacionada com o consumo de drogas” (Artigo 1º, Decreto-Lei nº. 745/75, de 31 de Dezembro *in* Dias, 2007, p. 46). Note-se a perspectiva preventiva na qual assenta a criação deste organismo. Por sua vez, ao Centro de Investigação Judiciária da Droga (CIJD) “competia estudar os problemas judiciais da droga, bem como o desenvolvimento de actividades de investigação, fiscalização e repressão criminal nesse domínio” (Dias, 2007, p. 46). Entenda-se a perspectiva repressiva na qual se estabelece este organismo.

Apesar de recentes, em 5 de Novembro de 1976, reestruturou-se a acção institucional do Estado em matéria de combate ao consumo e tráfico de estupefacientes com os Decretos-Lei nº. 790/76, 791/76 e 792/76 (Dias, 2007, p. 48). Assim criou-se, na dependência directa do Primeiro – Ministro, o Gabinete Coordenador do Combate à Droga (GCCD) responsável pela coordenação e articulação das acções desenvolvidas pelo Centro de Estudos da Profilaxia da Droga (CEPD) e pelo Centro de Investigação e Controle da Droga (CICD). Sendo que o Centro de Estudos da Profilaxia da Droga (CEPD) substitui o CEJ e o Centro de Investigação e Controle da Droga (CICD) substitui o CIJD (Dias, 2007, p.49). Ou seja, continuamos com um organismo com atribuições no âmbito da prevenção (CEPD) e um outro no âmbito da repressão (CICD).

Em 1982, sendo Primeiro-Ministro Pinto Balsemão,

*“...as condições políticas do momento já pouco têm que ver com as questões tradicionais centradas numa cultura política de um Estado virado para a repressão das drogas pelo que a questão foi retomada nesta governação, com a publicação do Decreto-Lei nº. 365/82, de 8 de Setembro”.* (Dias, 2007, p.60).

O referido diploma legal levou à criação do Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga (GPCCD) que reestruturou o GCCD e absorveu as atribuições do CEPD. O CICD integrou-se na Polícia Judiciária (PJ). Contudo, a integração do CICD na



PJ não resultou na perda de competências no domínio repressivo ao GPCCD. Manteve-as e operacionalizou-as pelo seu Grupo de Planeamento no qual se faziam representar a PJ, a Guarda Fiscal (GF), a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Guarda Nacional Republicana (GNR), e a Direcção-Geral das Alfândegas (DGA)(Dias, 2007, p.62).

Todas estas transformações consideravam o fenómeno em duas perspectivas,

*“...a luta contra o abuso das drogas devia ser vista em duas perspectivas que, embora interligadas, exigiam métodos e concepções diferentes. Havia que, por um lado, recorrer à erradicação da produção de tráficos ilícitos de droga, de forma a conduzir os toxicodependentes a uma operação clínica de reinserção social e, por outro, exercer uma acção mais profiláctica a fim de eliminar a procura de droga”. (Dias, 2007, p.63).*

### 2.3 HUMANIZANDO O CONSUMIDOR: 1983 – 1999

Esta fase, a qual Dias (2007, p.66) optou por designar como “O Modelo Biopsicossocial como referência dominante” é inaugurada com a publicação do Decreto-Lei 430/83.

*“A virtude deste diploma legal converge na necessidade de alinhar o direito português em matéria de drogas pelas convenções Internacionais, incrementando uma perspectiva clínica e ressocializadora relativa ao consumo de drogas e uma forte repressão respeitante ao tráfico” (Dias, 2007, p. 66).*

Na sequência deste alinhamento e do despertar para a importância duma acção estruturada e concertada por parte do Estado em matéria de drogas surge em 1987 a Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/87, de 21 de Abril.

*“A tomada de consciência a nível nacional da complexidade do fenómeno da droga, e a necessidade de ensaiar medidas e métodos que suscitem discussões e soluções adequadas ao combate do fenómeno, vem determinar uma tomada de posição do poder político” (Dias, 2007, p. 69).*

*“Retomando a análise da Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/87, de 21 de Abril, esta começou por aumentar um conjunto de estratégias postas em acção numa lógica tripartida, pensada como parte integrante de um plano de luta contra a droga que se afirma pela: informação e sensibilização dos indivíduos, o tratamento, a reabilitação e reinserção social do toxicodependente e o combate ao tráfico” (Dias, 2007, p. 74).*

Desta acção do Estado percebia-se uma clara intenção em levar os cuidados aos toxicodependentes, um esforço em confrontar o toxicodependente com as ferramentas para a sua reabilitação. Assistiu-se, portanto, a uma dinâmica de dispersão territorial dos serviços que o Estado dispunha em matéria de reabilitação. Como diz Dias (2007, p.76):

*“Concomitantemente, pretendeu desenvolver acções no domínio do tratamento, reabilitação e inserção social dos toxicómanos realçando a necessidade de reestruturação dos serviços do Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga, com o intuito de obter uma maior cobertura de todo o país prevendo-se a abertura de novos centros ou núcleos de intervenção directa”.*

O expansionismo dos serviços continuou e acentuou-se como evidencia a lei orgânica do SPTT: “A necessidade de se alargar e melhorar a articulação das respostas de intervenção directa conduziu à criação do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT)” (Dias, 2007, p. 81).

Em 1999 assiste-se ao aparecimento do Instituto Português da Droga e da Toxicodependência (IPDT) levando à extinção do GPCCD. Este novo organismo tinha como uma das tarefas de destaque a ligação ao Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT).

*“Perante o problema da toxicodependência tem sido prioridade governativa o reforço e racionalização dos meios disponíveis para a prevenção do consumo de droga. Consciente da fragilidade das estruturas existentes o campo da prevenção primária, o Governo anunciou a criação do Instituto Português da Droga e da Toxicodependência (IPDT) [...] O IPDT surgiu de forma a assegurar as condições institucionais que permitissem dar maior estabilidade e eficácia às múltiplas acções preventivas que a gravidade do problema da droga exige [...] Para além deste aspecto, o IPDT veio permitir a concentração e valorização dos meios, até aqui dispersos, no respeitante à recolha e tratamento de dados e de informação sobre a droga e a toxicodependência [...] A este organismo foi, ainda, confiado um papel internacional, com destaque para a ligação ao Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT)”.* (Dias, 2007, p. 117)

Encerrando esta fase surge a primeira Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga, consubstanciando-se num esforço de aglutinar e coordenar as várias políticas sectoriais que actuavam na droga e toxicodependência.

### 2.4 DESCRIMINALIZAÇÃO DO CONSUMO: 2000 – 2010

No intuito duma melhor coordenação das políticas em matéria de estupefacientes e substâncias psicotrópicas foi criado Conselho Coordenador da Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga e Toxicodependência.

*“A necessidade da existência de estruturas de coordenação na definição e execução da política da luta contra a droga pela Estratégia Nacional conduziu à criação de um Conselho Coordenador da Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga e da Toxicodependência, pelo Decreto-Lei n.º 88/2000, de 18 de Maio de 2000, com o intuito de assegurar a coordenação da política do Governo em todas as áreas em que se divide a estratégia [...]”.* (Dias, 2010, p. 10).

Ainda em 2000 foi aprovado o Plano de Acção da União Europeia Contra as Drogas.

*“Neste mesmo ano foi ainda aprovado, no Conselho Europeu, o Plano de Acção da União Europeia contra as Drogas, completando as orientações produzidas pela Estratégia Nacional de luta contra a droga e pelo Programa do XIV Governo Constitucional, em matéria de drogas e toxicodependências”* (Dias, 2010, p. 10).

A evolução da compreensão do fenómeno da droga levou a que a perspectiva de descriminalização do consumo de estupefacientes, assente no que já previa a Estratégia Nacional de Luta contra a Droga e Toxicodependência, ganha-se força acabando-se por descriminalizar o consumo, a aquisição e a posse para consumo.

*“A evolução do fenómeno da droga veio favorecer a deslocação para uma nova abordagem implícita na aceitação de um quadro jurídico, onde o crime de consumo - previsto no artigo 40.º do Decreto-Lei, n.º 15/93, de 22 de Janeiro, como punível - parece assumir nova intenção legislativa, assente na descriminalização do consumo de drogas, já prevista na Estratégia Nacional. Este intuito evidenciou-se na aprovação da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro que definiu o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como a protecção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica”* (Dias, 2010, p. 10 e 11).

Poder-se-á afirmar que a acção do Estado saiu da esfera criminal para a esfera da ordenação social, o que evidencia uma clara intenção de retirar o peso social da acção penal do consumidor, uma vez que este era agora visto como um doente e, neste sentido, o Estado tinha como obrigação prestar os serviços de saúde necessários. Contudo a censura social foi mantida, pois falamos de descriminalização e não de despenalização, como afirma Dias (2010).

*“Das principais alterações que esta Lei aporta, com a sua aprovação, poderá destacar-se o facto de o consumo, aquisição e a detenção para consumo próprio de drogas ilegais, antes considerado crime, constitui-se, agora, em contra-ordenação, não podendo exceder a quantidade necessária para consumo médio individual a correspondente ao período de 10 dias (artigo 2.º da Lei n.º 30/2000). Esta alteração ao regime jurídico, em matéria de drogas, consubstancia uma mudança de atitude perante o consumidor de drogas que deixou de ser considerado delinquente e passou a ser considerado como um doente”. (Dias, 2010, p. 12)*

*“Assim, este modelo da descriminalização, pioneiro em Portugal, mantém a censura social e jurídica do consumo de drogas mas numa esfera contra-ordenacional”. (Santos in Dias, 2010, p. 13)*

*“Convocar esta ideia de modelo alternativo ao regime criminal para a descriminalização do consumo de drogas, é reconhecer e compreender o mérito de despertar uma solução que mantendo a interdição, afasta os consumidores de drogas do peso incontornável do uso da lei criminal, limitando-se os seus mecanismos à aplicação de um poder dissuasor”. (Quintas apud Dias, 2010, p. 13 e 14)*

Neste ambiente os trabalhos políticos continuaram. O que levou que em 2001 se fixassem “30 principais objectivos da luta contra a droga e a toxicodependência no horizonte 2004” (Dias, 2010, p.14). Objectivos esses que levaram à aprovação do Plano de Acção Nacional de Luta Contra a Droga e Toxicodependência em consonância com o Conselho Europeu de Santa Maria da Feira.

*“Em 2001 foi também aprovado o Plano de Acção Nacional de Luta Contra a Droga e a Toxicodependência – Horizonte 2004, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2001, emanada da Presidência do Conselho de Ministros, parte integrante das orientações decididas no Conselho Europeu de Santa Maria da Feira”. (Dias, 2010, p.14)*

Na continuidade de toda esta actividade política surge o Instituto da Droga e Toxicodependência (IDT), cuja lei orgânica foi alterada em 2007<sup>1</sup>.

*“Em 2002 [...] foi criado o Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT), que resulta da fusão do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT) e do Instituto Português da Droga e da Toxicodependência (IPDT), pelo Decreto-Lei n.º 269-A/2002, de 29 de Novembro, emanado do Ministério da Saúde, com a missão de garantir a unidade intrínseca do planeamento, da concepção, da gestão, da fiscalização e da avaliação das diversas fases da prevenção, do tratamento e da reinserção no domínio da droga e da toxicodependência, na perspectiva da melhor eficácia da coordenação e execução das políticas e estratégias definidas”. (Dias, 2010, p.14)*

De toda esta dinâmica política surgem vários documentos que expressam estratégias e objectivos, assim como um esforço constante na harmonização com das políticas europeias na matéria. Tal consubstanciou-se no Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências e Plano de Acção Contra as Drogas e Toxicodependências.

---

<sup>1</sup> Vide Anexo A

## CAPÍTULO 3

### A ACTUAL POLÍTICA DA DROGA EM PORTUGAL

#### 3.1 PLANO NACIONAL CONTRA A DROGA E AS TOXICODEPENDÊNCIAS: 2005 – 2012

É neste contexto de evolução política, e tendo em conta as tendências de consumo em Portugal<sup>2</sup>, que surge Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências (PNCDT) – 2005 – 2012, aprovado por Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2006, de 18 de Setembro. Este documento assume o papel de Plano Estratégico uma vez que materializada o pensamento político actual referente à matéria em causa. Assim, dá corpo às directrizes da política nacional contra a droga, directrizes essas que são escalpelizadas no Plano de Acção Contra a Drogas e as Toxicodependências (PACDT) - 2009 – 2012, aprovado em Conselho Interministerial a 26 de Maio de 2010, que fixa 69 objectivos específicos regulando, desta forma, as linhas orientadoras do PNCDT.

O Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências é enquadrado por três convenções das Nações Unidas (a Convenção Única sobre Estupefacientes de 1961, modificada pelo Protocolo de 1972; a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971; e a Convenção contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas, de 1988) e pela Estratégia da União Europeia de Luta contra a Droga 2005 – 2012.

*“A Estratégia Europeia concentra-se em dois domínios de acção – a redução da procura e a redução da oferta – e em dois temas transversais – a cooperação internacional e a investigação, informação e avaliação.*

*Em Portugal, a definição de um Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências 2005-2012 inscreve-se necessariamente no enquadramento multilateral e comunitário já referidos, adaptando-os à realidade nacional e tendo em conta os vários documentos nacionais que o estruturam e balizam, designadamente, e para além dos já mencionados, o Programa do XVII Governo Constitucional, as Grandes Opções do Plano para 2005-2009, o Orçamento de Estado para 2005, o Plano Nacional de Saúde 2004 – 2010 e a “Carta de Missão” apresentada pelo actual Coordenador Nacional do Combate à Droga e à Toxicodependência ao Senhor Ministro da Saúde.”*

*À semelhança da opção Europeia, em Portugal decidiu-se avançar no imediato com um Plano (Estratégico) Nacional 2005-2012, complementado por um Plano de Acção 2005-2008 (a aprovar até ao final de 2005), seguido de avaliação de impacto e, sequencialmente, de um novo Plano de Acção para o período 2009-2012” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2006, de 18 de Setembro, p. 6837)*

---

<sup>2</sup> Vide Apêndice A

Para uma compreensão sistemática do PNCDT é relevante salientar o seu Enquadramento Geral (RCM n.º 115/2006, p. 6842). Neste Plano Estratégico Nacional são contemplados seis Eixos divididos em dois tipos de Áreas. Na Áreas Transversais constam quatro dos seis Eixos: Coordenação; Cooperação Internacional; Informação, investigação, formação e avaliação; Reordenamento jurídico. Nas Áreas de Missão constam dois dos seis Eixos: Redução da Procura e Redução da Oferta. De referir que no Eixo da Redução da Procura figuram cinco Vectores de actuação, são eles: prevenção; dissuasão; Redução de Riscos e Minimização de Danos; tratamento; reinserção.

O Eixo da Coordenação desenvolve-se por quatro vectores, são eles: coordenação interna, coordenação intraministrial, coordenação interministerial e coordenação externa (RCM n.º 115/2006, p. 6842 e 6843).

Segue-se o Eixo da Coordenação Internacional importante “devido à configuração do problema da droga, como fenómeno de dimensão transnacional, multifacetado, que não é passível de uma abordagem estritamente nacional” (RCM n.º 115/2006, p. 6844).

Apresenta-se depois o Eixo da Informação, Investigação, Formação e Avaliação. Onde importa ressaltar um esforço na consolidação e optimização do Sistema Nacional de Informação sobre Drogas e Toxicodependências (SNIDT), na harmonização dos processos de recolha tratamento e transmissão de informação, na dimensão da detecção e intervenção local. Ressalvam-se pormenores importantes como a população escolar e relevância da formação como potenciadora e de boas práticas. (RCM n.º 115/2006, p. 6845 a 6848).

Passando agora para as Áreas de Missão, mais concretamente para o Eixo da Redução da Procura. Neste eixo refere-se a necessidade de descentralizar as substâncias do pensamento dos actores do combate ao consumo em prol duma centralização do toxicodependente e das suas necessidades. No ponto da territorialidade saliente-se “o enfoque numa gestão e planeamento localizado e territorial (RCM n.º 115/2006, p. 6848). Pretende-se também intervenções de proximidade coordenando com cada actor num território partilhado, evitando a dispersão de respostas e dispositivos. Para tal enuncia-se a desconcentração de competências do IDT<sup>3</sup> catalisando as dinâmicas regionais.

*“A percepção das realidades e dos fenómenos é mais sentida e melhor percebida a nível local, pelo que se deve partir das suas necessidades/propostas para construir planos de intervenção que respondam a diagnósticos territoriais, identificando prioridades para o início ou continuidade das intervenções”.* (RCM n.º 115/2006, p. 6848).

Ainda na visão estratégica para o Eixo da Redução da Procura de referir o ponto das abordagens e respostas integradas. Aqui parte-se da premissa de que visões parciais levam a uma interpretação redutora da realidade promovendo, assim, intervenções dispersas. Deste modo torna-se necessário que todos os actores organizem a sua intervenção contribuindo para uma rede de acção coerente.

---

<sup>3</sup> Vide Anexo A

*“As abordagens e respostas devem construir-se de forma integrada, não clivando a realidade individual e social. Os serviços devem organizar a sua intervenção operacional criando dispositivos de resposta abrangentes e que constituam uma rede de acção coerente e simultaneamente capaz de lidar com a complexidade e transversalidade da problemática da droga e questões conexas. As visões parciais e redutoras têm levado a intervenções dispersas, pulverizadas e sem resultados avaliáveis que permitam entender a real extensão, características e tendências desta problemática”. (RCM n.º 115/2006, p. 6848).*

Segue-se, nesta linha de raciocínio, para o vector da prevenção. Trata-se de um vector que tem sido considerado prioritário. Para este vector consideram-se três objectivos gerais. São eles: aumentar o conhecimento sobre o fenómeno dos consumos de substâncias psicotrópicas, aumentar a qualidade da intervenção preventiva através do reforço da componente técnico – científica e metodológica e aumentar a abrangência, a acessibilidade e a eficiência dos programas de prevenção. Destes três objectivos gerais importa particularmente para esta investigação o último. Pretende-se em primeira instância, no referido objectivo geral, um incremento do “nível de informação/sensibilização sobre as substâncias psicoactivas e riscos associados ao seu consumo em meios específicos”. (RCM n.º 115/2006, p. 6850). Neste contexto tomar-se-á em linha de conta a elaboração de projectos junto das escolas, reforçando a abordagem preventiva, a possível criação de estruturas e o desenvolvimento de programas relativos ao consumo em meio escolar. Tal levará ao “aprofundar as acções no âmbito do programa Escola Segura” (RCM n.º 115/2006, p. 6850)<sup>4</sup>. De referir ainda o aumento de programas de prevenção selectiva dirigida a outros grupos de risco em meios como os recreativos. Dá-se também importância ao reforço duma acção eminentemente local identificando-se “territórios de intervenção prioritária em colaboração com as redes sociais existentes” (RCM n.º 115/2006, p. 6850).

Após o vector da prevenção segue o vector da dissuasão, ainda no Eixo da Redução da Procura. No texto seguinte fica patente que se pretende com a dissuasão:

*“O quadro legal e normativo em vigor aplicável ao consumo de drogas ilícitas (Lei n.º 30/2000 e regulamentação complementar), incorpora um conjunto de princípios e estratégias emergentes do paradigma da dissuasão, que se sustenta numa filosofia e numa abordagem integradora e complementar no domínio da redução da procura, que transcende a óptica da mera descriminalização. Esta perspectiva integradora subentende uma rede de respostas locais complementares, que trabalhe no mesmo sentido, e que corresponda às reais necessidades da população consumidora.*

*Em termos de resultado a alcançar, pretende-se que a operacionalização da lei contribua para a redução do consumo de drogas ilícitas, de uma forma justa, equitativa, e em consonância com as necessidades do indiciado, sejam preventivas, sanitárias, terapêuticas ou sancionatórias”. (RCM n.º 115/2006, p. 6851).*

Para este vector consideram-se três objectivos gerais. São eles: garantir a eficiência na aplicação da lei; estabelecer e manter a dinâmica de articulação entre parceiros que trabalham na área da toxicodependência; melhorar o conhecimento científico na área da dissuasão. Sendo que o último não cabe no âmbito desta investigação (RCM n.º 115/2006, p. 6851). Destes três objectivos gerais depreende-se que a dissuasão é um vector no qual se devem investir todos os esforços de modo a não criar instabilidade junto

---

<sup>4</sup> Vide Apêndice B

dos actores do combate ao consumo e dos próprios consumidores para que a lei seja efectivamente aplicada. Destaca-se também a “reafirmação do desvalor do acto de consumir, envolvendo-as [as tutelas que interagem no combate ao consumo] numa perspectiva de diminuição da procura” (RCM n.º 115/2006, p. 6851).

Referindo agora o outro Eixo das Áreas de Missão que é a Redução da Oferta. Neste Eixo trata-se sobretudo do tráfico de estupefacientes, via pela qual se opera a oferta de droga aos consumidores. Neste sentido o grande objectivo neste Eixo passa por:

*“Reduzir de forma significativa a prevalência do consumo de drogas entre a população, bem como os prejuízos a nível social e para a saúde causados pelo consumo e pelo comércio de drogas ilegais e assegurar, tendo em consideração as conquistas e valores em termos de direitos e liberdades fundamentais, um elevado nível de segurança para o público em geral, tomando medidas contra a produção e o tráfico de drogas e o desvio de precursores (incluindo o transfronteiriço) e intensificando as medidas de prevenção contra a criminalidade relacionada com a droga através da cooperação eficaz, firmada numa abordagem conjunta, com as forças de outros Estados”. (RCM n.º 115/2006, p. 6855).*

Tal operacionalizar-se-á por via de diversos objectivos gerais, dos quais se destacam, por interesses de Investigação, os seguintes: “Aumentar o trabalho de prevenção na área da criminalidade associada à droga” e “Aumentar a formação para os serviços de aplicação da lei” (RCM n.º 115/2006, p. 6855).

### **3.2 PLANO DE ACÇÃO CONTRA AS DROGAS E AS TOXICODEPENDÊNCIAS: 2009 – 2012**

Como visto anteriormente, este plano de acção surge num dissecar gradual das políticas internacionais e da estratégia nacional para os estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Trata-se, portando, da operacionalização do Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências (PNCDT), onde são traçados os objectivos gerais. Assim, no Plano de Acção Contra as Drogas e as Toxicodependências (PACDT) constam 69 objectivos específicos operacionalizados por diversas acções regulando, desta forma, as linhas orientadoras do PNCDT. Interessa nesta secção da investigação perceber de que modo a GNR contribui para a consecução dos objectivos específico do PACDT e, como tal, como se enquadra no quadro estratégico do combate aos estupefacientes e substâncias psicotrópicas. A construção dos referidos objectivos específicos assenta, como não podia deixar de ser, na estrutura que o PNCDT conceptualiza para o quadro de actuação no âmbito da droga. Ou seja, baseia-se nos seis Eixos balizados pelos dois tipos de Áreas: transversais e de missão.

Assim, no que às Áreas Transversais diz respeito, começemos pelo Eixo da Coordenação. Neste eixo, nenhum dos objectivos têm a GNR como Entidade Responsável. Pelo que se pode inferir acerca do não posicionamento da GNR na Coordenação

Segue-se o Eixo da Cooperação Internacional. Este Eixo tem como resultado a atingir o “Aumentar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas várias instâncias internacionais e regionais de cooperação, melhorando assim a eficácia da intervenção nacional”. (Instituto da Droga e da Toxicodependência – Instituto Português, 2010a, p. 16). Neste eixo salientar o objectivo 7, acção 7.1, onde o Ministério da Administração Interna é referido como uma das entidades responsáveis.

Passando ao Eixo da Informação, Investigação, Formação e Avaliação. Este Eixo tem como resultado a atingir o “Contribuir para um maior e melhor conhecimento do fenómeno das drogas e das toxicodependências e para a melhoria contínua da qualidade das intervenções, por forma a apoiar a intervenção e a decisão e a contribuir para a melhoria dos resultados obtidos”. (IDT – IP, 2010a, p. 24). Neste eixo de realçar o objectivo 25, nomeadamente a acção 25.2, onde a GNR é tida em conta como uma das entidades responsáveis pela realização de estudos sobre dimensões do fenómeno relacionado com a área da oferta. No objectivo 29 a GNR assume particular relevo ao ser uma das entidades responsáveis pela condução de três acções: 29.1, 29.2 e 29.3. Isto traduz a importância da formação no âmbito do combate aos crimes associados às drogas.

Agora, no que respeita às Áreas de Missão começemos pelo Eixo da Redução da Procura. Este Eixo tem como resultado a atingir o “Redução quantificável do consumo de drogas, da toxicodependência, dos riscos para a saúde e dos riscos sociais relacionados com as drogas”. (IDT – IP, 2010a, p. 31). No âmbito deste Eixo afigura-se, primeiramente, o Vector da Prevenção. Neste Vector a GNR não é tida em conta como entidade responsável para nenhuma das suas acções ou objectivos.

Ainda no Eixo da Redução da Procura segue-se o Vector da Dissuasão, que tem como objectivo:

*“Garantir a eficiência na aplicação da lei, assegurando o acompanhamento adequado, justo, com qualidade técnica e que vá ao encontro das necessidades efectivas dos indiciados consumidores, Promover e garantir a articulação entre serviços com responsabilidades e/ou implicações na aplicação da lei”.* (IDT – IP, 2010a, p. 34 e 35).

Neste Vector é de salientar a participação do Ministério da Administração Interna em cinco das seis acções que intervêm no objectivo 37 de harmonizar práticas e procedimentos adequando a aplicação da lei à realidade do consumo das drogas.

Passando ao vector da Redução de Riscos e Minimização de Danos. Tem como resultado a atingir “Disponibilizar programas de redução de riscos e minimização de danos a grupos específicos”. (IDT – IP, 2010a, p. 38). Neste Vector é de salientar a participação do Ministério da Administração Interna como uma das entidades responsáveis pelo objectivo 47 mediante a condução das acções 47.1, 47.2, 47.3. O que atribui um papel de relevo ao Ministério da tutela da GNR na intervenção junto aos consumidores em contexto de diversão nocturna.



Terminados os Vectores do Eixo da Redução da Procura, segue-se para um outro Eixo das Áreas de Missão: o Eixo da Redução da Oferta. Antes de mais salientar que é neste Eixo que o papel das Forças de Segurança tem mais enfoque. Ou seja, entendeu-se, como parte integrante da estratégia nacional da luta contra a droga, restringir a actividade das Forças de Segurança ao problema da oferta de droga, mais propriamente aos problemas do tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Assim, temos com resultado a atingir, no âmbito do Eixo da Redução da Oferta o seguinte:

*“Reduzir de forma significativa a prevalência do consumo de drogas entre a população, bem como os prejuízos a nível social e para a saúde causados pelo consumo e pelo comércio de drogas ilegais e assegurar, tendo em consideração as conquistas e valores em termos de direitos e liberdades fundamentais, um elevado nível de segurança para o público em geral, tomando medidas contra a produção e o tráfico de drogas e o desvio de precursores (incluindo o transfronteiriço) e intensificando as medidas de prevenção contra a criminalidade relacionada com a droga através da cooperação eficaz, firmada numa abordagem conjunta, com as forças de outros Estados”. (IDT – IP, 2010a, p. 47)*

Neste contexto apresenta-se o objectivo 62 em cujas três primeiras acções a GNR toma parte como uma das entidades responsáveis. Refere-se sobretudo, a um esforço a fazer no sentido da coordenação entre as Forças de Segurança e de centralização da informação, (IDT – IP, 2010a, p. 47).

O objectivo 63 frisa o reforço das actividades de vigilância da fronteira da União Europeia de modo a impedir a introdução de estupefacientes em Portugal e, consequentemente, no espaço europeu, (IDT – IP, 2010a, p. 47). Aqui GNR toma parte em cinco das sete acções (63.1, 63.2, 63.5, 63.8 e 63.9) que constituem este objectivo.

O objectivo 65 destaca prevenção e a redução da produção de drogas ilícitas em Portugal (IDT – IP, 2010a, p. 50). Aqui GNR toma parte em quatro das oito acções (65.4, 65.5, 65.6 e 65.7) que constituem este objectivo. (IDT – IP, 2010a, p. 50).

O objectivo 66 realça o aumento da “actividade de prevenção na área do consumo, do pequeno tráfico e da criminalidade associada à droga”. (IDT – IP, 2010a, p. 51). Aqui a GNR toma parte nas duas acções que constituem este objectivo. Trata-se do

*“Reforço e intensificação das políticas de prevenção do consumo de estupefacientes em locais públicos, habitualmente utilizados para esse fim, reafirmando, em articulação com as CDT, o desvalor legal do consumo e da posse de drogas (acção 66.1) e o Reforço da prevenção do tráfico de distribuição directa a consumidores, do tráfico-consumo localizado e da criminalidade a estes associados, através da intensificação de políticas comunitárias de policiamento de proximidade, de policiamento orientado para o problema e do aumento da visibilidade das polícias”. (IDT – IP, 2010a, p. 51).*

## **CAPÍTULO 4 ORDENAMENTO JURÍDICO DO CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES**

### **4.1 DECRETO-LEI N.º 15/93 ALTERADO PELA LEI N.º 18/2009**

#### **4.1.1 INVESTIGAÇÃO CRIMINAL**

No respeito à investigação criminal relacionada com a droga afigura-se o Artigo 57.º Decreto-Lei nº 15/93 de 22 de Janeiro republicado pelo Artigo 3.º da Lei n.º 18/2009 de 11 de Maio, onde especifica o regime jurídico de investigação criminal no contexto da droga.

Assim, à Polícia Judiciária compete a investigação dos crimes de tráfico (art. 21.º DL nº 15/93), comercialização de precursores (art. 22.º do DL nº 15/93), abuso no exercício de profissão (art. 27.º do DL nº 15/93) e associações criminosas (art. 28.º do DL nº 15/93).

À GNR compete, quando praticados na sua área de jurisdição, se lhes for participado ou deles colher notícia, os seguintes crimes: traficante - consumidor (art. 26.º do DL nº 15/93), incitamento ao uso de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas (art. 29.º do DL nº 15/93), tráfico e consumo em lugares públicos ou de reunião (art. 30.º do DL nº 15/93), abandono de Seringas (art. 32.º do DL nº 15/93 /2009), desobediência qualificada (art. 33.º do DL nº 15/93) e consumo (art. 40.º do DL nº 15/93).

### **4.2 DECRETO-LEI N.º 81/95**

#### **4.2.1 PREVENÇÃO CRIMINAL**

A prevenção criminal no âmbito do consumo de estupefacientes está legalmente prevista no Artigo 2º do Decreto-Lei nº 81/95 de 22 de Abril. São destacadas a Polícia Judiciária e a GNR e PSP.

À PJ cabe a “prevenção da introdução e trânsito pelo território nacional” assim como “prevenção da constituição de redes organizadas de tráfico” (art. 2.º, n.º1 do DL n.º 81/95).

À GNR compete, “com vista à detecção de situações de tráfico e consumo: vigilância dos recintos predominantemente frequentados por grupos de risco”, a “vigilância e o patrulhamento das zonas usualmente referenciadas” (art. 2.º, n.º2 do DL n.º 81/95).

Compete ainda à GNR, no âmbito da actual Unidade de Controlo Costeiro, “actuar na fronteira marítima, nomeadamente através do sistema de vigilância e controlo, em particular nos pontos que ofereçam condições propícias ao desembarque clandestino de droga” (art. 2.º, n.º3 do DL n.º 81/95).

#### **4.2.2 COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO, INVESTIGAÇÃO CONJUNTA E FORMAÇÃO**

Este diploma legal alerta para o *Dever de Comunicação* (art. 3.º do DL n.º 81/95) segundo o qual deve ser comunicado, no mais curto espaço de tempo, a notícia do crime ao MP e ao OPC legalmente competente.

No respeitante à informação esta deve ser centralizada na PJ, mais propriamente na Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes (DCITE). Ainda referente à intervenção conjunta é de referir as Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC), que são unidades, sob a coordenação e direcção estratégica e tática da Polícia Judiciária, que integram a PJ, GNR, PSP, SEF e DGA. Às UCIC compete disciplinar e praticar a partilha de informações oriundas de cada força e a coordenação das acções que devam ser executadas em comum. (art. 4.º e 5.º do DL n.º 81/95).

No que à formação diz respeito, é da responsabilidade do Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais da Polícia Judiciária com a colaboração das estruturas da Direcção-Geral das Alfândegas, sendo ministrada a elementos Forças e Serviços de Segurança anteriormente mencionados, dos quais os militares da GNR fazem parte (art. 7.º do DL n.º 81/95).

### **4.3 LEI N.º 30/2000**

A Lei n.º 30/2000 de 29 de Novembro define o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. No seu artigo 2.º n.º2 define-se como âmbito do diploma legal a aquisição e detenção para consumo de quantidade de estupefaciente

não superior a 10 doses diárias, sendo que essas doses diárias estão definidas na Portaria nº 94/96 de 26 de Março.

Relativamente à apreensão e identificação (art. 4.º da Lei n.º 30/2000), de referir que os elementos das Forças e Segurança devem apreender o produto em posse do consumidor e identifica-lo.

A entidade instrutória do processo de contra-ordenação é a Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT) territorialmente competente, nos termos do art. 5.º n.º1 da Lei n.º 30/2000. Essa competência vem regulada no art. 8.º da Lei n.º 30/2000.

No diz respeito à comunicação das medidas aplicadas pelas CDT é feita às entidades às quais seja pedida colaboração para a fiscalização do cumprimento dessas medidas. A informação relativa às medidas é mantida num registo central operado IDT (art. 6.º da Lei n.º 30/2000), registo esse que é regulado pela Portaria 604/2001 de 12 de Junho.

#### **4.4 ACÓRDÃO DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA N.º 8/2008**

Tendo em conta o enquadramento legal no contexto do consumo de estupefacientes conjugado com a realidade surgiu um problema. Tratava-se de uma dissonância nas decisões jurisdicionais no respeito à aquisição ou detenção para consumo de produtos estupefacientes em quantidade superior a dez doses diárias. As decisões iam em dois sentidos: punição por via do art. 21.º DL n.º 15/93 republicado pelo art. 3.º da Lei n.º 18/2009 ou punição por via do artigo 40.º DL n.º 15/93 antes da republicação. Nisto surge o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008 com carácter de Acórdão Uniformizador de Jurisprudência de forma a dar alguma harmonia e continuidade às decisões dos vários tribunais portugueses. Com isto em mente, as secções criminais do Supremo Tribunal de Justiça deliberaram, decidindo fixar jurisprudência nos termos seguintes:

*“Não obstante a derrogação operada pelo artigo 28.º da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o artigo 40.º, n.º 2, do Decreto - Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, manteve-se em vigor não só ‘quanto ao cultivo’ como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias”. (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008)*

## **4.5 EPÍTOME**

A actuação do militar da GNR em relação aos estupefacientes deve ter em conta dois factores distintos: o destino e a quantidade do produto estupefaciente. Assim temos os seguintes casos:

1. A posse para consumo de produto em quantidade inferior ou superior a dez dias: Se inferior a dez dias estamos perante uma contra – ordenação nos termos do art. 2.º da Lei n.º 30/2000; se superior a dez dias estamos perante um crime nos termos do art. 40.º DL n.º 15/93 segundo a jurisprudência fixada pelo Supremo Tribunal de Justiça
2. A posse somente para tráfico independentemente da quantidade é punida pelo art. 21.º DL n.º 15/93 republicado pelo Artigo 3.º da Lei n.º 18/2009 de 11 de Maio.
3. A posse para tráfico com a finalidade exclusiva de conseguir produto para uso pessoal é punida: criminalmente se a quantidade for superior a cinco doses diárias (art. 26.º, n.º1 do DL n. 15/93) ou em sede de Ordenação Social se a quantidade for inferior a cinco doses diárias (art. 2.º da Lei n.º 30/2000 por via do art. 26.º, n.º3 do DL n. 15/93).

Desta conclusão se pode aferir quais os procedimentos do militar da GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Vide Anexo B

## **PARTE II – PRÁTICA**

### **CAPÍTULO 5 METODOLOGIA DA PARTE PRÁTICA**

#### **5.1 METODOLOGIA**

Para a elaboração da Parte Prática desta investigação foram tomadas em linha de conta os vários métodos de investigação científica. Ponderadas todas as possibilidades, foi opção para esta investigação o método inquisitivo, método este que se baseia no interrogatório escrito ou oral. Para tal foi necessária a recolha de informação primária. Esta recolha foi feita por meio de entrevistas individuais com vista a aproveitar a experiência e as perspectivas que os diversos entrevistados têm para oferecer.

Para a recolha de informação primária foi concebido um conjunto de perguntas para darem corpo às entrevistas individuais. Essas perguntas tinham como propósito o esclarecimento das questões da investigação levando a uma melhor clarificação da problemática em torno da qual foi construído este Trabalho de Investigação Aplicada. Com a melhor clarificação do problema da investigação pretendia-se a validação das hipóteses apresentadas.

#### **5.2 HIPÓTESES PRÁTICAS**

Em consonância com as questões desta investigação foram elaboradas várias hipóteses práticas com o intuito de dar resposta a essas questões de investigação. Estas hipóteses práticas serviram como base para a elaboração das perguntas nas entrevistas individuais. As hipóteses práticas mencionadas vão ao encontro dos objectivos da investigação provenientes das questões da investigação, questões essas que traduzem o problema central da investigação. Assim sendo, apresentam-se as hipóteses práticas:

H1: A articulação entre a GNR com as demais entidades envolvidas no combate ao consumo de estupefacientes contribui para a eficácia da acção da GNR neste âmbito.

H2: A formação ministrada aos militares da GNR contribui para a eficácia da acção da GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

H3: A malha territorial da GNR contribui para a eficácia da acção da GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

H4: As competências legais da GNR contribuem para um papel decisivo no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

### 5.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE

Tendo a temática em estudo como foco afigurou-se indispensável a definição da problemática assim como uma componente teórica que enquadrasse a evolução do problema ao longo do tempo contextualizando-o na actualidade. Foi igualmente necessária uma opção pelos instrumentos de colheita de dados mais adequados para a verificação das hipóteses apresentadas.

Esta investigação debruça-se sobre uma realidade que constitui um fenómeno preocupante para a sociedade que, tendo em conta toda a sua envolvente, fomenta um sentimento de insegurança que cabe também à GNR combater. Trata-se duma realidade que desperta sentimentos, sentimentos esses que levam a actuações impregnadas em toda essa subjectividade. Assim, como o objectivo deste trabalho é ter a percepção do papel da GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, faz sentido que a metodologia de análise se abstenha de preocupações de quantificação.

Nesta procura de instrumentos de colheita de dados adequados à verificação das hipóteses no contexto da realidade acima mencionada julgou-se conveniente o recurso a métodos qualitativos, sendo a entrevista semi-directiva a observadores privilegiados a mais ajustada. A técnica referida foi a escolhida por possibilitar uma abordagem eficaz à multiplicidade de perspectivas, emprestando à investigação todos os conhecimentos e experiências vividas pelos vários entrevistados. Ainda de referir que não existe qualquer aspiração em obter uma representatividade de toda a realidade nacional, de modo que esta parte prática centra-se sobretudo na realidade do Comando Territorial de Braga. Este Comando Territorial foi escolhido tendo em conta as características sociais heterogéneas que encerra. Refira-se que no Comando Territorial de Braga temos representatividade de um contexto rural bastante acentuado, com o Destacamento Territorial da Póvoa de Lanhoso; dois Destacamentos Territoriais fortemente urbanos, com os Destacamentos Territoriais de Braga e de Guimarães; e um Destacamento Territorial com uma realidade *rurbanizada*, o Destacamento Territorial de Barcelos.

Assim sendo, o presente estudo assume características exploratórias, auscultando os profissionais que actuam no contexto do consumo de estupefacientes, dentro e fora da GNR, no sentido de encontrar indícios de resposta que permitam ir ao encontro das hipóteses, respondendo, portanto, às questões levantadas no início desta investigação.

Para as entrevistas já mencionadas utilizou-se o mesmo guião de entrevista<sup>6</sup> para todos os observadores, de modo que o entrevistado, através do fenómeno que viveu, reconheça o seu interesse de maneira a dar o seu contributo para esta investigação. Nesse guião de entrevista constam quinze perguntas semi-directivas distribuídas por três grupos.

### 5.4 EXECUÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO

A realização da vertente prática deu-se entre os dias 27 de Junho e 8 de Julho de 2010. Antes de levar a cabo a entrevista foi entregue a cada um dos entrevistados uma carta de apresentação<sup>7</sup> contendo os objectivos da investigação e o contributo esperado do entrevistado, de maneira a que os entrevistados tivessem a percepção de quais os desideratos da investigação e o que era esperado das suas respostas. No seguimento das entrevistas seguiu-se a transcrição das mesmas e posterior discussão dos resultados obtidos. Deste modo é espectável a obtenção de conclusões no que à validação das hipóteses práticas diz respeito

### 5.5 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE ANÁLISE

O combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas é feito numa perspectiva de territorialidade, dando responsabilidades a entidades com essa expressão territorial. Deste modo, sendo inviável a consulta de todos os profissionais de todos os distritos de Portugal, optou-se por um distrito que encerrasse em si uma heterogeneidade tal que permitisse uma perspectiva abrangente do papel das entidades envolvidas no combate ao consumo de estupefacientes. Assim, o investigador optou por colher a perspectiva ao nível da Direcção de Operações, especificamente da Repartição de Programas Especiais, ao nível do Comando Territorial de Braga e ao nível dos seus Destacamentos Territoriais. Ao mesmo tempo juntou-se a visão da Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência. Torna-se, portanto, possível ter a noção da articulação e enquadramento entre as entidades que combatem o consumo de estupefacientes e de que forma esse combate se desenvolve. Permite ainda ter uma noção da formação ministrada no contexto do consumo de estupefacientes através do seu reflexo na actividade operacional das Unidades. Neste sentido, torna-se também exequível perceber o papel da GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

---

<sup>6</sup> Vide Apêndice C

<sup>7</sup> Vide Apêndice D



## CAPÍTULO 6

### APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

#### 6.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Os entrevistados têm na sua maioria idades inferiores a quarenta anos, sendo que apenas quatro deles apresentam idade superior. Uma vez que os entrevistados foram seleccionados tendo em atenção os diversos níveis de actuação é apresentada uma variedade de postos com maior incidência para o posto de Capitão.

De forma a melhor a caracterização dos entrevistados, o guião da entrevista inclui essa informação pessoal, profissional e académica mais completa que pode ser consultada nos Apêndices E, F, G, H, I, J, K, L e M.

#### 6.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Seguidamente apresenta-se uma análise das questões colocadas aos entrevistados tendo como apoio uma síntese das respostas às referidas perguntas, de maneira a que se consiga relacionar as várias respostas à mesma questão encontrando pontos convergentes ou divergentes. Pretende-se uma confrontação com as hipóteses práticas e um destaque dos contributos individuais dos entrevistados para cada pergunta.

##### 6.2.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO GRUPO I

O Grupo I da entrevista, refere-se ao tema “*Enquadramento e articulação*”. Este grupo visa enunciar quais as entidades que actuam no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes, descrever de que forma se articulam com a GNR nesse combate e compreender qual o enquadramento da GNR na estratégia nacional no âmbito do consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

**Questão n.º 1:** Quais as entidades com as quais a GNR se articula no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?

**Quadro 6.2.1.1: Análise de resultados da questão n.º 1, do Grupo I**

N.º ENT	RESPOSTA
1	No que toca ao consumo é sobretudo a CDT aqui de Braga. Existe ainda contactos com outras entidades mas a um nível mais informal.
2	Quando detectadas as situações de consumo os militares elaboram o expediente necessário para a Comissão de Dissuasão da Toxicodependência do Distrito
3	No que diz respeito ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas são as Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência.
4	Com a Comissão de Dissuasão da Toxicodependência.
5	Apenas com o Tribunal, uma vez que estamos em sede de crime rodoviário.
6	É a Comissão de Dissuasão da Toxicodependência, neste caso de Braga.
7	Podemos referir as Câmaras Municipais ao nível das campanhas de sensibilização e as Comissões de Dissuasão da Toxicodependência para onde os consumidores são notificados e, paralelamente, a PSP. Podemos até falar das escolas e dos estabelecimentos de diversão nocturna.
8	Quando se trata de jovens as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e as Comissões de Dissuasão da Toxicodependência.
9	Com as Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência que funcionam uma em cada capital de distrito.

Analisando as respostas a esta questão podemos ver que todos os entrevistados, de forma unânime, referiram as Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência como a entidade com a qual a GNR se articula no combate ao consumo de estupefacientes. Foi ainda mencionada a PSP, como uma entidade paralela à GNR no sentido de ter a mesma missão neste âmbito, e as câmaras municipais, as escolas e os estabelecimentos de diversão nocturna mencionadas como entidades com as quais a GNR se articula numa lógica de cooperação informal. O entrevistado n.º 8 refere as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens de cada município quando se trata de consumidores menores. Saliente-se também o entrevistado n.º 5 que, devido à sua especialidade de actuação ser na vertente do trânsito, indica como entidades os tribunais. Isto por estar em sede de crime rodoviário.

**Questão n.º 2:** No âmbito da acção do Estado no combate ao consumo, como se enquadra a GNR com as entidades referidas?

**Quadro 6.2.1.2: Análise de resultados da questão n.º 2, do Grupo I**

N.º ENT	RESPOSTA
1	Ou seja, há uma relação paralela e, por vezes, de coadjuvação.
2	Coadjuva a CDT e tem uma relação paralela de cooperação com a PSP.
3	Identifica, detecta e autua notificando o consumidor para comparecer na CDT.
4	Uma vez que os encaminhamos para a CDT trata-se dum coadjuvar a Comissão na sua missão.
5	Tratando-se de mais um sumário, assim como o álcool, o enquadramento feito com os tribunais é, como não poderia deixar de ser, de coadjuvar.
6	A GNR coadjuva na medida em que a CDT é a entidade instrutória do processo.
7	Com as CDT coadjuvamos identificando e notificando para comparecer. Com as câmaras, escolas e estabelecimentos de diversão nocturna é mais no âmbito da identificação dos problemas sobre os quais devemos actuar.
8	Existe uma boa interligação. É um enquadramento no âmbito da cooperação no qual prestamos uma acção de encaminhamento. Isto em relação à CDT. Relativamente à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, é mais ao nível do concelho e com a qual temos tido uma excelente relação que permite sanar, desde logo, os

	problemas com os jovens que consumam.
<b>9</b>	No que à influência da actuação da GNR concerne no alcance deste desiderato é de salientar tanto as acções de fiscalização e patrulhamento como os circunstancialismos que envolvem a abordagem dos infractores e elaboração dos autos de ocorrência.

Da análise das respostas podemos constatar que se trata de um enquadramento no sentido de coadjuvar as CDT na sua missão. Para tal a GNR desenvolve acções de fiscalização que eventualmente resultam na detecção e posterior notificação para comparecer junto das CDT. No que à PSP diz respeito trata-se de um enquadramento paralelo havendo enquadramento na mesma medida em que há para toda a restante actividade operacional. As câmaras municipais, escolas e estabelecimentos de diversão nocturnas têm um enquadramento cooperante com a acção da GNR na identificação dos problemas sobre os quais actuar. Por fim, referindo-se à especialidade de trânsito, o entrevistado n.º 5 afirma que o enquadramento com os tribunais é a mesmo do que no caso do crime de condução sob o efeito do álcool, ou seja, de coadjuvação.

**Questão n.º 3:** Existe articulação entre a GNR e as referidas entidades no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?

**Quadro 6.2.1.3: Análise de resultados da questão n.º 3, do Grupo I**

<b>N.º ENT</b>	<b>RESPOSTA</b>
<b>1</b>	Sim, existe alguma. Poderia existir mais.
<b>2</b>	Sim, existe articulação.
<b>3</b>	Existe. Mas depende muito da cada local e de cada pessoa.
<b>4</b>	Sim, existe. Penso que ainda seja pouca mas existe.
<b>5</b>	Sim, existe.
<b>6</b>	Sim, sem dúvida que existe.
<b>7</b>	Sim, existe articulação.
<b>8</b>	Considero que existe articulação e interligação.
<b>9</b>	Sim, existe.

A análise das respostas adquiridas na entrevista leva à conclusão que a articulação existe, apesar de serem deixadas notas de alguma escassez nessa articulação, segundo o entrevistado n.º 1, e alguma subjectividade, afirmando-se que essa articulação é sempre dependente das pessoas em causa. Isto segundo o entrevistado n.º 3.

**Questão n.º 4:** Caso assuma que existe articulação, considera-a eficaz, contribuindo para a eficiência da acção do Estado no combate ao consumo, ou considera-a ineficaz, dificultando da acção do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?

**Quadro 6.2.1.4: Análise de resultados da questão n.º 4, do Grupo I**

<b>N.º ENT</b>	<b>RESPOSTA</b>
<b>1</b>	O que considero é que quando há é bastante eficiente. Mas penso que há pouca, deveria haver mais. Mas a resolução deste problema passa muito pelas pessoas que estão à frente
<b>2</b>	Considero que a articulação que existe é bastante eficiente sem qualquer obstáculo à comunicação.
<b>3</b>	E eficaz, mas este tipo de coordenação ou articulação depende sempre em grande parte das pessoas

## CAPÍTULO 6 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

	responsáveis pelos organismos em articulação. Penso que falte, contudo, o <i>feedback</i> [...].
4	Quando existe é eficaz. O que acho é que podia haver mais.
5	Sim, é eficaz. Apesar [...] não recebermos o <i>feedback</i> das sanções [...].
6	Considero que seja eficaz, havendo espaço para melhorias. Sobretudo ao nível do <i>feedback</i> que temos da CDT.
7	É eficaz na medida em que permite delinear estratégias por identificarem consumidores, locais de consumo e identificação de grupos de risco.
8	Considero que seja uma cooperação eficaz muito devido a uma interligação muito proveitosa com essas entidades.
9	A articulação entre a CDT e a GNR tem sido eficaz no que à experiência do distrito de Braga concerne. A intensificação de fiscalização dos consumidores ocasionais de haxixe tem sido notória e, embora não tenhamos dados com expressão estatística e rigorosa, usando da experiência que temos de 10 anos de serviço, pode-se presumir que o baixo nível de reincidência se deve ao efeito dissuasor daquelas acções. Nessa medida, a GNR contribui em boa escala para um desiderato de dissuasão. De notar ainda que, e sempre reportando-nos à realidade concreta da CDT de Braga, as acções de formação que têm sido dadas aos agentes em instrução, a pedido dos Comandos Territoriais, têm-se revelado eficazes ao nível da optimização de procedimentos o que, podemos presumir, estará na causa do incremento de elaboração de autos de ocorrência.

Analisando as respostas dadas pode-se concluir que todos os entrevistados consideram que existe uma articulação eficaz, contribuindo para a eficiência da acção do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Dois dos entrevistados consideraram que, apesar de eficaz, existe pouca articulação. Considerou-se ainda que a articulação entre as entidades depende em parte das pessoas responsáveis. Foi ainda avançado a falta de *feedback* como um ponto menos positivo nessa articulação. Essa eficácia é notória, segundo o entrevistado n.º 9, devido ao incremento de autos devido a uma optimização de procedimentos na sequência de uma melhoria da articulação.

**Questão n.º 5:** A estratégia nacional considera a redução da procura e a redução da oferta no combate à droga. Em qual destas duas realidades considera que a GNR actua? Se considera actuar nas duas realidades reconhece alguma preponderância? Porquê?

**Quadro 6.2.1.5: Análise de resultados da questão n.º 5, do Grupo I**

N.º ENT	RESPOSTA
1	Nós devemos agir nas duas vertentes, mas a GNR actua mais sobre a oferta.
2	Relativamente a esta questão penso que a GNR actua em ambas as realidades Julgo que sejam das faces de uma mesma moeda. Isto em termos teóricos. Mas se evocar a minha experiência do comando de Destacamento Territorial reconheço que haja preponderância para a investigação, descorando-se a parte contra-ordenacional.
3	Penso que a GNR actua equitativamente na redução da procura e na redução da oferta. Ou seja, é uma actuação equilibrada [...].
4	[...] reconheço que haja uma pequena preponderância para a oferta.
5	Na minha opinião é mais na redução da oferta.
6	A actuação da GNR é equilibrada, actua nas duas realidades. Temos os militares dos Postos que actuam sobretudo na procura e o pessoal do NIC que actua na oferta.
7	Intervimos nas duas realidades. Na redução da oferta por parte do NIC. A redução da procura passa muito pela sensibilização nas escolas.
8	O que se está a verificar actualmente na GNR é uma maior incidência numa actuação no âmbito da oferta, com aqueles grandes processos que visam levar à Justiça o traficante, aquele que oferece.
9	Creemos que actuação nas duas mas com preponderância para a redução da oferta porque se trata de um órgão de polícia criminal com forte actuação de investigação e repressão.

Analisando as respostas apresentadas pode-se inferir que a actuação da GNR é equilibrada levando em linha de conta as realidades da redução da procura e da redução da oferta. Para esta conclusão contribuíram três respostas atribuindo à GNR uma actuação equilibrada sem qualquer preponderância; cinco respostas atribuindo à GNR

uma actuação equilibrada com alguma preponderância para a oferta; uma resposta atribuindo à GNR uma actuação mais incisiva na oferta. Em suma, oito das nove respostas atribuíram à GNR uma actuação equilibrada. Essa actuação caracterizada pelo equilíbrio deve-se à complementaridade das duas formas de agir, sendo impraticável o combate ao flagelo da droga sem uma conjugação de esforços na vertente do consumidor e do traficante.

**Questão n.º 6:** Como actua a GNR na redução da procura, prevenindo ou reprimindo? Porquê?

**Quadro 6.2.1.6: Análise de resultados da questão n.º 6, do Grupo I**

N.º ENT	RESPOSTA
1	Como disse, no que toca à actuação na procura penso que a nossa actuação é sobretudo na prevenção, ou seja, tendo como instrumento as acções e sensibilização.
2	Penso que seja mais ao nível contra-ordenacional. Ou seja, já existe o consumidor já nada há a prevenir portanto reprime-se o consumo.
3	Na sequência do que tinha dito, é uma actuação equilibrada.
4	Penso que seja mais o sentido de levar os consumidores a comparecerem na CDT. Mas também há algumas acções de sensibilização no contexto das escolas. O grande problema da prevenção é não ser quantificável.
5	Quando encontramos alguém com estupefacientes no organismo a nossa acção, poder-se-á dizer, é mais repressiva. Tendo a GNR como um todo penso que a actuação seja mais repressiva neste contexto da redução da procura.
6	E uma actuação mais na repressão. E mais detectarmos as infracções e autuar encaminha-los para a Comissão.
7	Prevenindo. Porque uma vez que a redução da procura incide nos potenciais consumidores, sobretudo os adolescentes.
8	Actua duma forma mais repressiva, com alguns episódios de prevenção.
9	Prevenindo [...]. Todavia, não se pode ignorar a eficácia da repressão pelo que, no que ao consumo diz respeito, as acções de fiscalização devem visar, caso haja infracção, a elaboração do auto de ocorrência a fim de que as CDT possam dar continuidade ao papel da dissuasão [...].

Por via da análise das respostas torna-se evidente que, tendo em conta a redução da procura, a actuação da GNR é mais repressiva. Isto tendo em conta que apenas dois dos entrevistados consideraram uma actuação preventiva. Retira-se destas respostas que, de facto, existem duas formas de actuar sobre a redução da procura, através de uma acção preventiva e duma acção repressiva. Previne-se através das acções de sensibilização, nomeadamente junto das escolas, evitando, desde logo, que os jovens consumam, prevenindo, portanto, o consumo. A repressão é levada a cabo por intermédio das medidas normais de polícia que, detectando os consumidores, são notificados para comparecer nas CDT, ou seja, actua-se sobre o consumo que já existe. É ainda referida a subjectividade da vertente preventiva que leva a GNR a actuar mais repressivamente. Na especialidade de trânsito a acção é puramente repressiva não existindo acções de sensibilização durante as fiscalizações.

**Questão n.º 7:** Como actua a GNR na redução da oferta, prevenindo ou reprimindo? Porquê?

**Quadro 6.2.1.7: Análise de resultados da questão n.º 7, do Grupo I**

N.º ENT	RESPOSTA
1	Vamos intercalando as duas formas de actuar sobre a oferta. Portanto, o grande grosso da nossa actuação é na

	prevenção da oferta, através de medidas normais de polícia, intercalando com actuações pontuais no contexto da Investigação Criminal [...].
<b>2</b>	A repressão porque é o que diz respeito à investigação criminal.
<b>3</b>	Uma actuação equilibrada. Mas reconheço que a GNR tem um papel mais importante na prevenção da oferta através de operações de normais de polícia [...].
<b>4</b>	Na redução da oferta creio que seja em ambas as perspectivas. Eu diria que uma complementa a outra.
<b>5</b>	Porque a repressão que o Destacamento de Trânsito possa fazer no contexto da oferta, aquele que trafica, é numa perspectiva mais preventiva. Quero com isto dizer, que a nossa actuação nesse aspecto é operacionalizada através das acções policiais normais como operações <i>STOP</i> .
<b>6</b>	Relativamente à oferta considero que seja uma actuação bipartida uma vez que as nossas demonstrações de força e presença previnem que haja tráfico. Paralelamente decorrem investigações, de âmbito mais restrito, para reprimir o tráfico que já sucedeu.
<b>7</b>	Reprimindo. Através de operações com base em inquérito a decorrer ou sem inquérito a decorrer, isto é, com ou sem elementos do NIC.
<b>8</b>	Aqui considero que seja uma acção repressiva.
<b>9</b>	Reprimindo.

Analisado as observações feitas nesta questão de referir que há uma divisão de opiniões entre uma actuação mais repressiva ou equilibrada no que à oferta diz respeito, sendo que o entrevistado n.º5 considera que a acção da GNR na vertente do trânsito em matéria de actuação na oferta é mais preventiva. De salientar que os entrevistados consideram que a actuação da GNR na redução da oferta pode, de facto, ser levada a cabo de duas formas distintas: prevenindo ou reprimindo. Prevenindo por meio de medidas normais de policiamento criando insegurança em quem oferece os produtos, evitando essa oferta. Reprimindo através da acção concertada e sistematizada da acção da Investigação Criminal que actua no âmbito de um inquérito, cujo objectivo é a recolha de prova no intuito de reprimir uma conduta já praticada, a oferta de produto estupefaciente.

## 6.2.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO GRUPO II

O Grupo II da entrevista, refere-se ao tema “*Formação*”. Este grupo tem como intuito descrever e compreender de que modo a formação ministrada aos militares da GNR influi na consecução da missão desta no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

**Questão n.º 1:** Considera que exista formação na GNR no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?

**Quadro 6.2.2.1: Análise de resultados da questão n.º 1, do Grupo II**

<b>N.º ENT</b>	<b>RESPOSTA</b>
<b>1</b>	Existe, mas é insuficiente. Existe uma formação inicial, no ingresso aos quadros, uma formação especializada na Investigação criminal e aquela formação contínua dada nas Unidades. [...] dever-se-á apostar na formação contínua, nas Unidades ou até para além destas com módulos de reciclagem que dêem aos militares o conhecimento para actuar [...].
<b>2</b>	Sim, existe.
<b>3</b>	Não tenho dados para lhe responder a isso, mas admito que sim, tendo em conta que a formação na GNR é bastante boa. O que lhe posso dizer é que os militares que estão nos Núcleos de Programas Especiais não têm formação para além daquela que tiveram no curso de ingresso.

## CAPÍTULO 6 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4	Sim, existe.
5	Sim, sem dúvida que existe.
6	Sim, existe.
7	Existe. Inicialmente, nos cursos de ingresso nos quadros, na especialidade de Investigação Criminal e na formação contínua, nos Destacamentos.
8	Tendo em conta a dinâmica preventiva penso que fica aquém mas no que toca à vertente repressiva penso que sim. Portanto, penso que de facto existe.
9	No Destacamento de Guimarães, de Barcelos e da Póvoa de Lanhoso foi encetada uma parceria com a CDT de Braga a fim de incluir na instrução dos militares um módulo sobre o Regime Legal aplicável consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Para além destes casos, considero que não há formação da GNR no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Antes de mais referir que estas respostas se sustentam no reflexo que a formação ministrada transmite na actividade operacional na qual os entrevistados actuam. Neste sentido a afirmação de existência é uma declaração, por parte do entrevistado, da adequabilidade das competências dos militares para agirem em matéria do consumo droga no ambiente profissional dos entrevistados. Neste contexto, tendo como base estas respostas podemos concluir que todos os entrevistados militares da GNR consideram que a formação existe. O entrevistado n.º 9, que não é militar da GNR, considera não existente essa formação, sendo apenas pontual em sede de cooperação com a CDT. É ainda referido que a formação divide-se em três momentos: a formação inicial de acesso aos quadros, a formação especializada em contexto da Investigação Criminal e a formação contínua ministrada nas Unidades. Assim, o entrevistado n.º 1 pondera que a formação pode ser melhorada com uma aposta na formação contínua. O entrevistado n.º 3 afirma que os militares dos NPE não têm formação para além daquela recebida no curso de ingresso.

**Questão n.º 2:** Caso assuma que existe essa formação, considera-a eficaz, contribuindo para a eficiência da acção a GNR no combate ao consumo, ou considera-a ineficaz, dificultando a acção a GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?

**Quadro 6.2.2.2: Análise de resultados da questão n.º 2, do Grupo II**

N.º ENT	RESPOSTA
1	Considero que sim, que é eficaz. Na formação especializada sobretudo. Na formação inicial penso que seja a suficiente, [...]. A formação contínua é que deve ser fomentada e desenvolvida pelas Unidades e pela Guarda.
2	Penso que sim, que seja eficaz. Penso que seja a necessária para atribuir as competências devidas e legitimar a actuação dos militares no âmbito do consumo.
3	No sentido daquilo que já tinha dito, não disponho de dados para responder a essa pergunta.
4	Considero que seja eficaz [...]. Claro que a prática leva a que apareçam problemas novos que só a formação não é suficiente para saber lidar, daí ser precisa a formação contínua, que também existe e também é eficaz.
5	Sim é eficaz. [...] mas sobretudo bastante eficaz na vertente de trânsito em que os militares saem com bastante competência para os procedimentos que adoptamos. Até porque o procedimento é quase o mesmo que o ilícito criminal de condução sobre o efeito do álcool.
6	Considero que seja eficaz uma vez que os militares chegam capacitados para actuarem.
7	É eficaz, porque a partir do momento em que o militar sabe o que fazer intervém muito mais e com mais qualidade.
8	A formação existente serve de base. A partir daí é preciso auto motivação para os militares se aperfeiçoarem, mas eles vêm motivados para aprender.
9	Da experiência com aqueles três Destacamentos a formação revelou-se altamente eficaz. Melhoria da elaboração dos autos de ocorrência e agilização de procedimentos.

Analisando as respostas à segunda pergunta do Grupo II, podemos ver que todos os entrevistados encaram a formação como eficaz, à excepção do entrevistado n.º 3 que considera não dispor de dados suficientes para responder. É feita referência à formação de especialização no âmbito da investigação criminal como sendo particularmente eficaz, ao mesmo tempo que a formação inicial de ingresso aos quadros é vista como a suficiente, tendo em conta as competências trazidas pelos militares formados para a actividade operacional. Trata-se, portanto, de um reflexo positivo da formação na actividade das Unidades Territoriais. É ainda de salientar o caso pontual referido pelo entrevistado n.º 9 que afirma que a formação leva à melhoria de procedimento no âmbito do consumo contribuindo para a fluidez da acção da GNR.

**Questão n.º 3:** Considera que a formação neste âmbito sensibiliza os militares para a dimensão da prevenção ou, pelo contrário, é centralizada na acção repressiva? Porquê?

**Quadro 6.2.2.3: Análise de resultados da questão n.º 3, do Grupo II**

Nº ENT	RESPOSTA
1	A prevenção acaba por ter uma dimensão mais subjectiva [...]. Neste aspecto, penso que a formação, que tem como fim último a actuação no terreno, é mais centralizada na acção repressiva.
2	Ou seja, penso que a formação seja equilibrada, que contemple a dimensão preventiva e repressiva do combate ao consumo. Mas decorre da actividade operacional uma tendência para reprimir o consumo.
3	Penso que a formação que existe, está virada para a repressão. Porque no âmbito da prevenção duvido que exista.
4	Julgo que os leve mais para actuarem mais no âmbito da repressão.
5	Penso que seja numa dimensão mais repressiva. No que toca à vertente do trânsito é, sem dúvida, na dimensão mais repressiva.
6	[...] considero que seja uma formação equilibrada, a função no terreno é que vai determinar se são mais propensos para sensibilizar ou para reprimir.
7	E mais centralizada numa acção repressiva. Porque aprendem a prática normal do terreno que é reagir a denúncias o que leva a uma acção mais repressiva. Além disso a prevenção fica mais para os NPE.
8	[...] considero que essa formação sensibiliza os militares para uma postura mais repressiva.
9	A formação deve sensibilizar os militares para a prevenção assim como deve esclarecer os militares que, no que à repressão diz respeito, o seu trabalho não é inglório. A formação deve pois ser dada pelos profissionais das CDT's a fim de se promover a partilha de experiências profissionais e, nesse sentido, a optimização de procedimentos

A análise desta questão leva a concluir que a formação ministrada aos militares da GNR no âmbito do consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas é, tendo em conta o seu reflexo na actividade operacional, uma formação tendencialmente centralizada na acção repressiva. Para tal contribui o facto da dimensão preventiva de actuação ser subjectiva o que impossibilita uma quantificação da sua eficácia. Por outro lado a vertente repressiva de actuação é, na opinião dos entrevistados, mais remuneradora, no sentido em que a consequência dessa repressão é mais facilmente perceptível pelo agente repressor. Esta atitude repressiva advém, em grande medida, da actividade funcional quotidiana dos militares da GNR por actuarem sobretudo numa lógica de reacção ao acto em concreto, o consumo. Há ainda quem considere que uma actuação preventiva ou repressiva não depende da formação mas antes das funções a que os militares se destinam, considerando-se assim que a formação dá as ferramentas necessárias para os militares quaisquer que sejam as funções futuras. É ainda consideração comum que a



vertente preventiva neste contexto é deixado para o NPE. Fica a sugestão das CDT terem um contributo mais sistemático na formação dos militares no âmbito em estudo.

**Questão n.º 4:** Considera que na formação os militares são focalizados a agir sobre a oferta, sobre a procura ou sobre ambas? Se considerar actuar sobre ambas, reconhece alguma preponderância? Porquê?

**Quadro 6.2.2.4: Análise de resultados da questão n.º 4, do Grupo II**

N.º ENT	RESPOSTA
1	Julgo que a formação leva os militares a actuarem mais focalizados na oferta.
2	Penso que não haja um desequilíbrio no estímulo formativo quer para a oferta quer para a procura. O que me parece é que no serviço haja uma tendência para se actuar na oferta.
3	Sobre a oferta.
4	Em ambas. Isso depende onde estiverem, se nos Postos se no NIC.
5	Na vertente de trânsito são orientados para reprimir a procura, até porque no trânsito não há meios ou estruturas orgânicas ou humanas para agir sobre o traficante, aquele que oferece.
6	É equilibrada sendo o terreno e função que determina a preponderância.
7	É mais sobre a oferta. Apesar de, na formação inicial, ficarem aptos para trabalharem as questões do consumo é sempre mais remunerador a investigação.
8	Tendo em conta esse reflexo penso que os militares sejam focalizados a actuarem sobre as duas realidades, procura e oferta. Mas penso que haja um pendor para a oferta.
9	Em ambas.

Analisando as respostas dadas é de referir que os entrevistados consideram que a formação ministrada é equilibrada com um ligeiro pendor para a oferta. Reconhecem um pendor na oferta, não por vício de formação, mas antes pela influência da actividade policial quotidiana que os leva a agir assim por se ter a percepção que a actuação na oferta é mais remunerador que uma actuação na procura. O entrevistado n.º 5 afirma que na vertente de trânsito a intervenção da GNR é eminentemente na redução da procura para a qual os militares, no âmbito da sua especialidade, são formados. Tal deve-se ao facto não existirem sequer estruturas orgânicas ou humanas para agirem sobre o traficante, aquele que oferece.

### 6.2.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO GRUPO III

O Grupo III da entrevista, refere-se ao tema “*Papel da GNR*”. Este grupo visa descrever e compreender o papel da GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

**Questão n.º 1:** Avaliaria o contributo da GNR como decisivo ou subsidiário para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Porquê?

**Quadro 6.2.3.1: Análise de resultados da questão n.º 1, do Grupo III**

N.º ENT	RESPOSTA
1	Penso que seja subsidiário porque o combate ao consumo tem que partir dum conjunto variado de entidades. Assim, considero que o papel da GNR seja subsidiário sendo, contudo, um papel muito importante e que mais

	ninguém faria.
<b>2</b>	Considero o papel da GNR como decisivo porque a nossa actuação, enquanto Força de Segurança territorialmente estabelecida, é essencial para o acompanhamento das situações. Isto no sentido de recolha de informação, detecção dos consumidores e monitorização dos mesmos.
<b>3</b>	Para o combate ao consumo é, sem dúvida, decisivo. Não há mais ninguém que o faça, excepto a PSP na sua área de jurisdição. Por isso, se a GNR não o fizer mais ninguém faz.
<b>4</b>	Trata-se de um papel decisivo, pois é com a fiscalização nas ruas que podemos actuar no consumo. A PJ, por exemplo, é decisiva no combate ao tráfico mas não tão importante no consumo.
<b>5</b>	Considero o papel da GNR bastante importante, decisivo até. Ainda para mais se tivermos em conta apenas o consumo. Ou seja, naquilo que preocupa as pessoas e que afecta o seu sentimento de segurança, que é o consumidor, a GNR tem um papel decisivo, sem dúvida.
<b>6</b>	Um aspecto muito importante, sem fiscalização não se faz combate ao consumo. Portanto, voltando à sua questão, o contributo da GNR para o combate ao consumo é muito decisivo.
<b>7</b>	Tem um papel decisivo porque, paralelamente com a PSP, desenvolve um trabalho diário que mais ninguém desenvolve.
<b>8</b>	Penso que seja um contributo decisivo, porque não estou a ver como esse combate seria levado a cabo sem a GNR.
<b>9</b>	Decisivo. Deve-se considerar que o desiderato da dissuasão só tem expressão real a partir do momento em que é dada a notícia da prática da infracção. Logo, não havendo fiscalização da GNR nem tão pouco elaboração de autos de ocorrência as CDT's não podem iniciar a sua actuação.

A análise das respostas a esta questão leva à conclusão que o contributo da GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas é decisivo. Tal deve-se o facto de oito das nove respostas apresentadas avaliarem esse contributo da GNR como tal. O entrevistado n.º 1 foi o único que não considerou um contributo decisivo, avaliando-o, contudo, como muito importante. Este entrevistado afirma que, tendo em conta outras entidades, o contributo da GNR é subsidiário. Contudo assume também que a ausência da GNR seria incapacitante para uma acção eficaz. São lançadas razões para esse papel decisivo, das quais salientam-se as seguintes. Em primeiro lugar a GNR, paralelamente com a PSP, é uma força de Segurança territorialmente estabelecida o que leva a que seja a única força que combine a intensa fiscalização do consumo com a recolha contínua de informação. Ao mesmo tempo torna possível a detecção dos consumidores e identificação dos locais de consumo. Refere-se ainda a PJ como tendo um papel decisivo mas relativamente ao tráfico de estupefacientes e não ao seu consumo. Em suma, sem a GNR, enquanto Força de Segurança estabelecida numa zona de acção na qual desenvolve uma intensa actividade de fiscalização, não seria possível o combate ao consumo de estupefacientes.

**Questão n.º 2:** Considera a malha territorial da GNR como um factor positivo para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?

**Quadro 6.2.3.2: Análise de resultados da questão n.º 2, do Grupo III**

<b>Nº ENT</b>	<b>RESPOSTA</b>
<b>1</b>	Muito decisivo. Ao nível da troca de informações ao longo duma tão grande parcela do território nacional. Aliás, é sempre uma mais-valia a todos os níveis da actividade operacional.
<b>2</b>	Considero que seja um factor negativo. Isto porque, em paralelo com a malha territorial, considero também os nossos meios humanos e materiais. Em suma, a malha territorial é uma mais-valia se com ela advier meios humanos e matérias.
<b>3</b>	Pode ser um contributo positivo mas, por vezes, negativo. Positivo pela partilha de informação e negativa porque há muitos Postos que têm meios humanos insuficientes. Por isso uma actualização da malha territorial poderia ser uma opção a ter em conta.
<b>4</b>	É uma mais-valia. Sobretudo ao nível de uma troca de informação mais fácil.
<b>5</b>	A extensa malha territorial da GNR é sempre uma mais-valia. Sobretudo no que toca à partilha de informação. Mas para que tal tenha efeito, essa partilha de informação tem que ser agilizada. Em

	suma, havendo essa vontade de partilhar informação pelos mais diversos interlocutores dentro da GNR, a malha territorial assume uma grande relevância. Não só no combate ao consumo mas em toda a actividade da GNR.
6	É um factor positivo porque nos permite ter um acesso a mais informação do que aquela que teríamos se a nossa malha territorial fosse menos extensa.
7	Penso que seja indiferente, uma vez que os procedimentos são sempre os mesmos [...].
8	É um factor positivo. Porque apesar dessa malha territorial extensa requerer um efectivo maior, as informações que retiramos dessa malha territorial são uma vantagem que suplanta a primeira.
9	Não responde..

Analisando as respostas que foram apresentadas no quadro acima pode-se concluir que não há consenso neste universo de análise. Contudo a maioria considerou que a malha territorial é um factor positivo para o combate ao consumo de estupefacientes contando com cinco das nove respostas orientadas nesse sentido. Note-se a discrepância de opinião no grupo contrário ao que considerou como um factor negativo. Os que consideraram a malha territorial como um factor positivo, apontaram sobretudo para o manancial de informação disponível à GNR por motivo da sua malha territorial. Na sequência, como é a mesma Força de Segurança que ocupa essa larga faixa de território, a partilha dessa informação é facilitada. Neste ponto é de salientar o contributo do entrevistado n.º 5 que afirma que apesar de criadas as condições para essa partilha de informação, cabe aos responsáveis estarem predispostos a essa troca, caso contrário, esta mais-valia da malha territorial torna-se impraticável. Quem considerou a malha territorial como um aspecto menos positivo imputou responsabilidade sobretudo à falta de recursos humanos e materiais para dar resposta à malha territorial. Houve ainda quem sugerisse uma reavaliação dessa malha territorial.

**Questão n.º 3:** Considera que as competências legais atribuídas conduzem a acção da GNR para um contributo decisivo ou subsidiário no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Porquê?

**Quadro 6.2.3.3: Análise de resultados da questão n.º 3, do Grupo III**

N.º ENT	RESPOSTA
1	Ao nível do consumo penso que nos dão um papel importante sobretudo na repressão da procura ao nível dos ilícitos contra-ordenacionais.
2	Considero, sem dúvida, que conduzem para um papel decisivo.
3	Para um contributo decisivo. Porque atribuem à GNR, e paralelamente à PSP, responsabilidades que não atribuem a mais Instituição nenhuma.
4	No que toca o consumo temos um papel decisivo, tal deve-se às competências legais atribuídas.
5	No combate ao consumo as competências legais conduzem para um contributo decisivo.
6	No âmbito do consumo, sim conduzem. No decorrer que lhe tenho dito, a fiscalização é extremamente importante.
7	No que toca ao consumo, as competências legais conduzem para um contributo decisivo.
8	Tendo em conta apenas o consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas considero que as competências legais são as necessárias e, portanto, conduzem a GNR para uma acção decisiva.
9	Tendo em conta as disposições legais é evidente que conduzem a GNR para um contributo decisivo.

Tendo em linha de conta a análise das respostas apresentadas torna-se evidente o consenso gerado em torno desta questão. Todos os entrevistados consideraram que as competências legais atribuídas conduzem a acção da GNR para um contributo decisivo no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

**Questão n.º 4:** Considera que a criação de um programa especial seria uma mais-valia para a acção da GNR e, consequentemente, do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Como?

**Quadro 6.2.3.4: Análise de resultados da questão n.º 4, do Grupo III**

N.º ENT	RESPOSTA
1	Parece-me uma boa ideia. Penso que os elementos desse programa especial deveriam estar aptos a intervirem junto das escolas, em estreita coordenação com a escola segura. Junto dos estabelecimentos diversão nocturna e junto destes grupos de jovens das paróquias.
2	Faz todo o sentido, mas sem meios humanos perde esse sentido porque o fim desse programa torna-se impossível de atingir.
3	Não. Considero que não seria uma mais-valia. Isto tendo em conta, sobretudo, a existência da Escola Segura que actua maioritariamente nos grupos de risco, ou seja, nos estabelecimentos de ensino. Há necessidade de, no âmbito do programa Escola Segura, dar formação aos militares que operacionalizam esse programa no sentido de essa temática ser abordada nas suas acções de sensibilização.
4	Não. Isto porque os meios humanos e vão buscar ao Postos onde já são poucos. Se em vez de um programa especial houvesse uma acção de formação concertada aos militares da Escola Segura habilitando-os para esta temática, aí sim, era relevante.
5	Na minha opinião esse programa especial fazia sentido se com ele viesse também meios humanos.
6	[...] se falarmos dos militares que já estão no Núcleo de Programas Especiais receberem formação especializada para lidarem melhor com as questões dos estupefacientes, aí sim, considero uma vantagem para a acção do Estado e da GNR.
7	Assim faz sentido um programa especial mas, como disse, tem que vir acompanhado de reforço de meios humanos.
8	Penso que sim, seria vantajoso. Sobretudo se esse programa se dedicasse ao problema dos consumidores e em cooperação com a escola segura, se tivesse uma acção nas acções de sensibilização.
9	Não responde.

Analisando as respostas em apreço é de salientar as reservas com que os entrevistados demonstram nesta proposta. Apenas dois dos entrevistados consideraram a criação de um programa especial como uma mais-valia. De referir o entrevistado n.º 3, que assume funções de Chefe da Repartição de Programas Especiais, como não concordante.

Aqueles que assumiram como vantajoso referiram que esse programa especial deveria ser actuante nas escolas, estabelecimentos de diversão nocturna e grupos de jovens paroquianos. Simultaneamente esse programa especial ocupar-se-ia de estabelecer um conhecimento próximo e de confiança com os consumidores com o intuito de auxiliar, na medida do possível, a sua recuperação ao mesmo tempo que seriam uma privilegiada fonte de informação para a restante actividade operacional da GNR. Todos os restantes entrevistados salientaram que a falta de meios humanos é de ter em conta na implementação de programas especiais. Este grupo não concordante com a criação do programa especial sugerido referiram que, em vez desse programa, dever-se-ia apostar numa formação na questão do consumo de estupefacientes aos elementos da Escola Segura.

## **CAPÍTULO 7**

### **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

#### **7.1 INTRODUÇÃO**

Depois de um enquadramento e contextualização adquiridos pela Parte Teórica seguido de uma confrontação com o trabalho de campo fornecido na Parte Prática espera-se contribuir para a resolução da problemática em estudo e para a resposta às suas questões por intermédio da verificação das hipóteses formuladas. Neste sentido, as conclusões apresentadas dizem respeito às seguintes hipóteses já elencadas.

#### **7.2 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES**

Contextualizada a temática e confrontada com a realidade da prática quotidiana da GNR torna-se possível a verificação das hipóteses.

Relativamente à H1, podemos afirmar que é validada. Para esta constatação contribuíram as respostas às perguntas do Grupo I da entrevista. Somos levados a concluir que as entidades proeminentes, que assumem o papel de autoridade instrutória no consumo de estupefaciente, são as CDT de cada distrito. O enquadramento da GNR com as CDT é no sentido de coadjuvar através da fiscalização, detenção e notificação dos consumidores. Esta colaboração desenvolve-se num quadro de equilíbrio no respeitante à procura e oferta de estupefacientes, uma vez que são duas realidades complementares. No que respeita à actuação na redução da procura a GNR assume um papel mais repressivo, ao passo que na redução da oferta a GNR assume um papel de equilíbrio, isto é, uma harmonia na postura preventiva e repressiva. Fica também demonstrado que existe articulação e é eficaz. Eficácia essa cuja gradação depende em parte das pessoas responsáveis pelos organismos a articular.

Relativamente à H2, podemos afirmar é validada. Para esta constatação contribuíram as respostas às perguntas do Grupo II da entrevista. Antes de mais de salientar que a formação é aqui referida tendo em conta o reflexo da mesma na actividade operacional da GNR, sendo essa actividade que dá corpo ao papel da GNR no combate ao consumo

de estupefacientes. Assim, somos levados a concluir que, de facto, existe formação e que essa formação é eficaz uma vez que é consensual nos entrevistados que os militares tem as competências técnicas necessárias para actuar no contexto do consumo de estupefacientes tratando-se portanto de um contributo para a eficácia da acção da GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Relativamente à H3, podemos afirmar que é parcialmente validada. Para esta constatação contribuíram as respostas à segunda pergunta do Grupo III da entrevista. Os entrevistados dividiram as suas opiniões quanto ao contributo da malha territorial para a eficácia da acção da GNR no combate ao consumo de estupefacientes. A malha territorial foi considerada positiva pelo facto da sua extensão permitir o acesso a um grande manancial de informação e pela partilha que uma só instituição permite, não sendo necessária coordenação com outras instituições para troca de informação. Contudo essa vantagem da malha territorial não foi directamente conotada ao consumo de estupefacientes mas antes considerada transversal a toda actividade da GNR. Por outro lado, a malha territorial foi encarada como um factor negativo por, devido à sua extensão, necessitar de consideráveis recursos humanos e materiais. Sem a satisfação dessa necessidade a actividade da GNR torna-se intermitente reduzindo a sua eficácia.

Relativamente à H4, podemos afirmar que é validada. Para esta constatação contribuíram as respostas à terceira pergunta do Grupo III. Foi consensual a resposta dos entrevistados ao afirmarem que as competências legais da GNR contribuem para um papel decisivo no combate ao consumo de estupefacientes. Além da validação prática o ordenamento jurídico do consumo revisto no Capítulo 4 deste trabalho, deixa evidente que as atribuições cometidas às Forças de Segurança, GNR e PSP, são impares no que concerne à fiscalização, detecção e notificação dos consumidores, o que leva a inferir que sem essas Forças de Segurança o combate ao consumo de estupefacientes não era exequível.

### 7.3 CONCLUSÕES FINAIS

A elaboração deste Trabalho de Investigação Aplicada é de suma importância para a valorização profissional e pessoal do investigador. Trata-se de um esforço que viu em si usadas todas as capacidades e competências adquiridas ao longo da frequência da Academia Militar. Este TIA é um contributo decisivo para que os futuros Oficiais da GNR desenvolvam características que conduzam ao espírito de iniciativa, visão para responder a novos desafios e um sentido crítico essencial para encarar o mundo contemporâneo no qual vivemos e no qual vamos operar.

Partindo deste sentido crítico perspectivou-se o consumo de estupefacientes como uma realidade de grande importância nas sociedades contemporâneas. Deparou-se também com uma atenção à questão da redução da oferta por parte das Forças de Segurança. Neste sentido, sendo um tema importante e pouco abordado na área da redução da procura, realizou-se este estudo cujo problema central é o **papel da GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas**.

Na elaboração deste trabalho fez-se um enquadramento teórico que permitiu ter uma contextualização histórica das políticas da droga, as quais levaram à actual política que se operacionaliza no ordenamento jurídico vigente. Assim viu-se que o problema do consumo de estupefacientes teve um primeiro contacto com o poder político numa perspectiva fortemente criminalizadora, encarando o consumo de drogas como uma acção dissidente da boa ordem social e que confrontava o próprio Estado. Como tal esse Estado, ditatorial na altura, tomou medidas fortemente criminalizadoras do consumo e posse de estupefacientes. Esta visão política modificou com a revolução de Abril de 1974 que levou a uma acção mais concertada do Estado sob o consumo de estupefacientes. Ao longo do tempo e das mudanças culturais que se assistia no mundo e contagiavam a sociedade portuguesa, agora mais aberta a estímulos externos, a visão sob o consumidor foi-se alterando ao ponto que passou a ser visto como um doente em vez de um delinquente. Neste contexto, o Estado tinha como dever facultar a ajuda necessária como fazia com qualquer outro cidadão. Esta evolução teve o seu corolário na descriminalização do consumo de estupefacientes com a Lei n.º 30/2000 de 29 de Novembro, tirando o consumidor do peso da acção penal e sendo sancionado pelo Direito de Ordenação Social. Esta descriminalização aconteceu no seio duma nova política para a droga (PNCDT e PACDT). Essa política encara o combate à droga por duas perspectivas complementares: a redução da procura e a redução da oferta. A actuação nestas duas perspectivas pode ser feita de dois modos: prevenindo ou reprimindo, usando para tal a disposições legais em vigor.

Confrontando este enquadramento com o trabalho de campo voltamos ao problema central desta investigação: o papel da GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Podemos então afirmar que se trata de **um papel decisivo**. Este papel de relevo tem a sua **origem nas atribuições legais** cometidas à GNR e é potenciado por dois factores: a **articulação** com as demais entidades envolvidas e a **formação ministrada**. Formação esta que é centralizada numa acção tendencialmente repressiva, todavia equilibrada nas competências que atribui para a actuação na procura e na oferta. Este papel decisivo é caracterizado por uma **actuação equilibrada no que diz respeito à procura e à oferta**, isto é, a GNR tanto actua na procura como na oferta tendo a plena noção que são duas realidades complementares e auto catalisadoras. Caracteriza-se também por uma **actuação tendencialmente repressiva** ao actuarem neste contexto dos estupefacientes.

### 7.4 RECOMENDAÇÕES

Tendo em conta as competências adquiridas durante a elaboração deste TIA assim como a confrontação com a realidade quotidiana da actividade policial da GNR gerou-se a convicção que o consumo de estupefacientes deveria ser alvo de uma actuação mais abrangente. Queremos com isto dizer que, depois de analisada a política nacional da droga, oriunda de toda uma evolução histórica, as Forças de Segurança, nomeadamente a GNR, têm um papel bastante centralizado na redução da oferta e tendencialmente repressivo. Trata-se de um enquadramento ao qual a GNR está obrigada, uma vez que esse enquadramento é balizado pela mesma lei que a Guarda tem como missão dar seguimento. Não se trata portanto de uma opção Institucional, mas antes da visão política sobre a droga. Ora, como ficou bem patente nesta investigação, sobretudo no Capítulo 4, a repressão da oferta é dirigida pela PJ, pelo que a GNR acaba por ter um papel subsidiário na redução da oferta. Acontece precisamente o contrário na redução da procura, onde a GNR tem um papel decisivo ao passo que a PJ um papel inexistente.

Por isto se devia apostar numa acção mais incisiva neste quadro de redução do consumo. Para que tal aconteça surgiu, no decorrer da investigação, a ideia de criação de um programa especial que se dedicasse aos problemas do consumo. Esse programa especial seria actuante nas escolas, estabelecimentos de diversão nocturna, grupos de jovens paroquianos, entre outros. Simultaneamente esse programa especial ocupar-se-ia de estabelecer um conhecimento próximo e de confiança com os consumidores com o intuito de auxiliar, na medida do possível, a sua recuperação ao mesmo tempo que seriam uma privilegiada fonte de informação para a restante actividade operacional da GNR. Contudo esta ideia foi parcialmente refutada no decorrer da auscultação dos vários profissionais da GNR entre os quais o de Chefe da Repartição de Programas Especiais.

Neste contexto, foi consensual, tornando-se recomendação do investigador, a aposta em sistematizar acções de formação dirigidas aos elementos do programa especial *Escola Segura*. Isto seria feito para que esses profissionais da GNR adquirissem as competências necessárias para desenvolver as actividades anteriormente propostas para o eventual programa supra referido.

É ainda recomendação que a formação ministrada aos militares da GNR seja descentralizada. Quer-se com isto dizer que a formação inicial de acesso aos quadros se deve manter nos moldes actuais, assim como a formação especializada. Esta recomendação vai ao encontro da formação contínua. Poder-se-ia apostar em formação nos vários Comandos Territoriais, ministrada pelas CDT de cada distrito. Assim obter-se-ia uma formação sempre actualizada, mais próxima da realidade onde os militares operam e ministrada por técnicos capazes. Sendo que são esses mesmos técnicos que dão o seguimento administrativo à acção iniciada pelos militares. Assim ter-se-ia uma



acção mais eficaz a montante, por meio da formação, o que conduziria a uma actuação mais profícua da entidade instrutória do processo, as CDT. Como é evidente a acção do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas seria aperfeiçoada.

### 7.5 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

As limitações a um trabalho desta natureza são bastantes, começando pelo facto de ser uma estreia para o investigador. Aliado a este carácter de novidade advém a inexistência de formação do investigador na área da Metodologia das Ciências Sociais. Esta é uma grande limitação por ser tão transversal a toda a elaboração do trabalho, desde a escolha do tema à conclusão, passando por todas as etapas metodológicas. Esta limitação só é ultrapassada pelo espírito de iniciativa e vontade que se adquire na frequência da Academia Militar.

Aliado a esta falta de preparação metodológica vem a inexperiência do investigador no que respeita à realidade da GNR o que promove o aparecimento de constantes dúvidas e hesitações no decorrer da investigação. Contudo esta limitação pode ser atenuada pelo inestimável contributo do Orientador, dos entrevistados e de todos aqueles que demonstram uma disponibilidade altruísta para ajudar nesta caminhada.

A abrangência do tema também dificulta o que leva a um esforço de criteriosa delimitação do objecto de estudo.

Finalizando, uma outra limitação, de cariz eminentemente prático, é o limite de páginas imposto para este Trabalho de Investigação Aplicada o que induz um espírito de síntese imenso.

### 7.6 INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Neste contexto de consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas seria interessante a elaboração de uma investigação que estudasse a possibilidade da criação de um programa especial, ou de uma estrutura orgânica, dedicada aos problemas que orbitam em torno do consumo de estupefacientes. Seria igualmente proveitoso um estudo à viabilidade de formação ministrada pelas CDT neste âmbito do de consumo de estupefacientes assim como um estudo que desse seguimento ao presente TIA no sentido de quantificar o papel da GNR no combate ao consumo de estupefacientes que aqui foi qualificado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Academia Militar. (2008). *Orientações para redacção de trabalhos*. Lisboa: Academia Militar.

Dias, L. (2007). *As drogas em Portugal: o fenómeno e os factos jurídico-políticos de 1970 a 2004*. Coimbra: Pé de Página Editores Lda.

Dias, L. (2010). *Da criminalização à descriminalização: Evolução das Políticas da Droga em Portugal de 1970 a 2010*. Recuperado da Internet em 23 de Maio, 2011.

<http://www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/LUCIA%20DIAS.pdf>

Guarda Nacional Republicana. (2010). Procedimentos relativos à detenção, posse ou consumo de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas, tipificados como contra – ordenação. *Ficha Técnica de Legislação Geral n.º 4. 1*. Lisboa.

IDT, IP – Relatórios e Planos. (2010a). *Plano de Acção Contra as Drogas e as Toxicodependências 2009 – 2012*. Recuperado em 25 Maio, 2011, em [http://www.idt.pt/PT/IDT/RelatoriosPlanos/Documents/2010/PlanoAccaoCDT\\_2009\\_2012.pdf](http://www.idt.pt/PT/IDT/RelatoriosPlanos/Documents/2010/PlanoAccaoCDT_2009_2012.pdf).

IDT, IP – Relatórios e Planos. (2010b). *Relatório Anual 2009 – A situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências*. Recuperado em 1 Julho, 2011, em <http://www.idt.pt/PT/Estatistica/Paginas/TendenciasporDrogas.aspx>

Ministério da Saúde (2007). Decreto-Lei n.º 221/2007 de 29 de Maio. *Diário da Republica*, 1.ª Série, n.º 103, 3516 – 3519.

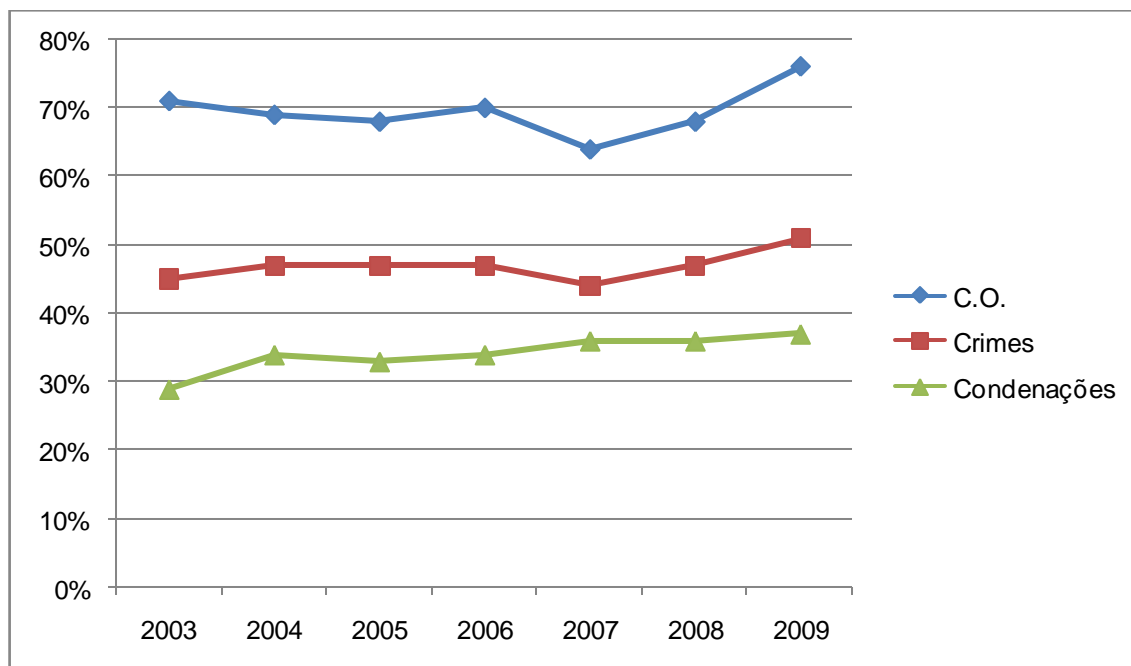
Presidência do Conselho de Ministros. (2006). Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2006. *Diário da Republica*, 1.ª Série, n.º 180, 6835 – 6857.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada* (2.ª edição). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

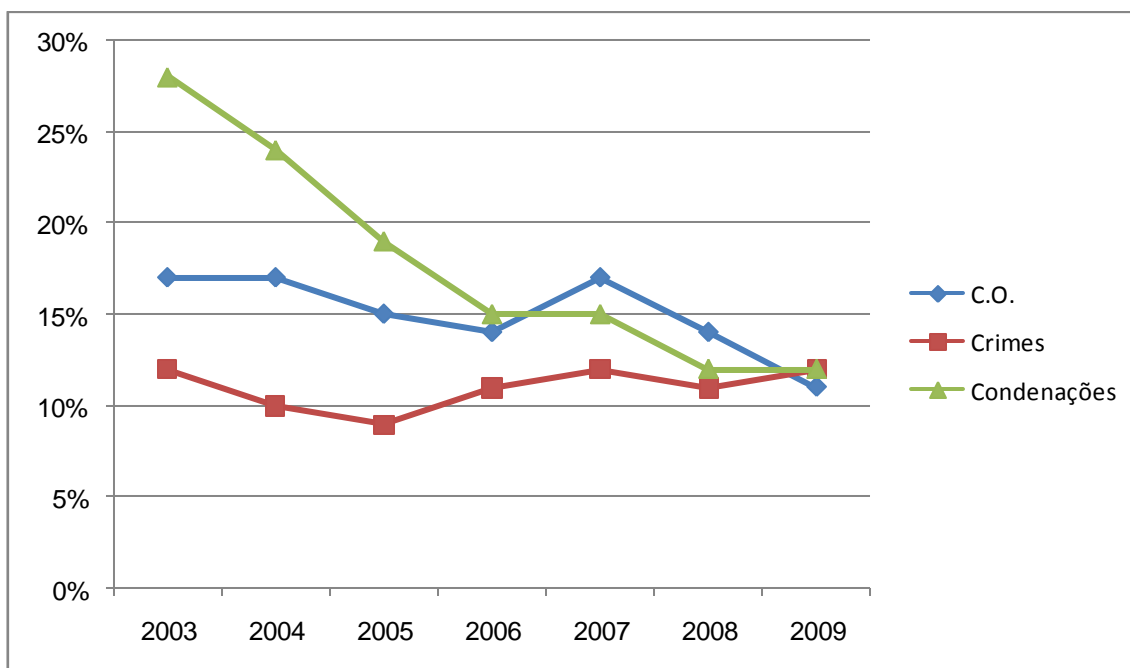
## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A: CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO PORTUGUESA EM MATÉRIA DE CONSUMO DE DROGA



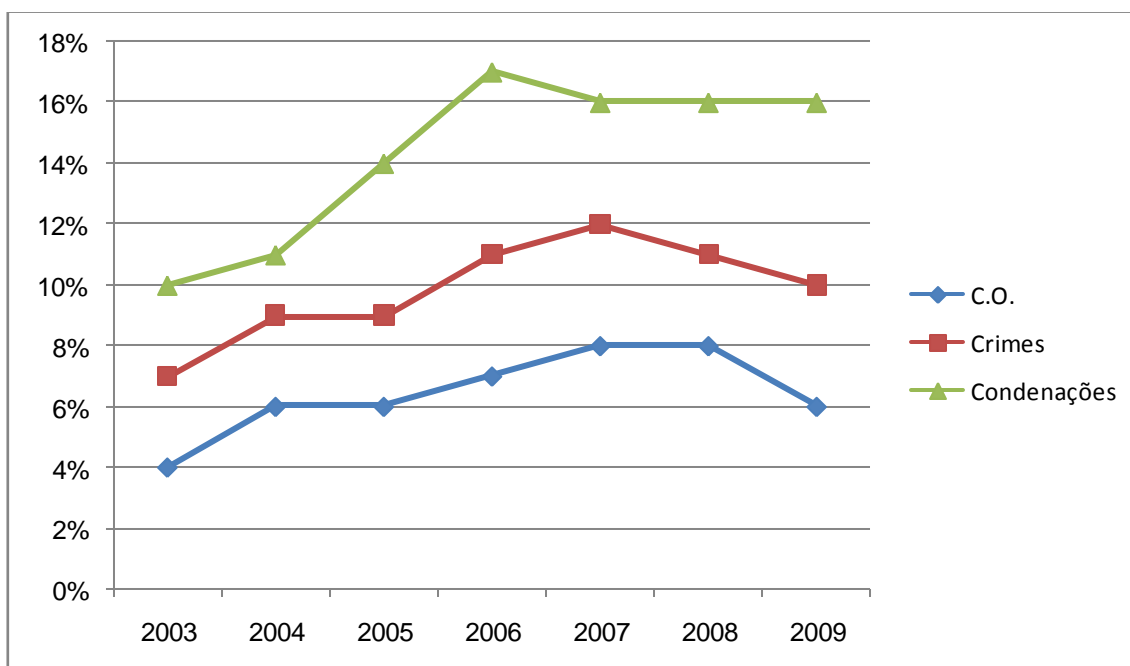
**Gráfico A1 : Percentagem de processos contra-ordenacionais, processos-crime e condenações relacionados apenas com cannabis de 2003 a 2009.**

**Fonte:** Relatório Anual 2009 - A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências do IDT.



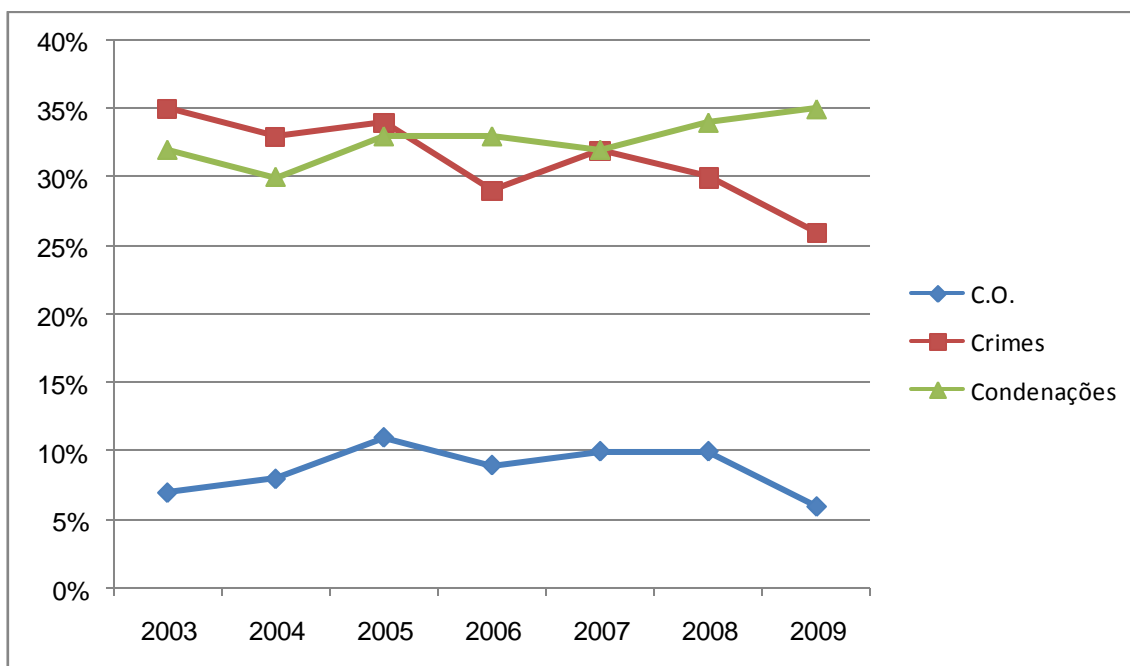
**Gráfico A2: Percentagem de processos contra-ordenacionais, processos-crime e condenações relacionados apenas com heroína/opiáceos de 2003 a 2009.**

**Fonte:** Relatório Anual 2009 - A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências do IDT.



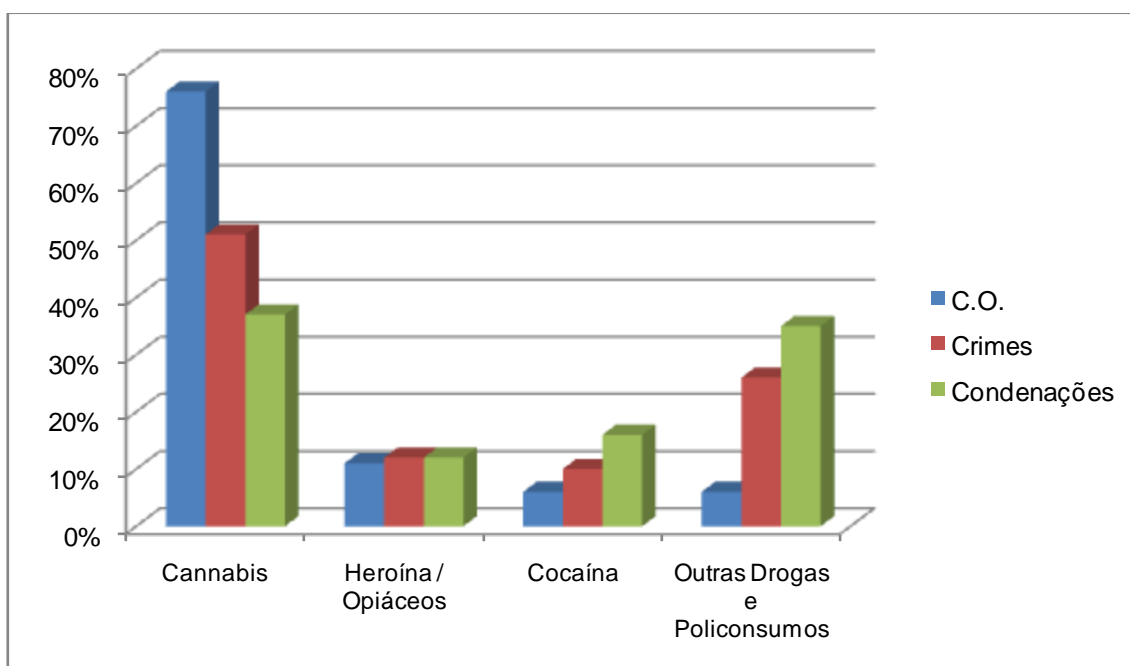
**Gráfico A3: Percentagem de processos contra-ordenacionais, processos-crime e condenações relacionados apenas com cocaína de 2003 a 2009.**

**Fonte:** Relatório Anual 2009 - A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências do IDT.



**Gráfico A4: Percentagem de processos contra-ordenacionais, processos-crime e condenações relacionados apenas com outras drogas e policonsumos de 2003 a 2009.**

**Fonte:** Relatório Anual 2009 - A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências do IDT.



**Gráfico A5: Súmula de processos contra-ordenacionais, processos-crime e condenações.**

**Fonte:** Relatório Anual 2009 - A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências do IDT.

## APÊNDICE B: O PAPEL DA GNR AVALIADO PELO RELATÓRIO ANUAL DO IDT

### ENQUADRAMENTO:

#### ÁREAS DE MISSÃO

##### *VII - Redução da Procura*

1. PORI
2. Prevenção
3. Dissuasão
4. Redução de Riscos e Minimização de Danos
5. Tratamento
6. Reinserção

##### *VIII - Redução da Oferta*

### PREVENÇÃO

#### *Guarda Nacional Republicana*

A aposta no trabalho a ser realizado junto das escolas e das comunidades educativas é um dos pilares fundamentais da estratégia institucional da GNR, que se tem consubstanciado ao longo dos anos através do Programa “Escola Segura”, sensibilizando e agindo juntos dos alunos, pais, professores, responsáveis e funcionários das escolas para a problemática da segurança, nas suas múltiplas vertentes, aconselhando boas práticas e recomendando a adopção de medidas preventivas adequadas, com o objectivo de fazer com que as escolas venham a constituir-se como locais seguros e tendencialmente livres de drogas.

O Programa “Escola Segura” tem âmbito nacional e dispõe de um efectivo dedicado, que em 2009, foi de 228 militares (211 militares, em 2008), afectos ao Núcleo de Escola Segura, que constituem, o primeiro nível de intervenção policial, revestindo-se a sua missão de cariz essencialmente preventivo, dissuasor e pedagógico.

Foram abrangidas por este programa, nesse ano, 8.016 escolas (9.209 escolas, em 2008), desenvolvidas 7.588 acções de sensibilização e/ou informação (6.630 acções, em 2008), abrangendo um universo de 810.125 alunos (811.640 alunos, em 2008), tendo sido, ainda, realizadas 544 visitas de escolas e/ou grupos de alunos ao quartel (1.163 visitas, em 2008).

## REDUÇÃO DA OFERTA

### ***Guarda Nacional Republicana***

O esforço continuado de melhoramento das componentes de policiamento comunitário e de policiamento direccionado para a resolução de problemas, visando a aproximação da GNR às populações e o envolvimento destas, tem levado à obtenção de melhores resultados, constituindo uma estratégia determinante, tanto em matéria de prevenção da criminalidade como na detecção de focos de radicação ou de perturbação da paz pública e da ordem.

O combate ao tráfico e consumo de estupefacientes tem constituído um objectivo ao qual a GNR tem vindo a conferir especial cuidado, dentro da sua competência legal.

Com visto ao reforço das actividades de vigilância, controlo e fiscalização da fronteira externa da União Europeia de molde a eliminar as possibilidades de introdução de drogas em território nacional e no espaço europeu [objectivo operacional 63], contribuindo para o aumento do número de acções de vigilância, controlo e fiscalização em mar e na zona ribeirinha [acção 63.1] a GNR efectuou, em 2009, através da Unidade de Controlo Costeiro, **3904 acções de vigilância, controlo e fiscalização**. No âmbito do mesmo objectivo, mas na vertente do desenvolvimento de projectos operacionais conjuntos e regulares, designadamente na costa algarvia e vicentina e na zona dos Açores [acção 63.5] destacam-se, os diversos controlos móveis efectuados, com a Guarda Civil Espanhola, junto aos rios Guadiana e Minho, no âmbito de dois projectos operacionais conjuntos.

No sentido de reforçar a prevenção do tráfico de distribuição directa a consumidores, do tráfico-consumo localizado e da criminalidade a estes associada, através da intensificação de políticas comunitárias de policiamento de proximidade, de policiamento orientado para o problema e do aumento da visibilidade das polícias [acção 66.2], no âmbito da Escola Segura, foram registadas 1.216 ocorrências criminais, sendo 48 relacionadas com posse e/ou consumo de estupefacientes.

**Fonte:** IDT, IP – Relatórios e Planos. (2010b). *Relatório Anual 2009 – A situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências*. Recuperado em 1 Julho, 2011, em <http://www.idt.pt/PT/Estatistica/Paginas/TendenciasporDrogas.aspx>



## APÊNDICE C: GUIÃO DE ENTREVISTA

### Caracterização do(a) Entrevistado(a):

Começemos por uma breve caracterização pessoal, profissional e académica.

1. Idade:
2. Habilitações Literárias:
3. Posto/Categoria profissional:
4. Cargo/Função Actual:
5. Tempo de exercício que possui na actual função:
6. Percorso profissional:

---

---

---

---

---

---

---

### Grupo I – Enquadramento e Articulação

*Neste primeiro grupo de questões tem-se como intuito enunciar quais as entidades que actuam no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes, descrever de que forma se articulam com a GNR nesse combate e compreender qual o enquadramento da GNR na estratégia nacional no âmbito do consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.*

1. Quais as entidades com as quais a GNR se articula no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?
2. No âmbito da acção do Estado no combate ao consumo, como se enquadra a GNR com as entidades referidas?

3. Existe articulação entre a GNR e as referidas entidades no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?
4. Caso assuma que existe articulação, considera-a eficaz, contribuindo para a eficiência da acção do Estado no combate ao consumo, ou considera-a ineficaz, dificultando da acção do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?
5. A estratégia nacional considera a redução da procura e a redução da oferta no combate à droga. Em qual destas duas realidades considera que a GNR actua? Se considera actuar nas duas realidades reconhece alguma preponderância? Porquê?
6. Como actua a GNR na redução da procura, prevenindo ou reprimindo? Porquê?
7. Como actua a GNR na redução da oferta, prevenindo ou reprimindo? Porquê?

### **Grupo II – Formação**

Neste grupo de questões pretende-se descrever e compreender de que modo a formação ministrada aos militares da GNR influi na consecução da missão desta no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

1. Considera que exista formação na GNR no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?
2. Caso assuma que existe essa formação, considera-a eficaz, contribuindo para a eficiência da acção a GNR no combate ao consumo, ou considera-a ineficaz, dificultando a acção a GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?
3. Considera que a formação neste âmbito sensibiliza os militares para a dimensão da prevenção ou, pelo contrário, é centralizada na acção repressiva? Porquê?
4. Considera que na formação os militares são focalizados a agir sobre a oferta, sobre a procura ou sobre ambas? Se considerar actuar sobre ambas, reconhece alguma preponderância? Porquê?

### Grupo III – O papel da GNR

*Neste grupo de questões pretende-se descrever e compreender o papel da GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.*

1. Avaliaria o contributo da GNR como decisivo ou subsidiário para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Porquê?
2. Considera a malha territorial da GNR como um factor positivo para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?
3. Considera que as competências legais atribuídas conduzem a acção da GNR para um contributo decisivo ou subsidiário no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Porquê?
4. Considera que a criação de um programa especial seria uma mais-valia para a acção da GNR e, conseqüentemente, do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Como?

## APÊNDICE D: CARTA DE APRESENTAÇÃO

A presente entrevista insere-se no âmbito da elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) do Tirocínio para Oficial (TPO) da GNR da Academia Militar, subordinado ao tema "A GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas".

Este trabalho tem o objectivo primordial descrever e compreender o papel da GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Para tal a compreensão de outras áreas será igualmente necessária, assim constitui-se também como finalidades deste trabalho enunciar quais as entidades que actuam no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e descrever de que forma se articulam com a GNR nesse combate. Pretende-se ainda descrever e compreender de que modo a formação ministrada aos militares da GNR influi na consecução da missão desta no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Este trabalho ambiciona também despertar para possíveis novas formas de actuar que contribuam para uma melhor acção do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

A metodologia escolhida irá englobar as técnicas de análise documental e entrevistas directivas e semi-directivas, mais apropriadas a uma Dissertação de Mestrado na área das Ciências Sociais.

Com vista ao alcançar dos propósitos supra mencionados foi elaborado um guião de entrevista que visa recolher dados para a investigação, aproveitando a experiência e opinião do entrevistado na temática apresentada.

Neste sentido, solicita-se a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> a sua colaboração para responder às perguntas elaboradas, com o intuito de verificar as hipóteses colocadas. Para tal torna-se relevante, antes de iniciar a entrevista, uma breve caracterização pessoal, profissional e académica.

Desta forma, solicita-se a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> a sua permissão para proceder à entrevista, de modo a ter uma contribuição significativa e singular para esta investigação. Caso V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> o entenda, ser-lhe-á colocada à disposição a transcrição da antevista assim como os dados resultantes da sua análise, antes da exposição pública do trabalho.

Com os melhores cumprimentos,  
Filipe Alexandre Marinho de Oliveira Moutas,  
Asp. GNR INF

## APÊNDICE E: ENTREVISTA AO COMANDANTE DO COMANDO TERRITORIAL DE BRAGA

### A GNR NO COMBATE AO CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

#### Caracterização do(a) Entrevistado(a) n.º 1

Coronel Mota Gonçalves

Comecemos por uma breve caracterização pessoal, profissional e académica.

1. Idade: 52 anos
2. Habilitações Literárias: Bacharelato
3. Posto/Categoria profissional: Coronel
4. Cargo/Função Actual: Comandante do Comando Territorial de Braga
5. Tempo de exercício que possui na actual função: 1 ano e 3 meses
6. Percurso profissional: Comandante de Destacamento Territorial de Loures de 1986 a 1990, Comandante de Destacamento Territorial de Bragança de 1990 a 1992. Segue-se graduação em Capitão e assume o cargo de Chefe da Logística da Brigada Territorial n.º 2 seguindo-se a frequência do Curso de Promoção a Capitão, isto de 1992 a 1994. Assumiu o comando do destacamento Territorial de Valdevez de 1994 a 2000. Em 2000 Frequentou o Curso de Promoção a Oficial Superior sendo colocado na Escola Prática da Guarda como Vice-Director de Instrução, de 2000 a 2004. Em 2004 apresenta-se na Brigada Territorial n.º 4 assumindo a função de Oficial de Operações. De 2006 a 2008 assumiu o comando do Grupo Territorial de Matosinhos. Em 2008 é colocado no Comando Territorial de Braga como 2.º Comandante até Abril de 2010 assumindo as actuais funções.

#### GRUPO I

1. ***Quais as entidades com as quais a GNR se articula no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?***

R: Podemos enunciar a PJ, a PSP e o SEF o nível do tráfico. No que toca ao consumo é sobretudo a CDT aqui de Braga. Existe ainda contactos com outras entidades mas a um nível mais informal.

**2. *No âmbito da acção do Estado no combate ao consumo, como se enquadra a GNR com as entidades referidas?***

R: A iniciativa normalmente é nossa, sendo que por vezes também podemos dar apoio a essas entidades no âmbito tático. Ou seja, há uma relação paralela e, por vezes, de coadjuvação.

**3. *Existe articulação entre a GNR e as referidas entidades no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?***

R: Sim, existe alguma. Poderia existir mais. Neste momento as instituições ainda estão muito autónomas. Apesar disso existem bastantes reuniões, aos mais diversos escalões. Reuniões essas que são para discutir directrizes ou assuntos muito pontuais e concretos. Ou seja, no dia-a-dia essa coordenação existe mas poderia ser melhorada, em termos sobretudo de informação. Porque a informação cruzada as fazem com que as operações tenham outra eficácia. É um pouco de cultura institucional.

**4. *Caso assuma que existe articulação, considera-a eficaz, contribuindo para a eficiência da acção do Estado no combate ao consumo, ou considera-a ineficaz, dificultando da acção do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?***

R. O que considero é que quando há é bastante eficiente. Mas penso que há pouca, deveria haver mais. Devíamos quebrar as barreiras, aliás, é o que estamos a fazer aqui no Comando Territorial de Braga. Em termos informais, em termos sociais. Nas provas desportivas por exemplo, existe uma coordenação bastante eficaz com as Forças Policiais Isto é um exemplo de como, havendo um esforço de parte a parte na cooperação e coordenação, toda a gente sai a ganhar. O mesmo se aplica no consumo de estupefacientes. Ou, seja, quando há articulação, esta é bastante boas, contudo não há grande apetência. Mas repare, não é por desleixo ou má vontade, é quase uma questão de cultura institucional. Mas a resolução deste problema passa muito pelas pessoas que estão à frente. Poder-se-ia alcançar uma melhoria dessa articulação com uma mudança de mentalidades, ao nível da troca fluida de informação sobretudo.

**5. A estratégia nacional considera a redução da procura e a redução da oferta no combate à droga. Em qual destas duas realidades considera que a GNR actua? Se considera actuar nas duas realidades reconhece alguma preponderância? Porquê?**

R: Nós devemos agir nas duas vertentes, mas a GNR actua mais sobre a oferta. A actuação sobre a procura vai-se fazendo com contactos informais com instituições locais como a CDT, com formações ou conferências ou algumas sensibilizações em escolas ou em alguns locais onde o consumo possa despoletar. Isto é, na nossa acção no âmbito da procura fazemos mais acções de sensibilização. Mas o grosso das nossas acções é mais na oferta.

**6. Como actua a GNR na redução da procura, prevenindo ou reprimindo? Porquê?**

R: Como disse, no que toca à actuação na procura penso que a nossa actuação é sobretudo na prevenção, ou seja, tendo como instrumento as acções e sensibilização. Não esquecendo, como é claro, os encaminhamentos para a CDT por ilícitos contra-ordenacionais. Quando me refiro à sensibilização, não me refiro apenas aos potenciais consumidores mas a toda a sua envolvente, como os pais, professores, as escolas, entidades patronais. Portanto, o que interessa é sensibilizar os potenciais consumidores mas com a atenção de que deve haver toda uma envolvente que potencie e acompanhe essa sensibilização.

**7. Como actua a GNR na redução da oferta, prevenindo ou reprimindo? Porquê?**

R: Actuamos das duas formas. Vamos intercalando as duas formas de actuar sobre a oferta. Ou seja, criamos um ambiente de insegurança aos delinquentes através de acções policiais normais. Acções essas em zonas de consumo conhecidas, imediações de estabelecimentos de diversão nocturna, imediações de escolas, imediações de estabelecimentos comerciais. Ou até em zonas críticas onde possa haver alguma afluência devido a eventos sazonais. Portanto, o grande grosso da nossa actuação é na prevenção da oferta, através de medidas normais de policia, intercalando com actuações pontuais no contexto da Investigação Criminal, com o intuito de recolher prova, ou seja, com inquérito em curso.

**GRUPO II**

**1. Considera que exista formação na GNR no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?**

R: Existe, mas é insuficiente. Existe uma formação inicial, no ingresso aos quadros, uma formação especializada na Investigação criminal e aquela formação contínua dada nas Unidades. A formação inicial, base de sustentabilidade para a actividade profissional futura é um tronco comum que atribui uma percepção dos ilícitos criminais e contra-ordenacionais. Ter uma percepção do que é correcto e do que é incorrecto, saber quando o sistema penal nos induz a agir ou quando não se deve agir. É assim a formação base, inicial de ingresso aos quadros. Quanto à formação especializada não tenho qualquer dúvida em dizer que é bastante boa porque os elementos que a recebem tem uma actuação bastante profícua no âmbito da sua especialidade, falo dos elementos da investigação criminal que trabalham no contexto da droga. O problema é que, querendo agir na procura e na oferta, prevenindo e reprimindo, os quadros globais de policiamento também têm que ter formação, e essa é que é manifestamente insuficiente. Em suma, penso que é suficiente para os quadros especializados mas insuficiente para os demais militares que lidam com o consumo na sua actividade. Para tal dever-se-á apostar na formação contínua, nas Unidades ou até para além destas com módulos de reciclagem que dêem aos militares o conhecimento para actuar, o que lhes dará mais confiança e mais e melhores actuações.

**2. *Caso assuma que existe essa formação, considera-a eficaz, contribuindo para a eficiência da acção a GNR no combate ao consumo, ou considera-a ineficaz, dificultando a acção a GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?***

R: Considero que sim, que é eficaz. Na formação especializada sobretudo. Veja-se o reconhecimento dos demais envolvidos no processo criminal, como os Procuradores do Ministério Público. Na formação inicial penso que seja a suficiente, embora ainda seja cedo para o afirmar com toda a certeza. A formação contínua é que deve ser fomentada e desenvolvida pelas Unidades e pela Guarda. Contudo a formação que se dá que se dá é sempre um contributo. Mas sim, considero que, no panorama geral é eficaz.

**3. *Considera que a formação neste âmbito sensibiliza os militares para a dimensão da prevenção ou, pelo contrário, é centralizada na acção repressiva? Porquê?***

R: Como disse anteriormente. A prevenção acaba por ter uma dimensão mais subjectiva e os militares querem ver o seu trabalho reconhecido. Ora a melhor forma de o fazerem é através de actuação mais remuneradora e passível de ser objectiva. Neste aspecto, penso que a formação, que tem como fim último a actuação no terreno, é mais centralizada na acção repressiva.



**4. *Considera que na formação os militares são focalizados a agir sobre a oferta, sobre a procura ou sobre ambas? Se considerar actuar sobre ambas, reconhece alguma preponderância? Porquê?***

R: Julgo que a formação leva os militares a actuarem mais focalizados na oferta.

**GRUPO III**

**1. *Avaliaria o contributo da GNR como decisivo ou subsidiário para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Porquê?***

R: Penso que seja subsidiário porque o combate ao consumo tem que partir dum conjunto variado de entidades. Entidades essas que têm como responsabilidade envolver os destinatários, os grupos de risco, de toda uma sensibilidade para os efeitos nefastos do consumo de estupefacientes. Ora, neste sentido a Guarda não tem um papel decisivo, no sentido de afirmar que, sem a GNR, essas acções não tomavam lugar. Assim, considero que o papel da GNR seja subsidiário sendo, contudo, um papel muito importante e que mais ninguém faria.

**2. *Considera a malha territorial da GNR como um factor positivo para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?***

R: Muito decisivo. Ao nível da troca de informações ao longo duma tão grande parcela do território nacional. Aliás, é sempre uma mais-valia a todos os níveis da actividade operacional.

**3. *Considera que as competências legais atribuídas conduzem a acção da GNR para um contributo decisivo ou subsidiário no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Porquê?***

R: As competências legais têm que ser vistas a dois níveis ao nível do tráfico e do consumo. A nível do tráfico, com certeza nos conduzem para um papel subsidiário. Ao nível do consumo penso que nos dão um papel importante sobretudo na repressão da procura ao nível dos ilícitos contra-ordenacionais.

**4. *Considera que a criação de um programa especial seria uma mais-valia para a acção da GNR e, conseqüentemente, do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Como?***

R: Parece-me uma boa ideia, de tal forma que estou a ver se consigo implementar algo do género. É uma área que está descorada. Penso que os elementos desse programa

especial deveriam estar aptos a intervirem junto das escolas, em estreita coordenação com a escola segura. Junto dos estabelecimentos diversão nocturna e junto destes grupos de jovens das paróquias. Penso que também seria relevante que os elementos desse programa se empenhassem num conhecimento próximo, de confiança com os consumidores tendo o intuito de ajudar na recuperação e como fonte de informação. Informação essa não só no contexto dos estupefacientes mas de toda a criminalidade conexas ao consumo.

## **APÊNDICE F: ENTREVISTA AO CHEFE DA SECÇÃO DE OPERAÇÕES, INFORMAÇÕES, TREINO E RELAÇÕES PÚBLICAS E CHEFE DA SECÇÃO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DO COMANDO TERRITORIAL DE BRAGA**

### **A GNR NO COMBATE AO CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS**

#### **Caracterização do(a) Entrevistado(a): n.º2**

Tenente – Coronel Vaz Lopes

Começamos por uma breve caracterização pessoal, profissional e académica.

1. Idade: 46 anos
2. Habilitações Literárias: Licenciatura
3. Posto/Categoria profissional: Tenente - Coronel
4. Cargo/Função Actual: Chefe da Secção de Operações, Informações, Treino e Relações Públicas e Chefe da Secção de Investigação Criminal.
5. Tempo de exercício que possui na actual função: 2 anos
6. Percurso profissional: Ingresso na carreira militar na Escola Prática de Cavalaria do Exército, em 1985. Seguiu-se, em 1987, a base militar de Santa Margarida como Oficial de Ligação do Grupo de Carros de Combate. Em final de 1987 a 1990, no Regimento de Cavalaria n.º 6 de Braga, assumiu funções de Comandante de Pelotão do Esquadrão de Reconhecimento, adjunto do Esquadrão de Reconhecimento e comandante do Esquadrão de Instrução. Em 1990 deu-se o ingresso na GNR. Durante dois anos frequentou o Curso de Formação de Oficiais. De 1992 a 1994 no prestou serviço no 1.º e 2.º Esquadrão do Regimento de Cavalaria da GNR. De 1994 a 1997 prestou serviço no comando da Brigada Territorial n.º 4 como comandante de Pelotão do Esquadrão de Cavalaria. De 1997 a 2006 assumiu o comando dos Destacamentos Territoriais de Braga, Póvoa de Lanhoso, Guimarães e Barcelos. De 2006 a 2009 assumiu funções de Chefe da Secção de Investigação Criminal do Grupo Territorial de Viana do Castelo. De 2009 até hoje assumiu as actuais funções.

#### **GRUPO I**

**1. Quais as entidades com as quais a GNR se articula no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?**

R: Quando detectadas as situações de consumo os militares elaboram o expediente necessário para a Comissão de Dissuasão da Toxicodependência do Distrito.

**2. No âmbito da acção do Estado no combate ao consumo, como se enquadra a GNR com as entidades referidas?**

R: Coadjuva a CDT e tem uma relação paralela de cooperação com a PSP.

**3. Existe articulação entre a GNR e as referidas entidades no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?**

R: Sim, existe articulação.

**4. Caso assuma que existe articulação, considera-a eficaz, contribuindo para a eficiência da acção do Estado no combate ao consumo, ou considera-a ineficaz, dificultando a acção do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?**

R: Considero que a articulação que existe é bastante eficiente sem qualquer obstáculo à comunicação.

**5. A estratégia nacional considera a redução da procura e a redução da oferta no combate à droga. Em qual destas duas realidades considera que a GNR actua? Se considera actuar nas duas realidades reconhece alguma preponderância? Porquê?**

R: Relativamente a esta questão penso que a GNR actua em ambas as realidades. Para mim não faz muito sentido pensar que a GNR possa actuar apenas sobre uma ou sobre outra, nem reconheço sequer alguma preponderância. Julgo que sejam das faces de uma mesma moeda. Isto em termos teóricos. Mas se evocar a minha experiência do comando de Destacamento Territorial reconheço que haja preponderância para a investigação, descorando-se a parte contra-ordenacional. Talvez advenha da ideia pré-concebida que o crime dá outro impacto, outro nome ao militar que o investiga em detrimento da contra-ordenação. Assim, dá-me a sensação que o militar, e não a GNR, tem outra apetência para actuar na questão da oferta. Neste sentido, a actuação no consumidor em matéria contra-ordenacional nem acontece tanto para que tal dê origem a investigações, que são mais remuneradoras para os militares.

**6. Como actua a GNR na redução da procura, prevenindo ou reprimindo? Porquê?**

R: Penso que seja mais ao nível contra-ordenacional. Ou seja, já existe o consumidor já nada há a prevenir portanto reprime-se o consumo.

**7. *Como actua a GNR na redução da oferta, prevenindo ou reprimindo? Porquê?***

R: Talvez mais a segunda, isto é, a repressão porque é o que diz respeito à investigação criminal. Ou pelo menos é uma forma de actuar mais sistematizada.

**GRUPO II**

**1. *Considera que exista formação na GNR no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?***

R: Sim, existe.

**2. *Caso assumas que existe essa formação, considera-a eficaz, contribuindo para a eficiência da acção a GNR no combate ao consumo, ou considera-a ineficaz, dificultando a acção a GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?***

R: Penso que sim, que seja eficaz. Penso que seja a necessária para atribuir as competências devidas e legitimar a actuação dos militares no âmbito do consumo.

**3. *Considera que a formação neste âmbito sensibiliza os militares para a dimensão da prevenção ou, pelo contrário, é centralizada na acção repressiva? Porquê?***

R: Há necessidade de ser mais enfáticos na vertente preventiva. Todavia, como já referido, na actividade operacional diária é mais remunerador, de uma cultura que se tem de concretização profissional, uma actuação repressiva. Por isso, por tendencialmente se adquirir, ao longo da actividade, uma acção mais repressiva é que se deve ser bastante enfático na sensibilização dos formandos para a prevenção em matéria de combate ao consumo de estupefacientes. Ou seja, penso que a formação seja equilibrada, que contemple a dimensão preventiva e repressiva do combate ao consumo. Mas decorre da actividade operacional uma tendência para reprimir o consumo. Assim, faz sentido que haja sempre um grande esforço ao despertar os formandos para a dimensão preventiva uma vez que a vivência quotidiana já estimula os militares para uma actuação mais repressiva.

**4. *Considera que na formação os militares são focalizados a agir sobre a oferta, sobre a procura ou sobre ambas? Se considerar actuar sobre ambas, reconhece alguma preponderância? Porquê?***

R: No decorrer da resposta anterior penso que não haja um desequilíbrio no estímulo formativo quer para a oferta quer para a procura. O que me parece é que no serviço haja uma tendência para se actuar na oferta. Neste contexto, um esforço na formação vocacionado para uma acção futura âmbito da procura seja conveniente.

### GRUPO III

**1. *Avaliaria o contributo da GNR como decisivo ou subsidiário para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Porquê?***

R: Considero o papel da GNR como decisivo porque a nossa actuação, enquanto Força de Segurança territorialmente estabelecida, é essencial para o acompanhamento das situações. Isto no sentido de recolha de informação, detecção dos consumidores e monitorização dos mesmos.

**2. *Considera a malha territorial da GNR como um factor positivo para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?***

R: Considero que seja um factor negativo. Isto porque, em paralelo com a malha territorial, considero também os nossos meios humanos e materiais. Ora se temos tanta malha territorial para actuar sobre e com poucos meios isto leva a que a acção seja muito mais intermitente. Tal conduz a uma escassez de meios que, por sua vez, leva a que a acção da GNR se faça sentir com menos frequência. Porque repare, por muito boa que seja a nossa actuação, que é, se tivermos poucos meios vamos leva-la menos vezes junto da pessoas e os seus efeitos ficam diminuídos. Em suma, a malha territorial é uma mais-valia se com ela advier meios humanos e matérias.

**3. *Considera que as competências legais atribuídas conduzem a acção da GNR para um contributo decisivo ou subsidiário no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Porquê?***

R: Considero, sem dúvida, que conduzem para um papel decisivo. Isto porque no âmbito do consumo temos todas as competências necessárias para desenvolver uma acção que constitui um contributo decisivo para o combate ao consumo. No combate ao tráfico é que temos um papel secundário.

**4. *Considera que a criação de um programa especial seria uma mais-valia para a acção da GNR e, conseqüentemente, do Estado no***

### ***combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Como?***

R: Pode criar todos os programas que quiser. Mas se quiser que tenham os efeitos desejados terá de ter efectivos para dar vida a esses programas, caso contrário é o mesmo que não os ter. Pode ter um programa perfeito, mas depois que o operacionaliza? Os militares. Portanto, faz todo o sentido, até porque o consumo é um problema que afecta grandemente o sentimento de segurança, eu diria até mais que o tráfico que ninguém vê. Faz sentido também devido a todos os problemas que estão na envolvente do consumo. Faz todo o sentido, mas sem meios humanos perde esse sentido porque o fim desse programa torna-se impossível de atingir.

## APÊNDICE G: ENTREVISTA AO CHEFE DA REPARTIÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS

### A GNR NO COMBATE AO CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

#### Caracterização do(a) Entrevistado(a) n.º3

Major Copeto

Comecemos por uma breve caracterização pessoal, profissional e académica.

1. Idade: 41 anos
2. Habilitações Literárias: Mestrado
3. Posto/Categoria profissional: Major
4. Cargo/Função Actual: Chefe da Repartição de Programas Especiais, da Divisão de Emprego Operacional, da Direcção de Operações, do Comando Operacional, do Comando Geral da Guarda Nacional Republicana.
5. Tempo de exercício que possui na actual função: 8 meses
6. Percurso profissional: Comandante de Pelotão no Centro de Formação de Portalegre de 1998 a 2001. De 2001 a 2010 assumiu funções de Comandante de destacamento Territorial. De 2010 até à data assume as actuais funções.

#### GRUPO I

**1. *Quais as entidades com as quais a GNR se articula no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?***

R: No que diz respeito ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas são as Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência.



**2. No âmbito da acção do Estado no combate ao consumo, como se enquadra a GNR com as entidades referidas?**

R: A GNR tem como missão fazer cumprir a lei. O que diz respeito ao consumo de estupefacientes enquadrasse de forma semelhante àquilo que acontece com segurança rodoviária, ou seja, numa perspectiva de fazer cumprir a lei. Identifica, detecta e actua notificando o consumidor para comparecer na CDT.

**3. Existe articulação entre a GNR e as referidas entidades no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?**

R: Existe. Mas depende muito da cada local e de cada pessoa.

**4. Caso assuma que existe articulação, considera-a eficaz, contribuindo para a eficiência da acção do Estado no combate ao consumo, ou considera-a ineficaz, dificultando da acção do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?**

R: É eficaz, mas este tipo de coordenação ou articulação depende sempre em grande parte das pessoas responsáveis pelos organismos em articulação. Penso que falte, contudo, o *feedback* em relação aos indivíduos que encaminhamos para as CDT.

**5. A estratégia nacional considera a redução da procura e a redução da oferta no combate à droga. Em qual destas duas realidades considera que a GNR actua? Se considera actuar nas duas realidades reconhece alguma preponderância? Porquê?**

R: Penso que a GNR actua equitativamente na redução da procura e na redução da oferta. Ou seja, é uma actuação equilibrada onde não reconheço qualquer preponderância porque uma acção eficaz no combate à droga pressupõe um equilíbrio e uma conjugação de esforços nas duas vertentes.

**6. Como actua a GNR na redução da procura, prevenindo ou reprimindo? Porquê?**

R: Na sequência do que tinha dito, é uma actuação equilibrada. Prevenimos por meio das acções de sensibilização e reprimimos por meio dos autos de contra-ordenação.

**7. Como actua a GNR na redução da oferta, prevenindo ou reprimindo? Porquê?**

R: Igual. Uma actuação equilibrada. Mas reconheço que a GNR tem um papel mais importante na prevenção da oferta através de operações de normais de polícia que, ao demonstrarem presença, inibem que oferta aconteça. Na repressão temos um papel secundário em relação à PJ.

GRUPO II

**1. *Considera que exista formação na GNR no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?***

R: Não tenho dados para lhe responder a isso, mas admito que sim, tendo em conta que a formação na GNR é bastante boa. O que lhe posso dizer é que os militares que estão nos Núcleos de Programas Especiais não têm formação para além daquela que tiveram no curso de ingresso.

**2. *Caso assuma que existe essa formação, considera-a eficaz, contribuindo para a eficiência da acção a GNR no combate ao consumo, ou considera-a ineficaz, dificultando a acção a GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?***

R: No sentido daquilo que já tinha dito, não disponho de dados para responder a essa pergunta.

**3. *Considera que a formação neste âmbito sensibiliza os militares para a dimensão da prevenção ou, pelo contrário, é centralizada na acção repressiva? Porquê?***

R: Penso que a formação que existe, está virada para a repressão. Porque no âmbito da prevenção duvido que exista.

**4. *Considera que na formação os militares são focalizados a agir sobre a oferta, sobre a procura ou sobre ambas? Se considerar actuar sobre ambas, reconhece alguma preponderância? Porquê?***

R: Sobre a oferta.

GRUPO III

**1. *Avaliaria o contributo da GNR como decisivo ou subsidiário para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Porquê?***

R: Para o combate ao consumo é, sem dúvida, decisivo. Não há mais ninguém que o faça, excepto a PSP na sua área de jurisdição. Por isso, se a GNR não o fizer mais ninguém faz.

**2. *Considera a malha territorial da GNR como um factor positivo para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?***

R: Pode ser um contributo positivo mas, por vezes, negativo. Positivo pela partilha de informação e negativa porque há muitos Postos que têm meios humanos insuficientes. Essa escassez de homens leva a que toda a actividade operacional seja fortemente hierarquizada em função de prioridades, não pondo o consumo de estupefacientes na sua lista mais imediata de prioridades, ficando para segundo plano o consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Por isso uma actualização da malha territorial poderia ser uma opção a ter em conta.

**3. *Considera que as competências legais atribuídas conduzem a acção da GNR para um contributo decisivo ou subsidiário no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Porquê?***

R: Para um contributo decisivo. Porque atribuem à GNR, e paralelamente à PSP, responsabilidades que não atribuem a mais Instituição nenhuma.

**4. *Considera que a criação de um programa especial seria uma mais-valia para a acção da GNR e, consequentemente, do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Como?***

R: Não. Considero que não seria uma mais-valia, para a acção da GNR e do Estado, a criação de um programa Especial. Isto tendo em conta, sobretudo, a existência da Escola Segura que actua maioritariamente nos grupos de risco, ou seja, nos estabelecimentos de ensino. Há necessidade de, no âmbito do programa Escola Segura, dar formação aos militares que operacionalizam esse programa no sentido de essa temática ser abordada nas suas acções de sensibilização. Isto à semelhança da vertente da segurança rodoviária, da protecção do ambiente, neste contexto, também a prevenção da toxicodependência deve ser abordada. Não só dar formação mas também instrumentos nomeadamente auxiliares e documentação para as apresentações abordando essa problemática. Ainda não é uma temática muito enraizada no programa Escola Segura, mas é mais uma perspectiva a ter em conta. Seria uma forma de operacionalizar parte dos objectivos preconizados no Plano de Acção Contra as Drogas e Toxicodependência em vários contextos, no contexto das escolas, de fiscalização rodoviária e em ambiente laboral, por exemplo. São todos esses ambientes em que nos inserimos como Instituição nos quais podemos actuar. Ainda de referir, que se trata dum tabu. Para uma escola pedir uma acção de sensibilização o âmbito do consumo de estupefacientes é quase admitir que esse consumo existe na escola, é diferente de pedir acções de sensibilização no contexto da Segurança Rodoviária ou da Protecção da Natureza.

## APÊNDICE H: ENTREVISTA AO COMANDANTE DO DESTACAMENTO TERRITORIAL DE BRAGA

### A GNR NO COMBATE AO CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

#### Caracterização do(a) Entrevistado(a) n.º 4

Capitão Cosme

Comecemos por uma breve caracterização pessoal, profissional e académica.

1. Idade: 40 anos
2. Habilitações Literárias: Licenciatura
3. Posto/Categoria profissional: Capitão
4. Cargo/Função Actual: Comandante do Destacamento Territorial de Braga
5. Tempo de exercício que possui na actual função: 5 anos
6. Percurso profissional: De Outubro 2001 a Janeiro de 2002 assumiu funções de Adjunto do Comandante de Destacamento Fiscal de Setúbal. De 2002 a 2005 Comandante de Destacamento Territorial de Arcos de Valdevez, segue-se o comando do Destacamento Territorial de da Póvoa de Lanhoso e desde 2006 assume as actuais funções.

#### GRUPO I

**1. *Quais as entidades com as quais a GNR se articula no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?***

R: Com a Comissão de Dissuasão da Toxicodependência.

**2. *No âmbito da acção do Estado no combate ao consumo, como se enquadra a GNR com as entidades referidas?***

R: Uma vez que os encaminhamos para a CDT trata-se dum coadjuvar a Comissão na sua missão.

**3. *Existe articulação entre a GNR e as referidas entidades no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?***

R: Sim, existe. Penso que ainda seja pouca mas existe.

**4. Caso assuma que existe articulação, considera-a eficaz, contribuindo para a eficiência da acção do Estado no combate ao consumo, ou considera-a ineficaz, dificultando a acção do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?**

R: Quando existe é eficaz. O que acho é que podia haver mais.

**5. A estratégia nacional considera a redução da procura e a redução da oferta no combate à droga. Em qual destas duas realidades considera que a GNR actua? Se considera actuar nas duas realidades reconhece alguma preponderância? Porquê?**

R: É difícil de distinguir. Mas ao perguntar-me em qual dos aspectos em que a GNR actua mais reconheço que haja uma pequena preponderância para a oferta.

**6. Como actua a GNR na redução da procura, prevenindo ou reprimindo? Porquê?**

R: Penso que seja mais o sentido de levar os consumidores a comparecerem na CDT. Mas também há algumas acções de sensibilização no contexto das escolas. O grande problema da prevenção é não ser quantificável, não dá para ter uma noção que uma determinada acção de formação levou a que não houvesse “X” número de consumidores.

**7. Como actua a GNR na redução da oferta, prevenindo ou reprimindo? Porquê?**

R: Na redução da oferta creio que seja em ambas as perspectivas. Temos muitas acções policiais normais na actuação diária dos Postos, que, feitas em determinados locais, previnem que haja a transição de produto. São acções em que nos mostramos criando segurança na população e insegurança nos criminosos. A este nível penso que prevenimos que haja essa oferta. Mas a repressão também existe, através dos processos criminais. Eu diria que uma complementa a outra.

## GRUPO II

**1. Considera que exista formação na GNR no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?**

R: Sim, existe.

**2. Caso assuma que existe essa formação, considera-a eficaz, contribuindo para a eficiência da acção a GNR no combate ao consumo, ou considera-a ineficaz, dificultando a acção a GNR no**

***combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?***

R: Considero que seja eficaz, isto tendo em conta aquilo que me chega ao destacamento. Penso que os militares chegam com as competências adequadas para desenvolverem a sua missão. Claro que a prática leva a que apareçam problemas novos que só a formação não é suficiente para saber lidar, daí ser precisa a formação contínua, que também existe e também é eficaz.

***3. Considera que a formação neste âmbito sensibiliza os militares para a dimensão da prevenção ou, pelo contrário, é centralizada na acção repressiva? Porquê?***

R: Julgo que os leve mais para actuarem mais no âmbito da repressão. Mas mais uma vez afirmo que apenas falo tendo em conta a sua actuação no terreno. Pode ser que eles sejam sensibilizados para a prevenção durante a formação mas, chegando ao terrenos, vejo-os mais a actuar repressivamente.

***4. Considera que na formação os militares são focalizados a agir sobre a oferta, sobre a procura ou sobre ambas? Se considerar actuar sobre ambas, reconhece alguma preponderância? Porquê?***

R: Em ambas. Isso depende onde estiverem, se nos Postos se no NIC.

**GRUPO III**

***1. Avaliaria o contributo da GNR como decisivo ou subsidiário para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Porquê?***

R: Trata-se de um papel decisivo, pois é com a fiscalização nas ruas que podemos actuar no consumo. A PJ, por exemplo, é decisiva no combate ao tráfico mas não tão importante no consumo. Acontece o mesmo connosco mas ao contrário, somos preponderantes no combate ao consumo mas, no tráfico, a preponderância vai para a PJ. Não esqueçamos que a informação é toda centralizada na PJ.

***2. Considera a malha territorial da GNR como um factor positivo para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?***

R: É uma mais-valia. Sobretudo ao nível de uma troca de informação mais fácil.

***3. Considera que as competências legais atribuídas conduzem a acção da GNR para um contributo decisivo ou subsidiário no âmbito do***

***combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.  
Porquê?***

R: Como lhe tinha dito. No que toca o consumo temos um papel decisivo, tal deve-se às competências legais atribuídas.

***4. Considera que a criação de um programa especial seria uma mais-valia para a acção da GNR e, consequentemente, do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Como?***

R: Não. Isto porque os meios humanos e vão buscar ao Postos onde já são poucos. Se em vez de um programa especial houvesse uma acção de formação concertada aos militares da Escola Segura habilitando-os para esta temática, aí sim, era relevante.

## APÊNDICE I: ENTREVISTA AO COMANDANTE DO DESTACAMENTO DE TRÂNSITO DE BRAGA

### A GNR NO COMBATE AO CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

#### Caracterização do(a) Entrevistado(a) n.º 5

Capitão Martins

Começemos por uma breve caracterização pessoal, profissional e académica.

1. Idade: 37 anos
2. Habilitações Literárias: Licenciatura
3. Posto/Categoria profissional: Capitão
4. Cargo/Função Actual: Comandante do Destacamento de Trânsito de Braga
5. Tempo de exercício que possui na actual função: 8 anos
6. Percurso profissional: Comandante do Destacamento territorial de Miranda do Douro de 2001 a 2002. De 2002 a 2003 assumiu o comando do Destacamento Territorial de Guimarães. De 2003 a 2011 assumiu as actuais funções.

#### GRUPO I

**1. *Quais as entidades com as quais a GNR se articula no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?***

R: Apenas com o Tribunal, uma vez que estamos em sede de crime rodoviário.

**2. *No âmbito da acção do Estado no combate ao consumo, como se enquadra a GNR com as entidades referidas?***

R: Tratando-se de mais um sumário, assim como o álcool, o enquadramento feito com os tribunais é, como não poderia deixar de ser, de coadjuvar. Nem sequer sabemos os resultados.



**3. Existe articulação entre a GNR e as referidas entidades no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?**

R: Sim, existe.

**4. Caso assuma que existe articulação, considera-a eficaz, contribuindo para a eficiência da acção do Estado no combate ao consumo, ou considera-a ineficaz, dificultando a acção do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?**

R: Sim, é eficaz. Apesar de não sabermos o sancionamento, ou seja, apesar de não recebermos o *feedback* das sanções, a articulação a montante dessa sanção é eficaz.

**5. A estratégia nacional considera a redução da procura e a redução da oferta no combate à droga. Em qual destas duas realidades considera que a GNR actua? Se considera actuar nas duas realidades reconhece alguma preponderância? Porquê?**

R: Na minha opinião é mais na redução da oferta.

**6. Como actua a GNR na redução da procura, prevenindo ou reprimindo? Porquê?**

R: Quando encontramos alguém com estupefacientes no organismo a nossa acção, poder-se-á dizer, é mais repressiva. Contudo esta repressão da procura no trânsito difere na da territorial pois no trânsito é um ilícito criminal, enquanto no territorial é um ilícito contra-ordedencional. Mas tendo a GNR como um todo penso que a actuação seja mais repressiva neste contexto da redução da procura.

**7. Como actua a GNR na redução da oferta, prevenindo ou reprimindo? Porquê?**

R: Aqui a minha resposta difere um pouco. Porque a repressão que o Destacamento de Trânsito possa fazer no contexto da oferta, aquele que trafica, é numa perspectiva mais preventiva. Quero com isto dizer, que a nossa actuação nesse aspecto é operacionalizada através das acções policiais normais como operações *STOP*. Resumindo, tendo em conta a realidade do trânsito a actuação é mais preventiva.

GRUPO II

- 1. *Considera que exista formação na GNR no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?***

R: Sim, sem dúvida que existe.

- 2. *Caso assuma que existe essa formação, considera-a eficaz, contribuindo para a eficiência da acção a GNR no combate ao consumo, ou considera-a ineficaz, dificultando a acção a GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?***

R: Sim é eficaz. Aliás, é eficaz na vertente territorial, tendo em conta a experiência que tive como Comandante de Destacamento Territorial, mas sobretudo bastante eficaz na vertente de trânsito em que os militares saem com bastante competência para os procedimentos que adoptamos. Até porque o procedimento é quase o mesmo que o ilícito criminal de condução sobre o efeito do álcool.

- 3. *Considera que a formação neste âmbito sensibiliza os militares para a dimensão da prevenção ou, pelo contrário, é centralizada na acção repressiva? Porquê?***

R: Penso que seja numa dimensão mais repressiva. No que toca à vertente do trânsito é, sem dúvida, na dimensão mais repressiva.

- 4. *Considera que na formação os militares são focalizados a agir sobre a oferta, sobre a procura ou sobre ambas? Se considerar actuar sobre ambas, reconhece alguma preponderância? Porquê?***

R: Tendo em conta a GNR como um todo considero que sejam orientados para agir sobre a procura e sobre a oferta. Na vertente de trânsito são orientados para reprimir a procura, até porque no trânsito não há meios ou estruturas orgânicas ou humanas para agir sobre o traficante, aquele que oferece.

GRUPO III

- 1. *Avaliaria o contributo da GNR como decisivo ou subsidiário para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Porquê?***

R: Considero o papel da GNR bastante importante, decisivo até. Ainda para mais se tivermos em conta apenas o consumo. No tráfico o papel já não é tão decisivo, até

porque dependemos bastante da PJ, ao nível de lhes dar conhecimento, por exemplo. Ou seja, naquilo que preocupa as pessoas e que afecta o seu sentimento de segurança, que é o consumidor, a GNR tem um papel decisivo, sem dúvida.

**2. *Considera a malha territorial da GNR como um factor positivo para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?***

R: A extensa malha territorial da GNR é sempre uma mais-valia. Sobretudo no que toca à partilha de informação. Mas para que tal tenha efeito, essa partilha de informação tem que ser agilizada. Mas essa agilização não cabe à Instituição, porque os canais já estão criados. Seria preciso mudar algumas mentalidades. Ou seja, o problema não está nos canais, já criados, mas nos interlocutores que, por vezes, não querem comunicar. Em suma, havendo essa vontade de partilhar informação pelos mais diversos interlocutores dentro da GNR, a malha territorial assume uma grande relevância. Não só no combate ao consumo mas em toda a actividade da GNR.

**3. *Considera que as competências legais atribuídas conduzem a acção da GNR para um contributo decisivo ou subsidiário no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Porquê?***

R: No combate ao consumo as competências legais conduzem para um contributo decisivo.

**4. *Considera que a criação de um programa especial seria uma mais-valia para a acção da GNR e, consequentemente, do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Como?***

R: Na minha opinião esse programa especial fazia sentido se com ele viesse também meios humanos. Penso que também faria sentido se nesse programa houvesse também a preocupação das questões relacionadas com o consumo do álcool. Para tal a manutenção da estrutura seria um requisito. Isto é, manter os Núcleos de Programas Especiais e adicionar esse programa que, entre outras atribuições, poderia ter uma missão especial de ligação com a vertente do trânsito no que à sua parte do álcool diz respeito.

## APÊNDICE J: ENTREVISTA AO COMANDANTE DO DESTACAMENTO TERRITORIAL DE GUIMARÃES

### A GNR NO COMBATE AO CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

#### Caracterização do(a) Entrevistado(a) n.º6

Capitão Amado

Começemos por uma breve caracterização pessoal, profissional e académica.

1. Idade: 35 anos
2. Habilitações Literárias: Licenciatura
3. Posto/Categoria profissional: Capitão
4. Cargo/Função Actual: Comandante do Destacamento Territorial de Guimarães
5. Tempo de exercício que possui na actual função: 6 anos
6. Percurso profissional: Comandante de Destacamento Territorial de Bragança e de Guimarães.

#### GRUPO I

**1. *Quais as entidades com as quais a GNR se articula no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?***

R: É a Comissão de Dissuasão da Toxicodependência, neste caso de Braga.

.

**2. *No âmbito da acção do Estado no combate ao consumo, como se enquadra a GNR com as entidades referidas?***

R: A GNR coadjuva na medida em que a CDT é a entidade instrutória do processo. Nós fazemos a parte da fiscalização, elaboramos o expediente e enviamos para a Comissão. Eles também cooperam connosco, ao nível do Destacamento, tendo em conta que já cá veio uma jurista, a meu pedido, dar formação nesse âmbito.

**3. Existe articulação entre a GNR e as referidas entidades no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?**

R: Sim, sem dúvida que existe.

**4. Caso assuma que existe articulação, considera-a eficaz, contribuindo para a eficiência da acção do Estado no combate ao consumo, ou considera-a ineficaz, dificultando da acção do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?**

R: Considero que seja eficaz, havendo, como é óbvio, espaço para melhorias. Sobreretudo ao nível do *feedback* que temos da CDT.

**5. A estratégia nacional considera a redução da procura e a redução da oferta no combate à droga. Em qual destas duas realidades considera que a GNR actua? Se considera actuar nas duas realidades reconhece alguma preponderância? Porquê?**

R: A actuação da GNR é equilibrada, actua nas das realidades. Temos os militares dos Postos que actuam sobretudo na procura e o pessoal do NIC que actua na oferta. Não vejo qualquer preponderância, penso que seja uma actuação bipartida. Aliás, existe uma conjugação de esforços a esse nível entre o pessoal dos Postos e o Pessoal do NIC.

**6. Como actua a GNR na redução da procura, prevenindo ou reprimindo? Porquê?**

R: É uma actuação mais na repressão. É a nossa natureza, actuamos mais em força, é a nossa entidade. É mais detectarmos as infracções e actuar encaminha-los para a Comissão.

**7. Como actua a GNR na redução da oferta, prevenindo ou reprimindo? Porquê?**

R: Relativamente à oferta considero que seja uma actuação bipartida uma vez que as nossas demonstrações de força e presença previnem que haja tráfico. Paralelamente decorrem investigações, de âmbito mais restrito, para reprimir o tráfico que já sucedeu.

## GRUPO II

**1. Considera que exista formação na GNR no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?**

R: Sim, existe.

**2. *Caso assuma que existe essa formação, considera-a eficaz, contribuindo para a eficiência da acção a GNR no combate ao consumo, ou considera-a ineficaz, dificultando a acção a GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?***

R: Considero que seja eficaz uma vez que os militares chegam capacitados para actuarem. Faço é um reparo, penso que deveria ser ministrada por alguém não colocado na Escola da Guarda, mas por alguém que se deslocasse à Escola, vindo do terreno, para partilhar experiências e conhecimentos práticos.

**3. *Considera que a formação neste âmbito sensibiliza os militares para a dimensão da prevenção ou, pelo contrário, é centralizada na acção repressiva? Porquê?***

R: Penso que vêm mais propensos para reprimir. Mas repare, depende da função para que se destinam: se forem para a escola segura aprendem a sensibilizar, se forem para os Postos é mais para reprimir. Portanto, refazendo a minha resposta anterior, considero que seja uma formação equilibrada, a função no terreno é que vai determinar se são mais propensos para sensibilizar ou para reprimir.

**4. *Considera que na formação os militares são focalizados a agir sobre a oferta, sobre a procura ou sobre ambas? Se considerar actuar sobre ambas, reconhece alguma preponderância? Porquê?***

R: É na sequência da resposta anterior. É equilibrada sendo o terreno e função que determina a preponderância.

**GRUPO III**

**1. *Avaliaria o contributo da GNR como decisivo ou subsidiário para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Porquê?***

R: Um aspecto muito importante, sem fiscalização não se faz combate ao consumo. Eu já tive oportunidades de, em passeio com a família, ver, em outros locais, pessoas a consumirem sem qualquer pudor em espaços públicos. Parques, por exemplo. Isto acontece porque não havia fiscalização, porque se a houvesse, de certeza, que os consumidores não estavam ali. Às vezes dizem-me, os cidadãos, que desde há algum tempo que não vêm tantos consumidores como antes e é gratificante ouvir isso. Mas sabe como é que tal se consegue? Com fiscalização. Muita fiscalização. Portanto, voltando à sua questão, o contributo da GNR para o combate ao consumo é muito decisivo.

**2. *Considera a malha territorial da GNR como um factor positivo para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?***

R: É um factor positivo porque nos permite ter um acesso a mais informação do que aquela que teríamos se a nossa malha territorial fosse menos extensa.

**3. *Considera que as competências legais atribuídas conduzem a acção da GNR para um contributo decisivo ou subsidiário no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Porquê?***

R: No âmbito do consumo, sim conduzem. No decorrer que lhe tenho dito, a fiscalização é extremamente importante. Se falarmos de tráfico, podíamos estar aqui horas a falar de competências, potenciais alargamentos ou não. Mas no que toca apenas ao consumo, penso que as atribuições legais nos levam para um papel decisivo.

**4. *Considera que a criação de um programa especial seria uma mais-valia para a acção da GNR e, consequentemente, do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Como?***

R: A criação de um programa especial considero que não seria o mais eficaz tendo em conta a GNR, uma vez que iria desviar meios humanos. Admito que a criação desse programam especial fosse uma mais valia para a acção do estado mas não na GNR, para isso penso que outras entidades seriam mais adequadas. Agora se falarmos dos militares que já estão no Núcleo de Programas Especiais receberem formação especializada para lidarem melhor com as questões dos estupefacientes, aí sim, considero uma vantagem para a acção do Estado e da GNR.

## APÊNDICE K: ENTREVISTA AO COMANDANTE DO DESTACAMENTO TERRITORIAL DE BARCELOS

### A GNR NO COMBATE AO CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

#### Caracterização do(a) Entrevistado(a) n.º7

Capitão Delgado

Começemos por uma breve caracterização pessoal, profissional e académica.

1. Idade: 30 anos
2. Habilitações Literárias: Licenciatura
3. Posto/Categoria profissional: Capitão
4. Cargo/Função Actual: Comandante do Destacamento Territorial de Barcelos
5. Tempo de exercício que possui na actual função: 6 anos
6. Percurso profissional: De 2003 a 2004 exerceu funções de Comandante de Pelotão no Centro de Formação de Portalegre. Segue-se o Comando de Destacamento Territorial de Santo Tirso. Desde 2005 até à data exerce funções de Comandante de Destacamento Territorial de Barcelos.

#### GRUPO I

**1. *Quais as entidades com as quais a GNR se articula no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?***

R: Podemos referir as Câmaras Municipais ao nível das campanhas de sensibilização e as Comissões de Dissuasão da Toxicodependência para onde os consumidores são notificados e, paralelamente, a PSP. Podemos até falar das escolas e dos estabelecimentos de diversão nocturna.

**2. *No âmbito da acção do Estado no combate ao consumo, como se enquadra a GNR com as entidades referidas?***

R: Com as CDT coadjuvamos identificando e notificando para comparecer. Com as câmaras, escolas e estabelecimentos de diversão nocturna é mais no âmbito da identificação dos problemas sobre os quais devemos actuar.



**3. Existe articulação entre a GNR e as referidas entidades no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?**

R: Sim, existe articulação.

**4. Caso assuma que existe articulação, considera-a eficaz, contribuindo para a eficiência da acção do Estado no combate ao consumo, ou considera-a ineficaz, dificultando da acção do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?**

R. É eficaz na medida em que permite delinear estratégias por identificarem consumidores, locais de consumo e identificação de grupos de risco. É toda uma dinâmica que tem a ver com a identificação e acção social.

**5. A estratégia nacional considera a redução da procura e a redução da oferta no combate à droga. Em qual destas duas realidades considera que a GNR actua? Se considera actuar nas duas realidades reconhece alguma preponderância? Porquê?**

R: Intervimos nas duas realidades. Na redução da oferta por parte do NIC. A redução da procura passa muito pela sensibilização nas escolas

**6. Como actua a GNR na redução da procura, prevenindo ou reprimindo? Porquê?**

R: Prevenindo. Porque uma vez que a redução da procura incide nos potenciais consumidores, sobretudo os adolescentes. Faz-se alertando para os efeitos nefastos do consumo de estupefacientes, ou seja, sensibilizando.

**7. Como actua a GNR na redução da oferta, prevenindo ou reprimindo? Porquê?**

R: Reprimindo. Através de operações com base em inquérito a decorrer ou sem inquérito a decorrer, isto é, com ou sem elementos do NIC.

## GRUPO II

**1. Considera que exista formação na GNR no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?**

R: Existe. Inicialmente, nos cursos de ingresso nos quadros, na especialidade de Investigação Criminal e na formação contínua, nos Destacamentos.

- 2. Caso assuma que existe essa formação, considera-a eficaz, contribuindo para a eficiência da acção a GNR no combate ao consumo, ou considera-a ineficaz, dificultando a acção a GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?**

R: É eficaz, porque a partir do momento em que o militar sabe o que fazer intervém muito mais e com mais qualidade. Caso contrário não se querem envolver em trabalho que desconhecem.

- 3. Considera que a formação neste âmbito sensibiliza os militares para a dimensão da prevenção ou, pelo contrário, é centralizada na acção repressiva? Porquê?**

R: É mais centralizada numa acção repressiva. Porque aprendem a prática normal do terreno que é reagir a denúncias o que leva a uma acção mais repressiva. Além disso a prevenção fica mais para os NPE.

- 4. Considera que na formação os militares são focalizados a agir sobre a oferta, sobre a procura ou sobre ambas? Se considerar actuar sobre ambas, reconhece alguma preponderância? Porquê?**

R: É mais sobre a oferta. Apesar de, na formação inicial, ficarem aptos para trabalharem as questões do consumo é sempre mais remunerador a investigação. Portanto considero que sejam mais focalizados para a oferta.

### GRUPO III

- 1. Avaliaria o contributo da GNR como decisivo ou subsidiário para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Porquê?**

R: Tem um papel decisivo porque, paralelamente com a PSP, desenvolve um trabalho diário que mais ninguém desenvolve. Temos que ter em consideração que a GNR é uma força que está no terreno, que conhece as pessoas, e como tal é muito importante na recolha de informação, monitorização e detecção no contexto do consumo. Já agora, no que toca, ao tráfico o papel das Forças de Segurança, GNR e PSP, é muito mais subsidiário porque é a PJ que centraliza a informação. É preciso dar conhecimento das operações, enfim, no tráfico é a PJ que lidera, no consumo são as Forças de Segurança.

- 2. Considera a malha territorial da GNR como um factor positivo para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?**

R: Penso que seja indiferente, uma vez que os procedimentos são sempre os mesmos e a malha territorial não interfere nisso.

**3. *Considera que as competências legais atribuídas conduzem a acção da GNR para um contributo decisivo ou subsidiário no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Porquê?***

R: Vejamos: a GNR trabalha com os consumidores e até pode trabalhar com o traficante – consumidor no âmbito do inquérito. Portanto, no que toca ao consumo, as competências legais conduzem para um contributo decisivo. Além disso são competência que contribuem para a missão geral pois é o consumo, nas escolas e espaços de diversão nocturna por exemplo, que mexem no sentimento de segurança das pessoas. Se a GNR trabalhar nesse aspecto, então contribui para um aumento do sentimento de segurança. Imagine, se fizer pequenas apreensões, todos os dias, no contexto do consumo, em vez de um grande processo que culmine na apreensão de alguns quilos de droga, as pessoas vêm a GNR a ter uma actuação constante e continua afastando os consumidores e todos os problemas que orbitam em torno deles.

**4. *Considera que a criação de um programa especial seria uma mais-valia para a acção da GNR e, consequentemente, do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Como?***

R: É assim. Pode-se criar muitos programas mas sem a atribuição de meios humanos e matérias para dar seguimento a esse programa seria o mesmo como não o ter. Isto é, o consumo de estupefacientes é um flagelo social que traz consigo muitos mais problemas e além disso imagino que seja bastante específico. Assim faz sentido um programa especial mas, como disse, tem que vir acompanhado de reforço de meios humanos.

## APÊNDICE L: ENTREVISTA AO COMANDANTE INTERINO DO DESTACAMENTO TERRITORIAL DE PÓVOA DE LANHOSO

### A GNR NO COMBATE AO CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

#### Caracterização do(a) Entrevistado(a) n.º8

Tenente Silva

Começemos por uma breve caracterização pessoal, profissional e académica.

1. Idade: 26 anos
2. Habilitações Literárias: Licenciatura
3. Posto/Categoria profissional: Tenente
4. Cargo/Função Actual: Comandante Interino do Destacamento Territorial de Póvoa de Lanhoso
5. Tempo de exercício que possui na actual função: 6 meses
6. Percurso profissional: Comandante de Destacamento Territorial de Miranda do Douro, Adjunto do Comandante de Destacamento Territorial de Guimarães e Adjunto do Comandante de Destacamento Territorial de Braga.

#### GRUPO I

**1. *Quais as entidades com as quais a GNR se articula no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?***

R: Quando se trata de jovens as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e as Comissões de Dissuasão da Toxicodependência.

**2. *No âmbito da acção do Estado no combate ao consumo, como se enquadra a GNR com as entidades referidas?***

R: Existe uma boa interligação. É um enquadramento no âmbito da cooperação no qual prestamos uma acção de encaminhamento. Isto em relação à CDT. Relativamente à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, é mais ao nível do concelho e com a qual temos tido uma excelente relação que permite sanar, desde logo, os problemas com os

jovens que consumam. Estas comissões permitem que o jovem seja enquadrado e recolocado num caminho livre do consumo de drogas.

**3. *Existe articulação entre a GNR e as referidas entidades no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?***

R: Considero que existe articulação e interligação.

**4. *Caso assuma que existe articulação, considera-a eficaz, contribuindo para a eficiência da acção do Estado no combate ao consumo, ou considera-a ineficaz, dificultando a acção do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?***

R: Considero que seja uma cooperação eficaz muito devido a uma interligação muito proveitosa com essas entidades. Mas deixe-me que refira, que essa cooperação é tanto mais eficaz quanto mais cedo se detectar o potencial consumidor. Se detectarmos um jovem que ainda consuma apenas drogas leves o acompanhamento por parte dessas entidades é muito mais eficaz, caso contrário fuja mais difícil.

**5. *A estratégia nacional considera a redução da procura e a redução da oferta no combate à droga. Em qual destas duas realidades considera que a GNR actua? Se considera actuar nas duas realidades reconhece alguma preponderância? Porquê?***

R: O que se está a verificar actualmente na GNR é uma maior incidência numa actuação no âmbito da oferta, com aqueles grandes processos que visam levar à Justiça o traficante, aquele que oferece. Porque note que se detivermos um traficante, há sempre outro que lhe ocupe o lugar rapidamente e a situação persiste.

**6. *Como actua a GNR na redução da procura, prevenindo ou reprimindo? Porquê?***

R: Actua numa forma mais repressiva, com alguns episódios de prevenção.

**7. *Como actua a GNR na redução da oferta, prevenindo ou reprimindo? Porquê?***

R: Aqui considero que seja uma acção repressiva.

**GRUPO II**

**1. *Considera que exista formação na GNR no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?***

R: Tendo em conta a dinâmica preventiva penso que fica aquém mas no que toca à vertente repressiva penso que sim. Portanto, penso que de facto existe.

**2. *Caso assuma que existe essa formação, considera-a eficaz, contribuindo para a eficiência da acção a GNR no combate ao consumo, ou considera-a ineficaz, dificultando a acção a GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?***

R: A formação existente serve de base. A partir daí é preciso auto motivação para os militares se aperfeiçoarem, mas eles vêm motivados para aprender. Aliás, a formação dada ao nível do Destacamento também serve para colmatar essas lacunas e para actualizar conhecimento que, por força da nossa actividade estão sempre a mudar.

**3. *Considera que a formação neste âmbito sensibiliza os militares para a dimensão da prevenção ou, pelo contrário, é centralizada na acção repressiva? Porquê?***

R: Aqui nos Destacamentos apenas podemos falar do reflexo dessa formação, não podemos falar duma formação que não somos nós que ministramos nem conhecemos os seus conteúdos programáticos. Tendo em conta esse reflexo, considero que essa formação sensibiliza os militares para uma postura mais repressiva.

**4. *Considera que na formação os militares são focalizados a agir sobre a oferta, sobre a procura ou sobre ambas? Se considerar actuar sobre ambas, reconhece alguma preponderância? Porquê?***

R: Como lhe disse, tendo em conta esse reflexo penso que os militares sejam focalizados a actuarem sobres as duas realidades, procura e oferta. Mas penso que haja um pendor para a oferta.

**GRUPO III**

**1. *Avaliaria o contributo da GNR como decisivo ou subsidiário para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Porquê?***

R: Penso que seja um contributo decisivo, porque não estou a ver como esse combate seria levado a cabo sem a GNR.

**2. *Considera a malha territorial da GNR como um factor positivo para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?***

R: É um factor positivo. Porque apesar dessa malha territorial extensa requerer um efectivo maior, as informações que retiramos dessa malha territorial são uma vantagem que suplanta a primeira.

**3. *Considera que as competências legais atribuídas conduzem a acção da GNR para um contributo decisivo ou subsidiário no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Porquê?***

R: Tendo em conta apenas o consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas considero que as competências legais são as necessárias e, portanto, conduzem a GNR para uma acção decisiva.

**4. *Considera que a criação de um programa especial seria uma mais-valia para a acção da GNR e, consequentemente, do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Como?***

R: Penso que sim, seria vantajoso. Sobretudo se esse programa se dedicasse ao problema dos consumidores e em cooperação com a escola segura, se tivesse uma acção nas acções de sensibilização. Dessa forma penso que seria vantajoso.

## APÊNDICE M: ENTREVISTA AO VOGAL JURISTA DA COMISSÃO PARA DISSUASÃO DA TOXICODEPENDÊNCIA DE BRAGA

### A GNR NO COMBATE AO CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

#### Caracterização do(a) Entrevistado(a) n.º9

Dr.ª Joana Alves

Comecemos por uma breve caracterização pessoal, profissional e académica.

1. Idade: 35 anos
2. Habilitações Literárias: Licenciatura e mestranda.
3. Posto/Categoria profissional: Vogal Jurista da Comissão de Dissuasão da Toxicodependência de Braga
4. Cargo/Função Actual: Vogal Jurista da Comissão de Dissuasão da Toxicodependência de Braga
5. Tempo de exercício que possui na actual função: 10 anos
6. Percurso profissional: De 1993 a 2001 exerceu profissionalmente advocacia. De 2001 até à presente data assume as actuais funções.

#### GRUPO I

**1. *Quais as entidades com as quais a GNR se articula no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?***

R: Com as Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência que funcionam uma em cada capital de distrito.

**2. *No âmbito da acção do Estado no combate ao consumo, como se enquadra a GNR com as entidades referidas?***

R: Estas Comissões têm um trabalho que assenta fundamentalmente ao nível da dissuasão dos consumos habituais ou ocasionais dos infractores. Dissuadir significa que a actuação das CDT's visa atingir níveis de baixa ou mesmo nula reincidência. Tal desiderato atingir-se-á ou pelas diligências de motivação à abstinência ou, em último



reduto, pela eficácia das sanções decretadas. No que à influência da actuação da GNR concerne no alcance deste desiderato é de salientar tanto as acções de fiscalização e patrulhamento como os circunstancialismos que envolvem a abordagem dos infractores e elaboração dos autos de ocorrência.

**3. *Existe articulação entre a GNR e as referidas entidades no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?***

R: Sim, existe.

**4. *Caso assuma que existe articulação, considera-a eficaz, contribuindo para a eficiência da acção do Estado no combate ao consumo, ou considera-a ineficaz, dificultando da acção do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?***

R: A articulação entre a CDT e a GNR tem sido eficaz no que à experiência do distrito de Braga concerne. A intensificação de fiscalização dos consumidores ocasionais de haxixe tem sido notória e, embora não tenhamos dados com expressão estatística e rigorosa, usando da experiência que temos de 10 anos de serviço, pode-se presumir que o baixo nível de reincidência se deve ao efeito dissuasor daquelas acções. Nessa medida, a GNR contribui em boa escala para um desiderato de dissuasão.

De notar ainda que, e sempre reportando-nos à realidade concreta da CDT de Braga, as acções de formação que têm sido dadas aos agentes em instrução, a pedido dos Comandos Territoriais, têm-se revelado eficazes ao nível da optimização de procedimentos o que, podemos presumir, estará na causa do incremento de elaboração de autos de ocorrência.

**5. *A estratégia nacional considera a redução da procura e a redução da oferta no combate à droga. Em qual destas duas realidades considera que a GNR actua? Se considera actuar nas duas realidades reconhece alguma preponderância? Porquê?***

R: cremos que actuação nas duas mas com preponderância para a redução da oferta porque se trata de um órgão de polícia criminal com forte actuação de investigação e repressão.

**6. *Como actua a GNR na redução da procura, prevenindo ou reprimindo? Porquê?***

R: Prevenindo com acções de fiscalização e patrulhamento dos locais conotados como sendo frequentados por consumidores de drogas. Todavia, não se pode ignorar a eficácia da repressão pelo que, no que ao consumo diz respeito, as acções de fiscalização devem

visar, caso haja infracção, a elaboração do auto de ocorrência a fim de que as CDT's possam dar continuidade ao papel da dissuasão por via da instauração do processo de contra-ordenação e aplicação de sanção.

**7. *Como actua a GNR na redução da oferta, prevenindo ou reprimindo? Porquê?***

R: Reprimindo.

### GRUPO II

**1. *Considera que exista formação na GNR no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas?***

R: No Destacamento de Guimarães, de Barcelos e da Póvoa de Lanhoso foi encetada uma parceria com a CDT de Braga a fim se incluir na instrução dos militares um módulo sobre o Regime Legal aplicável consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Para além destes casos, considero que não há formação da GNR no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

**2. *Caso assuma que existe essa formação, considera-a eficaz, contribuindo para a eficiência da acção a GNR no combate ao consumo, ou considera-a ineficaz, dificultando a acção a GNR no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?***

R: Da experiência com aqueles três Destacamentos a formação revelou-se altamente eficaz. Melhoria da elaboração dos autos de ocorrência e agilização de procedimentos.

**3. *Considera que a formação neste âmbito sensibiliza os militares para a dimensão da prevenção ou, pelo contrário, é centralizada na acção repressiva? Porquê?***

R: A formação deve sensibilizar os militares para a prevenção assim como deve esclarecer os militares que, no que à repressão diz respeito, o seu trabalho não é inglório. A formação deve pois ser dada pelos profissionais das CDT's a fim de se promover a partilha de experiências profissionais e, nesse sentido, a optimização de procedimentos

- 4. Considera que na formação os militares são focalizados a agir sobre a oferta, sobre a procura ou sobre ambas? Se considerar actuar sobre ambas, reconhece alguma preponderância? Porquê?**

R: Em ambas.

### GRUPO III

- 1. Avaliaria o contributo da GNR como decisivo ou subsidiário para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Porquê?**

R: Decisivo. Deve-se considerar que o desiderato da dissuasão só tem expressão real a partir do momento em que é dada a notícia da prática da infracção. Logo, não havendo fiscalização da GNR nem tão pouco elaboração de autos de ocorrência as CDT's não podem iniciar a sua actuação.

- 2. Considera a malha territorial da GNR como um factor positivo para o combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Porquê?**

R: Não responde.

- 3. Considera que as competências legais atribuídas conduzem a acção da GNR para um contributo decisivo ou subsidiário no âmbito do combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Porquê?**

R: Tendo em conta as disposições legais é evidente que conduzem a GNR para um contributo decisivo.

- 4. Considera que a criação de um programa especial seria uma mais-valia para a acção da GNR e, conseqüentemente, do Estado no combate ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas? Como?**

R: Não responde.

## **ANEXOS**

## ANEXO A: ORGÂNICA DO IDT

### **Decreto-Lei n.º 221/2007 de 29 de Maio**

No quadro das orientações definidas pelo programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e dos objectivos do Programa do Governo no tocante à modernização administrativa e à melhoria da qualidade dos serviços públicos, com ganhos de eficiência, importa concretizar o esforço de racionalização estrutural consagrado no Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, avançando na definição dos modelos organizacionais dos serviços que integram a respectiva estrutura.

No âmbito deste diploma é mantido o Instituto da Droga e da Toxicodependência, que fora criado pelo

Decreto-Lei n.º 269-A/2002, de 29 de Novembro, e que passa agora a designar-se Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P., absorvendo as atribuições dos Centros de Alcoologia do Centro, Norte e Sul que são extintos.

O fenómeno da droga e da toxicodependência, apesar do muito que tem sido feito para o combater, aliás, com resultados visíveis, seja na diminuição drástica da taxa de criminalidade com ele relacionado, seja em termos de saúde pública, pelo controlo da propagação de doenças dele decorrentes, obriga, ainda na actualidade, dado o seu carácter transversal, a uma especial atenção e cuidado, atendendo aos novos aspectos sob que se apresenta, nomeadamente no que respeita ao consumo das drogas sintéticas, realidade completamente nova no nosso País, não apenas pelas características das substâncias consumidas, em si mesmas, como pelas características dos próprios consumidores e das circunstâncias locais, sociais e outras, em que o consumo se processa. A dimensão do fenómeno ultrapassa, porém, o consumo de substâncias estupefacientes e psicotrópicas, por definição ilícitas, já que se estende ao consumo de substâncias lícitas, como seja o álcool, cujos consumidores se iniciam em idades cada vez mais precoces.

Impõe-se, por isso, a manutenção, na tutela do Ministério da Saúde, de um organismo dedicado, exclusivamente, ao estudo e ao combate daquele fenómeno, no seu sentido mais amplo.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## **Artigo 1.º**

### **Natureza**

1—O Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P., abreviadamente designado por IDT, I. P., é um instituto público integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa e património próprio.

2—O IDT, I. P., prossegue atribuições do Ministério da Saúde, sob superintendência e tutela do respectivo ministro.

## **Artigo 2.º**

### **Jurisdição territorial e sede**

1—O IDT, I. P., é um organismo central e exerce a sua actividade sobre todo o território nacional.

2—O IDT, I. P., tem sede em Lisboa.

3—O IDT, I. P., dispõe de cinco serviços desconcentrados designados delegações regionais, correspondendo o seu âmbito de actuação ao nível II da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) do continente.

## **Artigo 3.º**

### **Missão e atribuições**

1—O IDT, I. P., tem por missão promover a redução do consumo de drogas lícitas e ilícitas, bem como a diminuição das toxicodependências.

2—São atribuições do IDT, I. P.:

- a) Apoiar o membro do Governo responsável pela área da saúde na definição da estratégia nacional e das políticas de luta contra a droga, o álcool e as toxicodependências e na sua avaliação;
- b) Planear, coordenar, executar e promover a avaliação de programas de prevenção, de tratamento, de redução de riscos, de minimização de danos e de reinserção social;
- c) Apoiar acções para potenciar a dissuasão dos consumos de substâncias psicoactivas;
- d) Licenciar as unidades de prestação de cuidados de saúde na área das toxicodependências, nos sectores social e privado, definindo os respectivos requisitos técnico- terapêuticos, e acompanhar o seu funcionamento e cumprimento, articulando

com a administração Central do Sistema de Saúde, I. P., sem prejuízo da competência sancionatória da Entidade Reguladora da Saúde;

e) Desenvolver, promover e estimular a investigação e manter um sistema de informação sobre o fenómeno das drogas e das toxicodependências que lhe permita cumprir as actividades e objectivos enquanto membro do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT);

f) Assegurar a cooperação com entidades nacionais e internacionais nos domínios da droga, do álcool e das toxicodependências.

3—Para a prossecução das suas atribuições, o IDT,

I. P., pode articular-se, em termos a definir pelo conselho directivo, com:

a) Serviços e organismos do Ministério da Saúde, ou de outros ministérios com assento no Conselho Interministerial do Combate à Droga e à Toxicodependência e com outras entidades do sector público, social, privado e cooperativo, designadamente os representados no

Conselho Nacional do Combate à Droga e à Toxicodependência, a nível nacional;

b) Entidades internacionais com intervenção em matéria de luta contra a droga, o álcool e as toxicodependências, sem prejuízo das atribuições do Ministério dos Negócios Estrangeiros na formulação e condução da política externa.

4—Para a definição das linhas de orientação técnica para a intervenção na área do álcool, o IDT, I. P., articula-se com os serviços centrais que têm a seu cargo a promoção da saúde em geral e da saúde mental em particular.

5—Os serviços e os organismos da Administração Pública e as organizações privadas devem comunicar ao IDT, I. P., os dados e informações relativos à sua actividade que lhes sejam solicitados para prossecução das respectivas atribuições.

6—O IDT, I. P., pode celebrar acordos ou convenções, nas áreas da prevenção, da redução de riscos e minimização de danos, do tratamento e da reinserção de toxicodependentes e alcoólicos, com as entidades públicas ou privadas que se encontrem licenciadas ou autorizadas a funcionar.

## **Artigo 4.º**

### **Órgãos**

1—São órgãos do IDT, I. P.:

a) O conselho directivo;

b) O conselho consultivo.

2—Junto do IDT, I. P., funcionam ainda:

a) O Conselho Nacional do Combate à Droga e à Toxicodependência;

b) A Comissão de Ética para a Saúde.

## **Artigo 5.º**

### **Conselho directivo**

1—O IDT, I. P., é dirigido por um conselho directivo composto por um presidente e dois vogais.

2—Sem prejuízo das competências que lhe forem cometidas por lei, ou nele delegadas ou subdelegadas, compete, ainda, ao conselho directivo:

- a) Desenvolver e promover a formação dos recursos humanos do IDT, I. P.;
- b) Elaborar pareceres, estudos e informações que lhe sejam solicitados pelo membro do Governo responsável pela área da saúde;
- c) Atribuir licenças de funcionamento das unidades privadas de prestação de cuidados de saúde na área da toxicodependência;
- d) Elaborar, apreciar e divulgar estatísticas sobre o movimento assistencial do IDT, I. P., incluindo o das unidades privadas convencionadas;
- e) Apreciar queixas e reclamações apresentadas por utentes e tomar as medidas adequadas à sua resolução, sem prejuízo das competências de outras entidades designadamente da Entidade Reguladora da Saúde;
- f) Aplicar coimas de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 16/99, de 25 de Janeiro, sem prejuízo da competência sancionatória da Entidade Reguladora da Saúde.

3—O conselho directivo pode:

- a) Delegar, com a faculdade de subdelegação, em um ou mais dos seus membros, ou nos dirigentes do IDT, I. P., competências que lhe estão atribuídas;
- b) Distribuir entre os seus membros, sob proposta do presidente, a gestão das várias áreas de funcionamento do IDT, I. P.

4—A distribuição de áreas prevista no número anterior envolve a delegação de poderes correspondentes às competências inerentes às áreas em causa, devendo o conselho directivo fixar expressamente os limites das delegações de poderes e mencionar ou não a faculdade de subdelegação.

5—Compete ao presidente do conselho directivo do IDT, I. P.:

- a) Exercer, por inerência, as funções de coordenador nacional do Combate à Droga e à Toxicodependência, nos termos previstos nos artigos 7.º a 10.º do Decreto-Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro;
- b) Assegurar a coordenação da representação portuguesa a nível internacional em matéria de luta contra a droga, o álcool e as toxicodependências, sem prejuízo das atribuições do Ministério dos Negócios Estrangeiros na formulação e condução da política externa;
- c) Celebrar protocolos de cooperação com entidades homólogas internacionais, no âmbito da luta contra a droga, o álcool e as toxicodependências;



- d) Praticar os actos urgentes da competência do conselho directivo sempre que este não possa reunir em tempo útil;
- e) Presidir ao conselho consultivo.

## **Artigo 6.º**

### **Conselho consultivo**

1—O conselho consultivo é o órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de actuação do IDT, I. P., e nas tomadas de decisão do conselho directivo.

2—Compete ao conselho consultivo:

- a) Apreciar os relatórios periódicos que o IDT, I. P., tenha o dever legal de apresentar junto de entidades internas e externas;
- b) Emitir parecer sobre quaisquer assuntos que lhe sejam solicitados pelo presidente;
- c) Emitir parecer sobre o respectivo regulamento interno.

3—O conselho consultivo tem a seguinte composição:

- a) O presidente do conselho directivo, que preside;
- b) Os responsáveis pelos departamentos dos serviços centrais;
- c) Um representante do Alto Comissariado da Saúde;
- d) Um representante da Direcção-Geral da Saúde;
- e) Cinco especialistas independentes, de reconhecido mérito nas áreas da droga, do álcool e da toxicodependência.

4—O conselho consultivo reúne, ordinariamente, pelo menos, duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente, por sua iniciativa, ou por solicitação do conselho directivo, ou a pedido de um terço dos seus membros.

5—Podem participar nas reuniões, sem direito a voto, por convocação do respectivo presidente, mediante proposta do conselho directivo, quaisquer pessoas ou entidades cuja presença seja considerada necessária para esclarecimento dos assuntos em apreciação.

## **Artigo 7.º**

### **Comissão de Ética para a Saúde**

1—A Comissão de Ética para a Saúde (CES) tem o mandato e competências constantes do Decreto-Lei n.º 97/95, de 10 de Maio.

2—Compete ao presidente do conselho directivo designar os membros da Comissão de Ética para a Saúde, cabendo ao conselho directivo a respectiva homologação.

3—A Comissão de Ética para a Saúde elabora e aprova o respectivo regulamento interno.

## **Artigo 8.º**

### **Organização interna**

A organização interna do IDT, I. P., é a prevista nos respectivos estatutos.

## **Artigo 9.º**

### **Estatuto dos membros do conselho directivo**

Aos membros do conselho directivo do IDT, I. P., é aplicável o regime definido na lei quadro dos institutos públicos e, subsidiariamente, o fixado no estatuto do gestor público.

## **Artigo 10.º**

### **Regime de pessoal**

Ao pessoal do IDT, I. P., é aplicável o regime jurídico do contrato individual de trabalho.

## **Artigo 11.º**

### **Receitas**

1—O IDT, I. P., dispõe das receitas provenientes de dotações que lhe forem atribuídas no Orçamento do Estado.

2—O IDT, I. P., dispõe ainda das seguintes receitas próprias:

a) As recompensas, objectos, direitos ou vantagens previstos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 39.º

do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro;

b) As receitas dos jogos sociais, previstas no n.º 6 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de Março, que lhe forem atribuídas por lei;

c) As importâncias cobradas por serviços prestados a entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

d) As importâncias cobradas pelo tratamento de toxicodependentes ou alcoólicos, beneficiários do Serviço

Nacional de Saúde, dos subsistemas de saúde, das

Regiões Autónomas e dos regimes de reclusão;

e) As quantias cobradas pela venda das publicações e outros trabalhos por si realizados ou editados;

f) Os valores cobrados pela organização ou participação em acções de formação ou científicas que empreender e devam ser objecto de remuneração;

g) As dotações que forem destinadas ao IDT, I. P., no âmbito das instituições da União Europeia, designadamente as relativas a acções apoiadas por fundos comunitários;

h) Os subsídios, subvenções, quotizações e participações, doações, heranças ou legados concedidos por quaisquer entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

i) Os rendimentos de bens mobiliários ou imobiliários de que, a qualquer título, frua e o produto da alienação de bens próprios e da constituição de direitos sobre eles, nos termos da lei;

j) Quaisquer outras receitas que por lei, contrato ou outro título lhe sejam atribuídas.

3—As receitas próprias referidas no número anterior são consignadas à realização de despesas do IDT, I. P., durante a execução do orçamento do ano a que respeitam, podendo os saldos não utilizados transitar para o ano seguinte, nos termos do decreto-lei de execução orçamental.

## **Artigo 12.º**

### **Despesas**

Constituem despesas do IDT, I. P., as que resultem de encargos decorrentes da prossecução das respectivas atribuições, designadamente os subsídios atribuídos nos termos do Decreto-Lei n.º 186/2006, de 12 de Setembro.

## **Artigo 13.º**

### **Património**

O património do IDT, I. P., é constituído pela universalidade dos bens, direitos e obrigações de que é titular.

## **Artigo 14.º**

### **Sucessão**

O IDT, I. P., sucede nas atribuições dos centros regionais de alcoologia.

## **Artigo 15.º**

### **CrITÉrios de selecção do pessoal**

É definido como critério geral e abstracto de selecção do pessoal necessário à prossecução das atribuições do IDT, I. P., o exercício de funções nos centros regionais de alcoologia.

## **Artigo 16.º**

### **Âmbito territorial transitório**

Até à revisão do regime jurídico da delimitação da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) são aplicáveis à definição do âmbito territorial de jurisdição das delegações regionais os mapas para o nível II previstos no Decreto-Lei n.º 317/99, de 11 de Agosto.

#### **Artigo 17.º**

##### **Regulamentos internos**

Os regulamentos internos do IDT, I. P., são remetidos aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, para aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 41.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, no prazo de 90 dias, a contar da entrada em vigor do presente diploma.

#### **Artigo 18.º**

##### **Norma revogatória**

São revogados:

- a) O Decreto-Lei n.º 318/2000, de 14 de Dezembro;
- b) O Decreto-Lei n.º 269-A/2002, de 29 de Novembro.

#### **Artigo 19.º**

##### **Entrada em vigor**

O presente decreto-lei entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 22 de Fevereiro de 2007. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Fernando Teixeira dos Santos* — *António Fernando Correia de Campos*.

Promulgado em 12 de Abril de 2007.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 16 de Abril de 2007.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

**Fonte:** Ministério da Saúde (2007). Decreto-Lei n.º 221/2007 de 29 de Maio. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 103, 3516 – 3519.

## **ANEXO B: PROCEDIMENTOS RELATIVOS À DETENÇÃO, POSSE OU CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS ESTUPEFACIENTES OU PSICOTROPICAS, TIIFICADOS COMO CONTRA-ORDENAÇÃO**

### **1. ENQUADRAMENTO JURIDICO/LEGAL**

Com a anterior Lei 15/93, de 22JAN, qualquer indivíduo que tivesse na sua posse substâncias estupefacientes ou psicotrópicas, era detido, pois incorria num crime juridicamente tipificado.

Esta Lei foi derogada [nos seus art.º 40º (excepto o cultivo) e 41º] pela Lei nº 30/2000 de 29NOV, posteriormente regulamentada pelo DL 130-A-2001, de 23ABR, que veio descriminalizar o consumo, a aquisição e a detenção, para consumo próprio, de substâncias estupefacientes e psicotrópicas, passando estes comportamentos a serem punidos apenas como contra-ordenação.

#### **1.1 Como determinar se estamos perante uma contra-ordenação ou um crime?**

Para a tipificação como contra-ordenação, é determinante ter em consideração a quantidade de produto encontrada na posse do indivíduo. Os limites das quantidades variam conforme as plantas, substâncias ou preparações encontradas com o indivíduo consumidor. Todavia, as quantidades referidas não poderão exceder a quantidade necessária para o consumo médio diário e individual durante o período de 10 dias.

**Assim, para as substâncias de consumo mais frequentes temos:**

- Haxixe – 0,5 gramas/dia X 10 dias = 5 gramas
- Liamba – 2,5 gramas/dia X 10 dias = 25 gramas
- Heroína – 0,1 grama/dia X 10 dias = 1 grama
- Cocaína – 0,2 gramas/dia X 10 dias = 2 gramas

Ultrapassados os limites referidos, estamos na presença de um ilícito criminal – tráfico de estupefacientes.

#### **1.2 Quem é a entidade competente para o processamento da contra-ordenação?**

As entidades competentes para o processamento das contra-ordenações e a aplicação das respectivas sanções são as comissões especialmente criadas para o efeito, denominadas

“Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT)”, que funcionam nas instalações dos Governos Cívicos, na dependência do Instituto Português da Droga e da Toxicodependência.

**Legislação:**

- Lei nº 15/93, de 22JAN
- Lei nº 30/2000, de 29NOV
- DL nº 130-A-2001, de 23ABR
- Portaria 94/96, de 26 de Março
- NEP/GNR – 2.09

**2.QUADRO RESUMO DE INFRACÇÕES**

As infracções e respectivas punições respeitantes à detenção, posse ou consumo de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas estão previstas na Lei nº 30/2000 de 29 de Novembro e a reprodução num quadro de resumo não acrescenta mais-valia a este documento, uma vez que o objectivo principal é diferenciar, nesta matéria, a contra-ordenação do crime e estabelecer o procedimento correcto para a primeira.

**3.PROCEDIMENTOS**

**3.1. Infractor**

Tendo sido descriminalizado o consumo de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas, é ilegal a detenção em flagrante delito do indivíduo encontrado na posse de quantidades enquadradas dentro dos limites referidos, pois, tratando-se de uma contra-ordenação, o mesmo apenas é punido com uma coima. No entanto quando não for possível identificar o infractor no local, deve proceder-se à sua condução ao Posto para identificação e garantir a notificação da sua comparência perante a CDT da área da sua residência, não podendo, a data dessa apresentação, *ultrapassar as 72 horas* subsequentes ao momento da ocorrência, devendo, para isso, constar no auto, de forma clara, o dia, a hora e o local onde se deverá apresentar.

O infractor ou o seu representante legal deverá, ainda, ser informado de que pode constituir defensor, ou requerer a sua nomeação oficiosa.

Nos casos em que a CDT competente esteja funcionar ou tiver um membro em regime de disponibilidade permanente, pode optar-se pela apresentação imediata do infractor.

### 3.2. Que expediente deve ser elaborado

#### 3.2.1 Auto de Ocorrência

O auto de ocorrência é elaborado em quadruplicado, com o seguinte destino:

- O original, com o demais expediente, é enviado à CDT da área do infractor, pelo meio mais célere, de forma a ser recebido pela mesma até 36 horas depois da ocorrência;
- O duplicado é entregue ao infractor e serve de notificação;
- O triplicado é enviado à Direcção de Informações do CG/GNR;
- O quadruplicado é destinado ao arquivo da Subunidade.

#### 3.2.2 Auto de Apreensão

Sempre que forem apreendidas substâncias estupefacientes ou psicotrópicas, deve elaborar-se o respectivo auto de apreensão e juntar ao restante processo, fazendo-se menção do mesmo, no auto de ocorrência.

#### 3.2.3 Produto apreendido

As substâncias suspeitas, constantes do auto, são entregues, em mão e no mais curto espaço de tempo, à CDT competente, acompanhadas do respectivo termo de entrega (em duplicado), que tem a validade de recibo, depois de devidamente assinado.

#### 3.2.4 Formulários de Tráfico/Consumo de Droga (TCD)

Relativamente aos formulários TCD A (substâncias) e B (intervenientes), os modelos são preenchidos em quadruplicado tendo o seguinte destino:

- O original é remetido à PJ/DCITE/Lisboa;
- O duplicado anexo ao auto de ocorrência;
- O triplicado enviado à Direcção de Informações do CG/GNR,
- O quadruplicado ao arquivo da Subunidade.

**Fonte:** Guarda Nacional Republicana. (2010). Procedimentos relativos à detenção, posse ou consumo de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas, tipificados como contra – ordenação. *Ficha Técnica de Legislação Geral n.º 4. 1.* Lisboa.